

Convergência

Setembro - 2000 - ANO XXXV - N. 335

ISSN 0010-8162

- Jesus Formador
- A Boa Nova de Deus: Seu Filho Jesus Cristo
- Dignidade Humana e Sociedade Neoliberal
- Hildegarda de Bingen



SUMÁRIO

Editorial	385
Palavrad o Papa	388
Informe CRB	393
Artigos	396
Jesus Formador	396
<i>Frei Carlos Mesters, CARMELITA</i>	
A Boa Nova de Deus: Seu Filho Jesus Cristo	413
<i>Dayse Agretti, FI</i>	
<i>Tradução: Maria Helena Lopes de Oliveira, FI</i>	
Dignidade Humana e Sociedade Neoliberal	424
<i>Frei Antônio Moser, OFM</i>	
Hildegarda de Bingen	
Profetisa, Reformadora, Terapeuta	435
<i>Pe. Marcial Maçaneiro, CSI</i>	

A ilustração da capa de Convergência-2000 é uma versão brasileira do ícone russo da Santíssima Trindade de Rublev, por Cláudio Pastro.

ASSINATURA PARA 2000:

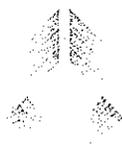
BRASIL: Terrestre ou aérea R\$ 72,00

 Número avulso (Brasil) R\$ 7,20

EXTERIOR: Terrestre ou aérea US\$ 85,00

 ou o correspondente em R\$ (Reais).

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.



convergência

Revista Mensal da

Conferência dos Religiosos do Brasil: CRB

ISSN 0010-8162

DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. João Roque Rohr, SJ

REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho editorial:

Ir. Romi Auth, FSP

Pe. Francisco Taborda, SJ

Pe. Jaldemir Vitória, SJ

Pe. Cleto Caliman, SDB

DIREÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 • 4º andar

20038-900 • Rio de Janeiro • RJ

Tel.: (0**21) 240-7299

e-mail: crb006@ibm.net

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

Edições Loyola

Rua 1822 n. 347 • Ipiranga

04216-000 • São Paulo • SP

Tel.: (0**11) 6914-1922

e-mail: loyola@ibm.net

“Pelo Caminho de Emaús”

MARIA CARMELITA DE FREITAS, FJ

A XIV Assembléia Geral da CLAR, celebrada em Caracas de 22 a 29 de junho de 2000, foi certamente um acontecimento de graça e de esperança para toda a Vida Religiosa da América Latina e do Caribe. Com o lema: *“Eis que faço novas todas as coisas”* (Ap 21,5), e o tema *“Caminhos de Refundação”*, as Conferências Nacionais dos vários países do Continente, pelos seus Presidentes e Delegados/as, deixaram-se interpelar pelas vozes do Espírito que ressoam na realidade do mundo atual e trataram de responder a esses clamores.

Tendo presentes as reflexões e as experiências dos últimos anos, que marcaram caminhos de conversão e de transformação para a Vida Religiosa, a Assembléia tomou consciência de que era chegado o momento de assumir toda a riqueza desse processo e de orientá-lo, de maneira nova e dinâmica, na celebração de um *Concílio da Vida Religiosa*.

Tal decisão nasceu da percepção de que já não é suficiente refletir, falar e escrever sobre a refundação da Vida Religiosa, nem mesmo fazer acontecer esforços e gestos de “refundação” cheios de significado transformador e de alento criativo, mas isolados ou fragmentados. A gravidade da crise que atinge a Vida Religiosa no momento atual, pede mais: pede uma mobilização geral da Vida Religiosa capaz de canalizar e articular todas as forças vivas da Vida Religiosa num esforço conjunto de superação das dificuldades, de resposta criativa aos novos desafios, de abertura de caminhos que façam viável e efetiva a experiência da refundação da Vida Religiosa. Total fidelidade às suas origens evangélicas e especial sensibilidade aos sinais do Espírito que nos conduz através da história, são as duas coordenadas principais desse processo ao qual a Vida Religiosa latino-americana e caribenha é convocada. Como diz a mensagem da Assembléia Geral da CLAR: *“Dando continuidade ao caminho iniciado com o apelo do Vaticano II, várias experiências de renovação e testemunho profético foram realizadas e confirmadas pelo martírio de nume-*

rosos irmãos e irmãs. Estamos convencidos de que, nessa mudança de época, Deus está fazendo algo novo. O mesmo Senhor nos convida, como Vida Religiosa, a perceber o novo e caminhar na estrada que Ele está abrindo (cf Is 43, 18-20)... Queremos caminhar, como os discípulos de Emaús, acompanhados e acompanhadas por Jesus, deixando que sua palavra ilumine nossas experiências desses anos, aqueça nosso coração, e que o reconheçamos no partir do pão... Mediante a celebração desse Concílio da Vida Religiosa da América Latina e do Caribe, queremos ir ao essencial dentro do processo de refundação da Vida Religiosa, aprofundando as Linhas Inspiradoras¹ que animaram nosso caminho nos últimos anos.”

Celebrar um concílio da Vida Religiosa é, ao mesmo tempo, dom e tarefa: Dom extraordinário do Espírito, sempre atuante no povo de Deus, para “fazer novas todas as coisas”, como fonte recriadora de vida e de esperança. Tarefa, que não se concretizará sem o compromisso e a generosa audácia de cada Religioso e cada Religiosa, na resposta cotidiana ao dom do Espírito.

Por isso, um concílio é sempre um “kairós”, um momento singular de graça na comunidade eclesial, uma forte experiência de esperança e de conversão aos caminhos surpreendentes e desafiadores do Deus da vida.

CONVERGÊNCIA pretende, ao longo desses anos de concílio da Vida Religiosa latino-americana e caribenha, oferecer às comunidades religiosas do Brasil subsídios que ajudem a manter acesa a chama do compromisso a que todos e todas somos convocados pela graça salvífico-libertadora do nosso Deus. A mensagem convocatória da CLAR a todos os religiosos e religiosas do continente está publicada na sua íntegra na seção de informes deste número da Revista. Alimentamos a firme esperança de que essa convocação encontre acolhida e ressonância efusivas em todas as comunidades do nosso País.

A formação é uma questão crucial na Vida Religiosa hoje, sobretudo na perspectiva da refundação. O artigo de Frei Carlos Mesters — “Jesus formador” — constitui um excelente texto capaz de inspirar formadores e formadoras, formandos e formandas no árduo trabalho da formação. A “pedagogia de Jesus”, explicitada ao longo do texto, traça um verdadeiro itinerário de crescimento e de amadurecimento na resposta aos apelos da própria vocação, no seguimento do único Mestre, Jesus.

Dayse Agretti, no seu sugestivo artigo — “A Boa nova de Deus: seu Filho Jesus Cristo” — oferece uma profunda e bem documentada reflexão sobre o sentido da filiação divina de Jesus e em Jesus. Segundo a autora, “a expressão Filho de Deus, reelaborada e reinterpretada à luz da memória de Jesus, adquiriu um sentido tão original que chegou a transformar a representação comum de Deus”. No contexto deste ano jubilar, o artigo adquire uma particular atualidade. É um convite a apro-

1. Renovada opção preferencial pelos pobres, O mundo dos jovens, A mulher e o feminino, Espiritualidade libertadora, encarnada e inculturada e Nova eclesialidade.

fundarmos a experiência radical da filiação divina e a dimensão de fraternidade que essa filiação em Jesus implica. “No interior da história, diz a autora, a totalidade da vida de Jesus continua revelando-nos um Deus que, por ser Trindade, é fundamentalmente comunidade e comunhão”.

“*Dignidade humana e sociedade neoliberal*” é o excelente texto de **Frei Antônio Moser**. Partindo da constatação das muitas contradições que ainda hoje marcam a nossa sociedade, apesar da insistência teórica na afirmação dos direitos humanos, o autor mostra a insuficiência das “proclamações” oficiais e desmascara os reais interesses que sustentam o neoliberalismo atual. O papel da Vida Religiosa na promoção dos direitos humanos, inclui, na visão do autor, tarefas bem concretas: gratuidade X lógica do lucro; proximidade X indiferença; universalidade X globalização. Segundo o autor, suas reflexões “não querem reeditar antigas lamúrias. Pelo contrário, elas pretendem simplesmente mostrar que na virada de mais um milênio a Vida Religiosa não perdeu a sua atualidade”.

O artigo do **Pe. Marcial Maçaneiro** — “*Hildegarda de Bingen — profetiza, reformadora, terapeuta*” — é um interessante texto sobre esta mulher do século XII, que exerceu notável influência na sua época e que pode oferecer uma contribuição válida para a Vida Religiosa, particularmente feminina, no milênio que vamos inaugurar. “Sua mensagem ultrapassa seu momento histórico e toca os atuais debates em teologia, mística e cosmologia”. ■

CELEBRAR UM CONCÍLIO DA VIDA RELIGIOSA É, AO MESMO TEMPO,
DOM E TAREFA: DOM EXTRAORDINÁRIO DO ESPÍRITO,
SEMPRE ATUANTE NO POVO DE DEUS,
PARA “FAZER NOVAS TODAS AS COISAS”,
COMO FONTE RECRIADORA DE VIDA E DE ESPERANÇA.
TAREFA, QUE NÃO SE CONCRETIZARÁ SEM O COMPROMISSO
E A GENEROSA AUDÁCIA DE CADA RELIGIOSO
E CADA RELIGIOSA, NA RESPOSTA COTIDIANA AO DOM DO ESPÍRITO.



“Jubileu nos Cárceres”

1. No contexto deste Ano Santo de 2000, não podia faltar a Jornada do Jubileu nos Cárceres. As portas dos estabelecimentos prisionais não podem, de fato, excluir dos benefícios deste acontecimento aqueles que devem passar parte da vida no seu interior.

Ao pensar nestes irmãos e irmãs, quero antes de mais desejar-lhes que o Ressuscitado, que entrou no Cenáculo estando as portas fechadas, possa entrar em todas as prisões do mundo e ser acolhido nos corações, levando a todos paz e serenidade.

Como é sabido, neste Jubileu a Igreja celebra de modo especial o mistério da encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo. Com efeito, já transcorreram dois mil anos desde que o Filho de Deus se fez homem e veio a habitar entre nós. Hoje, como então, a salvação realizada por Cristo é nos novamente oferecida, a fim de que produza abundantes frutos de bem conforme o desígnio de Deus, que quer salvar todos os seus filhos, especialmente aqueles que, tendo-se afastado d’Ele, estão à procura do caminho de volta. O Bom Pastor segue continuamente o rasto das ovelhas perdidas e, quando as encontra, toma-as sobre os ombros e as reconduz ao redil. Cristo procura encontrar-se com cada ser humano, em qualquer situação que se encontre!

2. O objetivo do encontro de Jesus com o homem é a sua salvação. Uma salvação, aliás, que é proposta, não imposta. Cristo espera do homem uma confiante aceitação, que abra a sua mente a decisões generosas, capazes de remediar o mal cometido e promover o bem. Trata-se, às vezes, de um caminho longo, porém certamente estimulante, pois não se faz sozinho, mas na companhia e com o apoio do mesmo Cristo. Jesus é um paciente companheiro de viagem, que sabe respeitar os tempos e os ritmos do coração humano, embora não se canse de encorajar cada um a caminhar para a meta da salvação.

A mesma experiência jubilar está estreitamente ligada à vicissitude humana da passagem do tempo, ao qual ela quer dar um sentido: por um lado, o Jubileu quer auxiliar-nos a rememorar o passado, entesourando todas as experiências vividas;

por outro, descerra-nos o futuro no qual o empenho do homem e a graça de Deus devem tecer juntos o que resta para viver.

Quem se encontra na prisão, pensa com melancolia ou com remorso nos dias em que vivia livre, e padece com amargura um tempo presente que parece sem fim. Nesta difícil situação, uma forte experiência de fé pode proporcionar ajuda determinante à exigência humana de se alcançar, também aí, um equilíbrio interior. Eis aqui um dos motivos do valor do Jubileu nas prisões: a experiência jubilar vivida por detrás das grades pode levar a horizontes humanos e espirituais inesperados.

3. O Jubileu lembra-nos que o tempo é de Deus. E não escapa a este senhorio de Deus o tempo da detenção. Os poderes públicos que, em cumprimento de uma disposição legal, privam da liberdade pessoal um ser humano pondo como que entre parêntesis um período mais ou menos longo da sua existência, devem saber que não são senhores do tempo do recluso. Do mesmo modo, quem se encontra detido não deve viver como se o tempo de prisão lhe fosse subtraído irremediavelmente: também o tempo transcorrido no cárcere é tempo de Deus e como tal deve ser vivido; é tempo que há-de ser oferecido a Deus como ocasião de verdade, de humildade, de expiação e também de fé. O Jubileu serve para nos lembrar não só que o tempo é de Deus, mas ainda que os momentos em que soubermos recapitular tudo em Cristo tornam-se para nós *“um ano de graça do Senhor”*.

Durante o período do Jubileu, cada um é chamado a sincronizar o tempo do próprio coração, único e irrepetível, com o tempo do coração misericordioso de Deus, sempre pronto a acompanhar cada um, ao ritmo do seu passo, até à salvação. Embora, às vezes, a condição carcerária corra o risco de despersonalizar o indivíduo, privando-o de muitas possibilidades de se exprimir publicamente a si próprio, o recluso deve recordar que, diante de Deus, não é assim: o Jubileu é o tempo da pessoa, em que cada um é ele mesmo diante de Deus, à imagem e semelhança d'Ele. E cada um é chamado a acelerar o seu passo rumo à salvação e a progredir na descoberta gradual da verdade sobre si próprio.

4. O Jubileu não quer deixar as coisas como estão. O ano jubilar do Antigo Testamento devia «restabelecer a igualdade entre todos os filhos de Israel, abrindo novas possibilidades às famílias que tinham perdido as suas propriedades, ou até mesmo a liberdade pessoal» (*Tertio millennio adveniente*, 13). A perspectiva que o Jubileu abre diante de cada um é, portanto, uma ocasião que não deve ser perdida. É preciso aproveitar o Ano Santo para procurar sanar eventuais injustiças, para suavizar algum excesso, para recuperar o que, de outro modo, se perderia. E se isto é válido para toda a experiência humana, sujeita à perfeição, com maior razão aplica-se à experiência da detenção onde as situações que se criam estão sempre revestidas de particular delicadeza.

Mas o Jubileu não nos estimula somente a estabelecer medidas de reparação das situações de injustiça. O seu significado é também positivo. Tal como a misericórdia de Deus, sempre nova nas suas formas, abre novas possibilidades de crescimento no bem, assim também celebrar o Jubileu significa empenhar-se por criar

novas ocasiões de resgate para cada situação pessoal e social, apesar de aparentemente comprometida. Isto é ainda mais evidente para a realidade carcerária: abster-se de ações de promoção do recluso significaria reduzir a medida de detenção a uma mera retorsão social, tornando-a simplesmente odiosa.

5. Se a ocasião do Grande Jubileu é uma oportunidade de reflexão oferecida aos reclusos a respeito da sua condição, o mesmo se pode dizer para a sociedade civil inteira, que se depara diariamente com a delinqüência, para as autoridades encarregadas de conservar a ordem pública e favorecer o bem comum, para os juristas chamados a refletir sobre o sentido da pena e a abrir novas fronteiras para a coletividade.

O tema foi enfrentado muitas vezes ao longo da história e muitos progressos foram alcançados na linha da adequação do sistema penal, quer à dignidade da pessoa humana quer à efetiva garantia de manutenção da ordem pública. Mas, os inconvenientes e as dificuldades vividas no complexo mundo da justiça e, mais ainda, o sofrimento originado nas prisões testemunham que há ainda muito a fazer. Estamos ainda longe do momento em que a nossa consciência poderá estar certa de ter feito todo o possível para prevenir a delinqüência e reprimi-la eficazmente, para que não continue prejudicando e, ao mesmo tempo, para oferecer a quem transgredir o caminho de um resgate e de uma nova e positiva inserção na sociedade. Se todos aqueles que, a título diverso, estão envolvidos no problema quisessem aproveitar a ocasião oferecida pelo Jubileu para desenvolver esta reflexão, a humanidade inteira poderia talvez dar um grande passo em frente para uma vida social mais serena e pacífica.

A punição prisional é tão antiga como a história do homem. Em muitos países, as prisões estão superlotadas. Existem algumas que possuem certa comodidade, mas noutras as condições de vida são muito precárias, para não dizer indignas do ser humano. Os dados que estão à vista de todos dizem-nos que esta forma de punição geralmente consegue resolver só em parte o fenômeno da delinqüência. Antes, em vários casos, os problemas que cria parecem maiores que aqueles que procura resolver. Isto impõe um reexame tendo em vista uma possível revisão: também neste sentido o Jubileu é uma ocasião que não pode ser desperdiçada.

Segundo o desígnio de Deus, cada um deve colaborar, assumindo o próprio papel na edificação de uma sociedade melhor. Isto, evidentemente, implica um grande esforço inclusive no âmbito da prevenção do delito. Quando, apesar de tudo, este é cometido, a colaboração de cada um, nos limites da sua competência, para o bem comum traduz-se no empenho em contribuir para a preparação de caminhos de redenção e de crescimento pessoal e comunitário baseados na responsabilidade. Tudo isto, não deve ser considerado uma utopia. Os que podem, devem esforçar-se por dar forma jurídica a estes objetivos.

6. Nesta perspectiva, portanto, é desejável uma mudança de mentalidade, graças à qual seja possível prover a uma conveniente adequação das instituições jurídicas. Isto supõe, como é lógico, um grande consenso social e especiais capacidades técnicas. Um forte apelo a caminhar nesta direção chega das inúmeras prisões espalhadas

pelo mundo, onde se encontram segregados milhões de irmãos e irmãs nossos. Eles reclamam, sobretudo, uma adequação das estruturas carcerárias e, por vezes, também a revisão da legislação penal. Deveriam ser finalmente canceladas da legislação dos Estados as normas contrárias à dignidade e aos direitos fundamentais do homem, assim como as leis que dificultam o exercício da liberdade religiosa em benefício dos reclusos. Deverão ser revistos também os regulamentos prisionais que não prestem atenção suficiente aos enfermos graves e aos que estão em fase terminal; da mesma forma, devem ser potenciadas as instituições predispostas para a tutela legal dos mais pobres.

Mesmo nos casos em que a legislação é satisfatória, muitos sofrimentos são causados aos reclusos por outros fatores concretos. Penso, em particular, nas condições precárias em que os encarcerados são obrigados a viver nas prisões, bem assim às vexações infligidas, por vezes, aos presos por discriminações devidas a motivos étnicos, sociais, econômicos, sexuais, políticos e religiosos. Por vezes, a prisão torna-se um lugar de violência parecido com aqueles ambientes donde não raro os reclusos provêm. Isto inutiliza, como é evidente, todo o esforço educativo das medidas de detenção.

Outras dificuldades são sentidas pelos reclusos para conseguirem manter contatos regulares com a família e com os próprios entes queridos, e registram-se frequentemente também graves carências nas estruturas que deveriam acompanhar quem sai do cárcere, facilitando a sua nova inserção social.

APELO AOS GOVERNANTES

7. O Grande Jubileu do Ano 2000 insere-se na tradição dos Anos Jubilares que o precederam. A celebração do Ano Santo foi sempre, para a Igreja e para o mundo, uma ocasião para fazer algo a favor da justiça, à luz do Evangelho. Estas ocorrências tornaram-se assim um estímulo para a comunidade reconsiderar a justiça humana com o metro da justiça de Deus. Só uma serena avaliação do funcionamento das instituições penais, uma sincera identificação dos fins que a sociedade deve ter em vista para fazer frente à criminalidade, uma séria ponderação dos meios usados para tais objetivos, conduziram e poderão ainda conduzir a individuar as correções que se tornem necessárias. Não se trata de aplicar, quase automaticamente ou de modo puramente decorativo, medidas de clemência puramente formais, de tal modo que, concluído o Jubileu, tudo volte a ser como antes. Trata-se, pelo contrário, de criar iniciativas que possam constituir uma válida premissa para uma autêntica renovação tanto das mentalidades como das instituições.

Nesse sentido, os Estados e Governos que têm em curso ou pensam promover revisões do seu sistema prisional, para adequá-lo melhor às exigências da pessoa humana, merecem ser estimulados a continuar nessa obra tão importante, prevenindo inclusive um recurso maior a penas não detentivas.

Para tornar mais humana a vida na prisão, é muito importante prever iniciativas concretas que permitam aos reclusos realizar, na medida do possível, trabalhos capazes de retirá-los do envilecimento do ócio. Assim será possível iniciá-los em

itinerários formativos que facilitem a sua reintegração no mundo do trabalho, no fim da pena. Além disso, há que não transcurar o acompanhamento psicológico que pode servir para resolver nós problemáticos da personalidade. O cárcere não deve ser um lugar de deseducação, de ócio e talvez de vício, mas de redenção.

Para este fim, poderá certamente concorrer a possibilidade oferecida aos reclusos de aprofundarem a sua relação com Deus, bem como a sua participação em projetos de solidariedade e de caridade. Isto contribuirá para acelerar a sua recuperação social, reconduzindo ao mesmo tempo o ambiente prisional a condições mais suportáveis.

No contexto destas propostas abertas para o futuro, dando continuidade a uma tradição instaurada pelos meus Predecessores por ocasião dos Anos Jubilares, dirijo-me confiadamente aos Responsáveis dos Estados para pedir um sinal de clemência em benefício de todos os reclusos: uma redução, mesmo modesta, da pena constituiria para os presos um claro sinal de sensibilidade pela sua condição, que não deixaria de suscitar ecos favoráveis no seu espírito, encorajando-os no esforço de arrependimento pelo mal cometido e estimulando a sua emenda pessoal.

O acolhimento desta proposta por parte das Autoridades competentes convidaria os reclusos a olharem o futuro com nova esperança e simultaneamente constituiria um sinal eloqüente da afirmação progressiva, no mundo que se abre ao terceiro milênio cristão, de uma justiça mais verdadeira, porque aberta à força libertadora do amor.

Invoco as bênçãos do Senhor sobre aqueles que têm a responsabilidade de administrar a justiça na sociedade, bem como sobre aqueles que incorreram nos rigores da lei. Possa Deus iluminar generosamente a cada um e cumular a todos dos seus favores celestes. Aos reclusos e às reclusas de todo o mundo, asseguro a minha proximidade espiritual, estreitando todos a mim num abraço ideal como irmãos e irmãs em humanidade. ■

Vaticano, 24 de Junho de 2000

Joannes Paulus II



1. *“Eis que faço novas todas as coisas”* Pelos caminhos da refundação

Mensagem final da XIV Assembléia Geral da CLAR

Queridos irmãos e irmãs da América Latina e Caribe

A XIV Assembléia Geral da CLAR, representando os homens e mulheres consagrados do continente, em resposta aos apelos do Espírito que foi sendo percebido nesses últimos anos, **convoca um Concílio da Vida Religiosa da América Latina e do Caribe**¹, com o lema: **“Pelo caminho de Emaús”**.

A aventura da Vida Religiosa iniciou-se, para nossos fundadores e fundadoras, pela experiência de serem seduzidos e seduzidas por Jesus e pelo Reino, assim como para cada um/a de nós. Sentimos que essa experiência nos coloca num itinerário em que há tempos para caminhar e tempos para acampar, tempos de parar e de recomeçar a caminhada (cf. Ecl 3), com a certeza de que a nuvem de Javé nos acompanha (cf. Nm 9,15).

São constantes as interpelações de um mundo com novos paradigmas, que exige expressões de Vida Religiosa mais significativas para o homem e a mulher de hoje. O desafio à Vida Religiosa torna-se ainda maior quando se escuta o clamor de nossos povos latino-americanos e caribenhos empobrecidos, profundamente marcados pelas conseqüências de estruturas econômicas, sociais e políticas injustas, intensificadas pelas medidas e ajustes de caráter neoliberal, produtores de marginalização e exclusão (cf. E.A. 52-53).

Dando continuidade ao caminho iniciado com o apelo do Vaticano II, várias experiências de renovação e testemunho profético foram realizadas e confirmadas pelo martírio de numerosos irmãos e irmãs. Estamos convencidos e convencidas de que, nessa mudança de época, Deus está fazendo algo novo. O mesmo Senhor nos convida, como Vida Religiosa, a perceber o novo e caminhar na estrada que Ele está abrindo (cf. Is 43,18-20)

1. Usamos a expressão Concílio em sentido análogo ao que já se usou em outras ocasiões, por exemplo, o Concílio de Jovens, de Taizé.

Reconhecemos que atravessamos tempos difíceis, caracterizados pela cultura da imagem, o consumismo e o provisório, em que experimentamos nossa fragilidade e propensão a interromper a jornada e nos fechar. O Espírito nos impele a alargar a tenda (cf. Is 54,2-3), a construir pontes num mundo cada vez mais complexo e pluricultural, a dialogar com as diferentes expressões religiosas e apoiar os esforços que fortalecem a nova cidadania a partir das genuínas expressões da sociedade civil. Tudo isso nos impulsiona, na fidelidade criativa ao Evangelho², a tecer redes entre nós e o conjunto do Povo de Deus, constrãindo uma nova eclesialidade.

Queremos caminhar, como os discípulos de Emaús, acompanhados e acompanhadas por Jesus, deixando que sua palavra ilumine nossas experiências desses anos, aqueça nosso coração, e que o reconheçamos no partir do pão. Desejamos que um acontecimento eclesial para toda a Vida Religiosa da América Latina e do Caribe seja significativo, e ajude a nos colocar em atitude de discernimento, reflexão orante, e nos mobilize a dar respostas no tempo que nos toca viver, à luz da experiência fundante de nossos carismas.

Mediante a celebração desse Concílio da Vida Religiosa da América Latina e do Caribe, queremos ir ao essencial dentro do processo de refundação da Vida Religiosa, aprofundando as Linhas Inspiradoras³ que animaram nosso caminho nos últimos anos.

Percorreremos o caminho conciliar em três etapas: Iniciação e Sensibilização, Desenvolvimento e Partilha⁴. O dinamismo de nosso caminho de Emaús, animado pelas Conferências Nacionais e apoiado pela CLAR, se fará vida no meio das numerosas comunidades religiosas que compartilhem seu dia a dia com o povo latino-americano e caribenho.

A XIV Assembléia Geral da CLAR foi, também, um encontro com Venezuela, sua gente, cultura e Vida Religiosa. Agradecemos sua acolhida, os sinais de vitalidade, os testemunhos de alegria e seu compromisso com os mais pobres. Pedimos ao Deus da Vida que continue animando sua presença evangélica, como sinal de esperança, no meio do povo.

Por isso, irmãos e irmãs, animamos a todos a acolher essa Convocação e a comprometer-se com entusiasmo renovado nesse caminho que nos faz participantes da construção do Reino. Reino que Jesus anima a partir da realidade latino-americana e caribenha, dizendo-nos: *"eis que faço novas todas as coisas"* (Ap 21,5).

Com Maria, que visitou sua prima Isabel e continua visitando nosso povo, queremos, na abertura e disponibilidade ao Espírito, viver o acontecimento desse Concílio da Vida Religiosa numa dinâmica de Visitação. Abriremos fronteiras, nos daremos as mãos para nos enriquecer nesses caminhos de refundação, proclamando com ela e com o povo nosso Magnificat.

CARACAS, VENEZUELA, 29 DE JUNHO DE 2000
SOLENIDADE DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO

2. VC, 37

3. Renovada opção preferencial pelos pobres, O mundo dos jovens, A mulher e o feminino, Espiritualidade libertadora, encarnada e inculturada e Nova eclesialidade.

4. Em texto à parte, explica-se com mais detalhes o programa "Pelo caminho de Emaús", Concílio da Vida Religiosa da América Latina e do Caribe.

2. Jubileu 2000 e Dívida Externa

*Nota da Presidência e da
Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB*

Estamos vivendo o Grande Jubileu da Encarnação de Jesus. O Santo Padre João Paulo II nos preparou para este evento de graça, a partir de 1994, com a Carta Apostólica "*Tertio Millennio Adveniente*". Afirma ele no número 51: "No espírito do livro do Levítico (25,8-12), os cristãos deverão fazer-se voz de todos os pobres do mundo propondo o jubileu como um tempo oportuno para pensar, além do mais, numa consistente redução senão mesmo no perdão total da dívida internacional, que pesa sobre o destino de muitas nações".

Na "*Ecclesia in America*", o Papa volta a insistir: "A existência de uma dívida externa que sufoca não poucos povos do Continente americano constitui um problema complexo. Mesmo sem abordar seus numerosos aspectos, a Igreja, na sua solicitude pastoral, não pode ignorar este problema, pois este se refere à vida de tantas pessoas" (EA, n.º 59).

De fato, "só o pagamento dos juros já constitui para a economia das nações pobres um peso que priva as autoridades da disponibilidade de dinheiro necessário para o desenvolvimento social, a saúde e a instituição de um fundo gerador de emprego". (EA n.º 22).

Impelida por esta exortação, a Igreja no Brasil, mediante a CNBB, vem buscando desenvolver um processo de conscientização sobre os efeitos negativos da dívida externa e interna sobre a população brasileira.

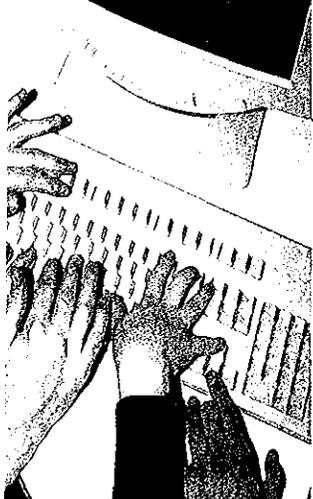
Este processo vem crescendo a partir do "Projeto Rumo ao Novo Milênio", e as diversas "Semanas Sociais" e, neste ano jubilar, desemboca num esforço conjunto das Pastorais Sociais da CNBB, em parceria com mais de 50 entidades e movimentos, visando fazer com que toda a população tome conhecimento desta situação.

Esta movimentação terá seu momento forte na Semana da Pátria deste ano quando acontecerão atos de conscientização e esclarecimento, culminando com a participação em um plebiscito popular.

Vimos instar nossos irmãos no episcopado, a fim de que, no espírito do Jubileu, da prática de Jesus e iluminados pela palavra do Santo Padre, busquem intensamente formas de levar à população e às autoridades a preocupação com este grave problema que afeta sobretudo os pobres de nosso país.

Pedimos a todos os pastores e ao Povo de Deus que apoiem este processo, seguindo as formas mais adequadas à sua realidade local, a fim de tornar efetiva esta solicitude pastoral.

BRASÍLIA(DF), 30 DE JUNHO DE 2000



Jesus Formador

FREI CARLOS MESTERS, CARMELITA

“Quais as atitudes de Jesus que mais me inspiram e orientam no meu trabalho como formador ou formadora?” De alguns anos para cá, esta pergunta esteve presente e orientou vários encontros, palestras e escritos. Mesmo correndo o risco de alguma repetição, o presente artigo tenta apresentar um resumo. Para organizar melhor o pensamento, apresentamos o assunto em quinze pontos.

1. O CHAMADO: “VEM E SEGUE-ME!”

1. O chamado não é coisa de um só momento, mas é feito de repetidos chamados e convites, de avanços e recuos:

* Começa à beira do lago (Mc 1,16), e só termina depois da ressurreição (Mt 28,18-20; Jo 20, 21). Começa na Galiléia (Mc 1,14-17) e, no fim, após um longo processo, recomeça na mesma Galiléia (Mc 14,28; 16,7), também à beira do lago (Jo 21,4-17). Recomeça sempre!

* Na prática, o chamado coincide com a convivência formadora dos três anos com Jesus, desde o batismo de João até o momento em que Jesus foi levado ao céu (At 1,21-22).

2. A maneira de Jesus chamar as pessoas é simples e bem variada. Os chamados não se repetem:

* Às vezes, é o próprio Jesus que toma a iniciativa. Ele passa, olha e chama (Mc 1,16-20).

* Outras vezes, são os discípulos que convidam parentes e amigos (Jo 1,40-42.45-46) ou é João Batista que o aponta como o “Cordeiro de Deus” (Jo 1,35-39). Outras vezes ainda, é a própria pessoa que se apresenta e pede para segui-lo (Lc 9,57-58.61-62).

* A maior parte dos que são chamados já conhece a Jesus. Eles já tiveram alguma convivência com ele. Tiveram a oportunidade de vê-lo ajudar as pessoas ou de escutá-lo na sinagoga da comunidade (Jo 1,39; Lc 5,1-11). Sabem como Jesus vive e o que ele pensa.

3. O chamado é gratuito; não custa. Mas acolher o chamado exige decisão e

compromisso. Jesus não esconde as exigências. Quem quer segui-lo deve saber o que está fazendo:

- * deve mudar de vida e crer na Boa Nova (Mc 1,15),
- * deve estar disposto a abandonar tudo e assumir com ele uma vida pobre e itinerante. Quem não estiver disposto a fazer tudo isto, “não pode ser meu discípulo” (Lc 14,33).
- * O peso, porém, não está na renúncia, mas sim no amor que dá sentido à renúncia (Jo 21,15-17). É por amor a Jesus (Lc 9,24) e ao Evangelho (Mc 8,35) que o discípulo ou a discípula deve renunciar a si mesmo, carregar

sua cruz, todos os dias, e segui-lo (Mt 10,37-39; 16,24-26; 19,27-29).

4. O chamado é como um novo começo! Começa tudo de novo!
- * Quem aceita o chamado, deve “deixar que os mortos enterrem seus mortos” (Lc 9,60).
- * É como nascer de novo (Jo 3,3-8). Deve seguir em frente e não olhar para trás (Lc 9,62).
- * O chamado é um tesouro escondido, uma pedra preciosa. Por causa dele, a pessoa abandona tudo, segue Jesus (Mt 13,44-46) e entra na nova família, na nova comunidade (Mc 3,31-35).

2. O DUPLO OBJETIVO DO CHAMADO

Desde o começo, o objetivo é duplo:

- * “Vem e segue-me” (Mc 1,17). Seguir Jesus significa estar com ele, formar comunidade com ele (Mc 10,21).
- * “Farei de vocês pescadores de homens” (Mc 1,17; Lc 5,10). A Missão, trabalhar com Jesus no anúncio da Boa Nova.

1. No Evangelho de Marcos, depois de um tempo de convivência, Jesus renova o chamado e “chama os que ele quis”, a saber, “os doze” (Mc 3,14). Eles agora sabem quem é Jesus:

- * o seu jeito de viver e de ver as coisas é diferente das autoridades da época (Mc 1,21-22),
- * convive com os marginalizados (Mc 2,15-16; Lc 7,37-50),
- * é uma pessoa perseguida e contestada (Mc 3,6; Jo 15,20).

2. Neste segundo chamado o objetivo continua sendo o mesmo. O Evangelho

de Marcos o descreve assim: “Jesus subiu a montanha e chamou a si os que ele queria, e eles foram até ele. E constituiu os Doze para que ficassem com ele e para enviá-los a pregar e terem autoridade para expulsar os demônios” (Mc 3,13-15). Jesus pede duas coisas, ao mesmo tempo:

- * “ficar com ele”, isto é, formar uma comunidade estável ao redor dele,
- * “ir pregar e expulsar os demônios”, isto é, andar em missão de um lugar para outro.

3. No que segue, vai ficar mais claro todo o alcance deste duplo objetivo: *convivência estável* ao redor de Jesus e *missão itinerante* através dos povoados. As duas fazem parte do mesmo processo de formação. Uma não exclui a outra. Elas se completam. Uma sem a outra, não se realiza.

3. AS PESSOAS QUE SÃO CHAMADAS

Os doze apóstolos e as outras pessoas, homens e mulheres, que seguiam a Jesus eram pessoas comuns. Tinham suas virtudes e seus defeitos. Os evangelhos informam muito pouco sobre o jeito e o caráter de cada um e cada uma. Mas o pouco que informam é motivo de consolo para nós. Eis o que se pode afirmar a respeito de algumas destas pessoas chamadas por Jesus:

* *Pedro:*

pessoa generosa e entusiasta (Mc 14,29. 31; Mt 14,28-29), mas na hora do perigo e da decisão, o seu coração encolhia e voltava atrás (Mt 14,30; Mc 14,66-72).

* *Tiago e João:*

estavam dispostos a sofrer com Jesus (Mc 10,39), mas eram muito violentos (Lc 9,54). Jesus os chamou "filhos do trovão" (Mc 3,17).

* *Filipe:*

tinha jeito de colocar os outros em contato com Jesus (Jo 1,45-46), mas não era prático em resolver os problemas (Jo 6,5-7; 12,20-22). Jesus chegou a perder a paciência com ele: "Mas Filipe, tanto tempo que estou com vocês, e você ainda não me conhece?" (Jo 14,8-9)?

* *André:*

pessoa prática. Foi ele que encontrou o menino com cinco pães e dois peixes (Jo 6,8-9). É a ele que Filipe se dirige para resolver o caso dos gregos que queriam ver a Jesus (Jo 12,20-22), e é André que chama Pedro para encontrar-se com Jesus (Jo 1,40-43).

* *Tomé:*

era cabeçudo, capaz de sustentar a sua opinião, uma semana inteira, contra o testemunho de todos os outros (Jo 20,24-25). O Jesus ressuscitado em que Tomé acredita é o mesmo que foi o

crucificado e que carrega os sinais da tortura no corpo (Jo 20,26-28).

* *Natanael:*

era bairrista e não podia admitir que algo de bom viesse de Nazaré (Jo 1,46). Este Natanael aparece só no evangelho de João. Alguns o identificam com o Bartolomeu que aparece na lista do evangelho de Marcos (Mc 3,18).

* *Mateus:*

era um publicano, pessoa excluída pela religião dos judeus (Mt 9,9). Sabemos pouco da vida dele. No evangelho de Marcos e de Lucas ele é chamado Levi (Mc 2,14; Lc 5,27). O nome *Mateus* significa *Dom de Deus*. Os excluídos são um "mateus" (dom de Deus), para a comunidade.

* *Simão:*

era um zelote (Mc 3,18). Dele só sabemos o nome e o apelido. Nada mais. Ele era *zelote*, isto é, fazia parte do movimento popular da época que se opunha à dominação romana.

* *Judas:*

guardava o dinheiro do grupo (Jo 12,6; 13,29). Tornou-se o traidor de Jesus (Jo 13,26-27). Setenta anos depois da traição, no fim do primeiro século, o autor do quarto evangelho ainda tem raiva dele e o chama de "ladrão" (Jo 12,4-6).

* *Nicodemos:*

era membro do Sinédrio, o Supremo Tribunal da época. Homem importante. Ele aceita a mensagem de Jesus, mas não tem coragem de manifestá-lo publicamente (Jo 3,1).

* *Joana e Susana:*

Joana era a esposa de Cusa, procurador de Herodes, que governava a Galiléia. Junto com Susana e outras mulheres, seguia Jesus e o servia com seus bens (Lc 8,2-3).

* *Maria Madalena*: era nascida da cidade de Magdala. Daí o nome Maria *Ma(g)dalena*. Jesus a curou de uma doença (Lc 8,2). Ela foi uma das maiores amigas de Jesus e o seguiu até ao pé da Cruz (Mc 15,40). Depois da páscoa, foi ela que recebeu de Jesus a ordenação de anunciar aos outros a Boa Nova da Ressurreição (Jo 20,17; Mt 28,10).

A maior parte dos que *seguem* Jesus para formar comunidade com ele eram pessoas simples, sem muita instrução (At 4,13; Jo 7,15). Entre eles havia homens e mulheres, pais e mães de família (Lc 8,2-3; Mc 15,40s). Alguns eram pescadores (Mc 1,16.19). Outros, artesãos e agricultores. Mateus era publicano (Mt 9,9). Simão, do movimento popular *zelote* (Mc 3,18). É possível que alguns tenham sido do grupo dos *revoltosos*, pois carregavam armas e tinham atitudes violentas (Mt 26,51; Lc 9,54; 22,49-51). Outros ainda tinham sido curados por Jesus de doenças (Lc 8,2).

Havia também alguns mais ricos: Joana (Lc 8,3), Nicodemos (Jo 3,1-2), José de Arimatéia (Jo 19,38), Zaqueu (Lc 19,5-10)

e outros. Estes tiraram na carne o que quer dizer romper com o sistema e aderir a Jesus. Nicodemos, ao defender Jesus no tribunal, foi vaiado (Jo 7,50-52). José de Arimatéia, ao pedir o corpo de Jesus, correu o risco de ser acusado como inimigo dos romanos e dos judeus (Mc 15,42-45; Lc 23,50-52). Zaqueu devolveu quatro vezes o que roubou e deu a metade de seus bens aos pobres (Lc 19,8). Todos eles, tanto os pobres como os poucos ricos, podiam dizer com Pedro: "Nós deixamos tudo e te seguimos!" (Mt 19,27). Todos eles tiveram que fazer a "mudança de vida", a "conversão" que Jesus pedia (Mc 1,15).

Jesus passou uma noite inteira em oração antes de fazer a escolha definitiva dos doze apóstolos (Lc 6,12-16). Rezou para saber a quem escolher. E escolheu as pessoas cujos retratos, conservados nos evangelhos, acabamos de olhar. É com este grupo que Jesus começou a maior revolução da história do Ocidente! Não escolheu a elite, não escolheu gente formada e estudada, de altas qualidades. Escolheu pessoas que se sentiam atraídas pela mensagem de vida que ele trazia.

4. "SEGUIR JESUS"

"Seguir" era um termo que fazia parte do sistema educativo da época. Era usado para indicar o relacionamento entre discípulo e mestre. O relacionamento mestre-discípulo é diferente do relacionamento professor-aluno. Os alunos assistem às aulas do professor sobre uma determinada matéria, mas não convivem com ele. Os discípulos "seguem" o mestre e se formam na convivência com ele.

Aos trinta anos de idade, Jesus já é *Mestre*. Como os rabinos (mestres) da época, ele reúne discípulos e discípulas

para formar comunidade com eles. Todos eles "*seguem Jesus*", formando grupos concêntricos em torno dele:

- * Um núcleo menor de doze (Mc 3,14), como as doze tribos de Israel (Mt 19,28).
- * Uma comunidade mais ampla de homens e mulheres (Lc 8,1-3).
- * Um grupo maior de setenta e dois (Lc 10,1).
- * As multidões que se reúnem ao redor de Jesus para ouvir a sua mensagem.

* Dentro do núcleo dos doze, de acordo com a finalidade do momento, Jesus forma grupos menores. Por exemplo, chama Pedro, Tiago e João para momentos de oração (Mt 26,37s; Lc 9,28).

* É sinal de muita maturidade e equilíbrio Jesus ser mestre aos 30 anos de idade. Ter sempre doze pessoas perto! Sempre! De vez em quando, ele não agüenta mais e se impacienta (Mc 9,19) ou sai para ficar a sós (Mc 6,46).

Como todos os grupos de discípulos daquela época, assim também o grupo que “segue Jesus” tinha o seu ritmo de vida: diário, semanal, anual.

1. O ritmo diário na família, na comunidade

No tempo de Jesus, o povo rezava três vezes ao dia: de manhã, ao meio dia e à noite. Eram os três momentos em que se oferecia o sacrifício no Templo. Assim, a nação inteira se unia diante de Deus. Eram orações tiradas da Bíblia ou inspiradas pela Bíblia que marcavam o ritmo diário da vida de Jesus e da sua comunidade ao longo dos três anos da formação.

2. O ritmo semanal na sinagoga

Um escrito antigo da Tradição Judaica, chamado *Pirquê Abot*, dizia: “O mundo repousa sobre três colunas: a Lei, o Culto e o Amor”. Era o que eles faziam todos os Sábados. Mesmo durante as viagens missionárias, Jesus e os discípulos tinham o “costume” de, aos sábados, se reunirem com o povo na sinagoga para ouvir as leituras da Bíblia (Lei), para rezar e louvar a Deus (Culto) e para discutir as coisas da vida da comunidade (Amor) (Lc 4,16.44; Mc 1,39).

3. O ritmo anual no Templo

Era baseado no ano litúrgico com suas festas. Cada ano, o povo tinha que

fazer três romarias a Jerusalém para visitar a Deus no seu Templo (Ex 23,14-17). Jesus e os discípulos participavam das romarias e visitavam o Templo de Jerusalém nas grandes festas (Jo 2,13; 5,1; 7,14; 10,22; 11,55).

Criava-se assim um ambiente familiar e comunitário, impregnado pela leitura orante da Palavra de Deus, em que Jesus formava os discípulos e as discípulas. Este ambiente formativo tinha algumas características ou critérios que ajudavam os discípulos a se identificarem com o grupo e a experimentarem a pertença à “família de Jesus”.

Aprender de memória

Nas reuniões das nossa comunidades, o povo aprende de memória os cânticos que caracterizam a vida da comunidade. Assim, naquele tempo, os discípulos aprendiam de memória os salmos e as orações. Nas orações e benditos, eram evocados os acontecimentos mais importantes do passado. Tudo isto ajudava a reforçar nos discípulos a identidade e a não perderem a memória.

Expressão corporal

Ela aparece muito nos salmos e contribuía para se criar um ambiente de oração. Por exemplo, procissão (Sl 95,2), prostração, inclinação e genuflexão (Sl 95,6), estender as mãos (Sl 63,5), “orientação” na direção do Templo que ficava no Oriente (Sl 138,2). Três vezes ao dia, na hora da oração, o grupo inteiro se unia ao povo espalhado pelo mundo e se “orientava” na direção do Templo. Isto fortalecia a consciência de pertença ao povo.

Dimensão mística e criativa

A oração dos Salmos era o momento apropriado não só para repetir preces já existentes, mas também para cada um

viver e profundar a sua própria união com Deus. A oração dos Salmos devia levar as pessoas a formularem sua própria prece, seu próprio salmo. Assim, Jesus fez um salmo que ele transmitiu aos discípulos. Nós o rezamos até hoje! É o Pai-Nosso (Mt 6,9-13; Lc 11,2-4).

Foi nesta “convivência” de três anos com Jesus, que os discípulos e as discípulas receberam a sua formação. Em que consistia esta formação?

* A formação do “seguimento de Jesus” não era, em primeiro lugar, a transmissão de verdades a serem decoradas, mas era a comunicação da nova experiência de Deus e da vida que irradiava de Jesus para os discípulos e as discípulas. A própria comunidade que se formava ao redor de Jesus era a expressão desta nova experiência de Deus e da vida.

* A formação levava as pessoas a terem outros olhos, outras atitudes. Fazia nascer nelas uma nova consciência a respeito da missão e a respeito de si mesmas. Fazia com que fossem colocando os pés do lado dos excluídos. Produzia aos poucos a “conversão” como consequência da aceitação da Boa Nova (Mc 1,15).

Assim, para os primeiros cristãos, *Seguir Jesus* significava:

Imitar o exemplo do Mestre.

Jesus era o modelo a ser recriado na vida do discípulo ou da discípula (Jo 13,13-15). A convivência diária permitia um confronto constante. Nesta “Escola de Jesus” só se ensinava uma única matéria: o Reino! E este Reino se reconhecia na vida e na prática de Jesus

Participar do destino do Mestre.

Quem *seguia* Jesus devia comprometer-se com ele e “estar com ele nas tentações” (Lc 22,28), inclusive na perseguição (Jo 15,20; Mt 10,24-25). Devia estar disposto a carregar a cruz e a morrer com ele (Mc 8,34-35; Jo 11,16).

Ter a vida de Jesus dentro de si.

Depois da Páscoa, acrescentou-se uma terceira dimensão: identificar-se com Jesus, vivo na comunidade. Os primeiros cristãos procuravam refazer o caminho de Jesus que tinha morrido em defesa da vida e foi ressuscitado pelo poder de Deus (Fl 3,10-11). Trata-se da dimensão mística do seguimento de Jesus, fruto da ação do Espírito: “Vivo, mas já não sou eu, é Cristo que vive em mim” (Gl 2,20).

5. A COMUNIDADE FORMADORA AO REDOR DE JESUS É *INSERIDA E MISSIONÁRIA*

Um duplo cativeiro marcava a situação do povo na época de Jesus: o cativeiro da religião oficial, mantida pelas autoridades religiosas da época, e o cativeiro da política de Herodes, apoiada pelo Império Romano e mantida por todo um sistema bem organizado de exploração e de repressão. Por causa disso, o clã, a família, a comunidade, estava sendo desintegrada e uma grande parte do povo vivia excluída, marginalizada e sem lugar, nem na religião, nem na sociedade. Por isso,

havia vários movimentos que, como Jesus, procuravam uma nova maneira de viver e conviver em comunidade: essênios, fariseus e, mais tarde, os zelotes. Dentro da comunidade de Jesus, porém, havia algo novo que a diferenciava dos outros grupos. Era a atitude frente aos pobres e excluídos.

As comunidades dos fariseus viviam *separadas*. A palavra “fariseu” quer dizer “separado”. Viviam separadas do povo *impuro*. Muitos dos fariseus consideravam

C O N V E R S Õ E N C I A

o povo como ignorante e maldito (Jo 7,49), cheio de pecado (Jo 9,34). Não aprendiam nada do povo (Jo 9,34). Jesus e a sua comunidade, ao contrário, viviam misturados com as pessoas excluídas, consideradas impuras: publicanos, pecadores, prostitutas, leprosos (Mc 2,16; 1,41; Lc 7,37). Jesus reconhece a riqueza e o valor que os pobres possuem (Mt 11,25-26; Lc 21,1-4). Proclama-os felizes, porque o Reino é deles, dos pobres (Lc 6,20; Mt 5,3). Define sua própria missão como “anunciar a Boa Nova aos pobres” (Lc 4,18). Ele mesmo vive como pobre. Não possui nada para si, nem mesmo uma pedra para reclinar a cabeça (Lc 9,58). E a quem quer segui-lo para conviver com ele, manda escolher: ou Deus, ou o dinheiro! (Mt 6,24). Manda fazer opção pelos pobres! (Mc 10,21)

A pobreza, que caracterizava a vida de Jesus e dos discípulos, caracterizava também a missão. Ao contrário dos outros missionários (Mt 23,15), os discípulos e as discípulas de Jesus deviam confiar no povo. Por isso, não podiam levar nada, nem ouro, nem prata, nem duas túnicas, nem sacola, nem sandálias (Mt 10,9-10). Deviam confiar é na hospitalidade (Lc

9,4; 10,5-6). E caso fossem acolhidos pelo povo, deviam trabalhar como todo mundo e viver do que receberiam em troca (Lc 10,7-8). Além disso, deviam tratar dos doentes e necessitados (Lc 10,9; Mt 10,8). Então podiam dizer ao povo: “O Reino chegou!” (Lc 10,9).

Por outro lado, quando se trata de administrar os bens, aquilo que chama a atenção nas parábolas de Jesus é a seriedade que ele pede no uso destes bens (Mt 25,21.26; Lc 19, 22-23). Jesus quer que o dinheiro esteja a serviço da vida (Lc 16,9-13). Para Jesus, ser pobre não é sinônimo de relaxado e descuidado.

Este testemunho diferente a favor dos pobres era o passo que faltava no movimento popular da época. Cada vez que, na Bíblia, se tenta renovar a Aliança, se recomeça restabelecendo o direito dos pobres, dos excluídos. Sem isto, a Aliança não se refaz! Assim faziam os profetas, assim faz Jesus. Ele denuncia o sistema antigo que em Nome de Deus excluía os pobres, e anuncia um novo começo que em Nome de Deus acolhe os excluídos. Este é o sentido e o motivo da inserção e da missão da comunidade de Jesus no meio dos pobres. Ela atinge a raiz e inaugura a Nova Aliança.

6. A MISSÃO DA COMUNIDADE QUE SE FORMA AO REDOR DE JESUS

A raiz da Missão é a nova experiência de Deus como *Abba*, Pai. Se Deus é Pai e Mãe, então todos devemos conviver como irmãos e irmãs. Mas a situação em que se encontrava o povo no tempo de Jesus era o contrário da fraternidade que Deus sonhou para todos! Diante desta situação, Jesus não se manteve neutro. Pelo contrário! Motivado pela sua experiência de Deus, tomou posição em defesa da vida do povo e definiu sua missão da seguinte maneira: “*O Espírito do Senhor está sobre mim,*

porque ele me ungiu para anunciar a Boa Nova aos pobres, enviou-me para proclamar a libertação aos presos, a recuperação da vista aos cegos, restituir a liberdade aos oprimidos e proclamar um ano de graça da parte do Senhor” (Lc 4,18-19). A missão que a comunidade dos discípulos e discípulas recebe de Jesus é a mesma que ele recebeu do Pai: “Como o Pai me enviou assim envio vocês” (Jo 20,21). A plataforma de onde se parte para a Missão é a comunidade, que vive a nova fraternidade. A Comu-

idade deve ser como o rosto de Deus, transformado em Boa Nova para o povo.

O que significa isto no concreto? Toda nova experiência de Deus, *quando verdadeira*, traz mudanças profundas na convivência humana. Eis algumas das mudanças que foram aparecendo na comunidade que se formou ao redor de Jesus e que caracterizam a formação recebida pelos discípulos e pelas discípulas ao longo dos três anos de convivência:

1. Todos irmãos

Ninguém deve aceitar o título de mestre, nem de pai, nem de guia, pois “um só é o mestre de vocês e todos vocês são irmãos” (Mt 23,8-10). A base da comunidade formadora não é o saber, nem o poder, nem a jerarquia, mas sim a igualdade de todos como irmãos. É a fraternidade ou a irmandade de todos ao redor do mesmo ideal.

2. Igualdade homem e mulher

Jesus muda o relacionamento homem-mulher, pois tira o privilégio do homem em relação à mulher (Mt 19,7-12). Não só os homens, também as mulheres “seguem” Jesus, desde a Galiléia (Mc 15,41; Lc 23,49; 8,1-3). Ele revela os seus segredos tanto aos homens como às mulheres. À Samaritana revelou que é o Messias (Jo 4,26). À Madalena apareceu por primeiro depois de ressuscitado e lhe deu a ordenação de anunciar a Boa Nova aos apóstolos (Mc 16,9-10; Jo 20,17).

3. Partilha dos bens

Na comunidade que se formou ao redor de Jesus, ninguém tinha nada de próprio (Mc 10,28). Jesus não tinha onde reclinar a cabeça (Mt 8,20). Havia uma caixa comum que era partilhada também com os pobres (Jo 13,29). Nas viagens o

missionário confia no povo que o acolhe e depende da partilha que recebe (Lc 10,7). Jesus elogia a viúva que sabe doar até do necessário (Mc 12, 41-44).

4. Amigos e não empregados

A partilha tem como base o econômico, mas deve crescer e atingir a alma e o coração (At 1,14; 4,32). A comunhão deve chegar ao ponto de não haver mais segredo entre eles: “Já não os chamo de empregados, mas sim de amigos. Pois tudo que ouvi do meu Pai contei para vocês” (Jo 15,15).

5. Poder é serviço.

“Os reis das nações as dominam e os que as tiranizam são chamados benfeitores. Entre vocês não seja assim” (Lc 22,25-26). “Quem quiser ser o primeiro seja o último!” (Mc 10,44). Jesus deu o exemplo (Jo 13,15). “Não veio para ser servido, mas para servir e doar a vida” (Mt 20,28).

6. Poder de perdoar e reconciliar

O poder de perdoar não é privilégio de alguns. Foi dado à comunidade (Mt 18,18), aos apóstolos (Jo 20,23) e também a Pedro (Mt 16,19). O perdão de Deus passa pela comunidade, que deve ser um lugar de perdão e de reconciliação, e não de condenação mútua.

7. Oração em comum

Eles iam juntos em romaria ao Templo (Jo 2,13; 7,14; 10,22-23), rezavam antes das refeições (Mc 6,41; Lc 24,30), frequentavam as sinagogas (Lc 4,16). E em grupos menores Jesus se retirava com eles para rezar (Lc 9,28; Mt 26,36-37).

8. Alegria

Jesus diz aos discípulos: “Felizes são vocês!”, porque seus nomes estão escritos no céu (Lc 10,20), seus olhos vêem a

realização da promessa (Lc 10,23-24), o Reino é de vocês! (Lc 6,20). É alegria que convive com dor e perseguição (Mt 5,11). Ninguém consegue roubá-la (Jo 16,20-22).

Estas são algumas das características da comunidade formadora que nasce ao redor de Jesus. Ela é o modelo para a comunidade dos primeiros cristãos, descrita nos Atos dos Apóstolos (At 2,42-47; 4,32-35). A convivência numa comunidade assim é necessariamente formadora.

A missão não é uma tarefa que a comunidade pode executar, terminar e, depois, ficar livre dela. A missão é a natureza mesma da comunidade. A comunidade cristã ou é missionária ou não é comunidade *cristã*. Para manter-se sempre na missão e não se acomodar na mentalidade de "tarefa cumprida", é necessário um processo contínuo de formação e de atenção à realidade do povo. Jesus aparece nos evangelhos como o amigo que forma seus discípulos com um acompanhamento e presença permanentes.

7. OS RECURSOS E CONTEÚDOS MAIS USADOS POR JESUS NA FORMAÇÃO

O sistema educativo da época era bem diferente de hoje. Mesmo assim, arriscamos a pergunta: "Quais os assuntos em que Jesus mais insiste e a que dá mais atenção no processo de formação dos discípulos e das discípulas?"

1. O testemunho de vida

O recurso básico e fundamental que Jesus utiliza na formação é o seu próprio testemunho de vida: "Segue-me!" (Lc 5,27). "Eu sou o caminho, a verdade e a vida!" (Jn 14,16). Neste seu testemunho de vida ele reflete para os discípulos os traços do rosto de Deus. "Quem me vê, vê o Pai!" (Jo 14,9). A raiz da Boa Nova é Deus, o Pai. A raiz da transparência de Jesus é a sua fidelidade ao Pai.

2. A Bíblia, a história do povo

Muitas vezes, não é possível discernir se o uso que os evangelhos fazem do AT vem do próprio Jesus ou se é uma explicitação dos primeiros cristãos que, assim, procuravam expressar o alcance da sua fé em Jesus. Seja como for, é inegável o uso constante e freqüente que Jesus fazia da Bíblia. Uma simples leitu-

ra dos evangelhos faz ver que ele se orientava pela Escritura para realizar sua missão e que usava a Bíblia para instruir os discípulos e o povo.

3. A Cruz e o sofrimento

A partir de um certo momento, quando fica claro que as elites não aceitam a mensagem de Jesus e decidem matá-lo, Jesus começa a falar da cruz que o espera em Jerusalém. Isto provoca reações fortes nos discípulos. A partir da segunda metade daquele "juniorato" de três anos, o centro da formação que Jesus dava aos discípulos consistia em ajudá-los a superar o escândalo da Cruz.

4. A Vida e a natureza

A maneira de ensinar em parábolas provoca os discípulos a refletir sobre o dia-a-dia da sua vida. As parábolas de Jesus são um retrato da vida do povo e da realidade confusa e conflitiva da época. São também um voto de confiança de Jesus na capacidade do povo e dos discípulos de entenderem o ensinamento. Pois só poucas vezes Jesus explica as parábolas. Geralmente, ele diz: "Quem tem

ouvidos para ouvir ouça!" Ou seja: "É isso! Vocês ouviram! Agora tratem de entender!" De vez em quando, em casa, dava explicação aos discípulos (Mc 4,34-34).

5. *Os problemas da vida, os fatos, as perguntas do povo*

O crime de Pilatos contra algunsromeiros da Galiléia, a queda da torre em construção que matou 18 operários (Lc 13,1-4), a discussão dos discípulos pelo caminho (Mc 9,33-36), a fome do povo (Lc 9,13), o ensinamento dos escribas (Mc 12,35-37) e tantos outros problemas, fatos e perguntas do povo funcionavam

como um gancho para Jesus levar a discí- pulos a descobrir algum ensinamento.

6. *Momentos a sós com os discípulos*

Muitas vezes, Jesus convida os discí- pulos para ir com ele a um lugar distan- te, seja para instruir (Mc 4,34; 7,17; 9,30- 31; 10,10; 13,3), seja para descansar (Mc 6,31). Ele chegou a fazer uma longa via- gem ao exterior na terra de Tiro e Sidônia para poder estar a sós com eles e instruí- los a respeito da Cruz (Mc 8,22-10,52).

Nos próximos parágrafos veremos de perto alguns destes conteúdos e recur- sos que Jesus mais usava na formação que dava aos discípulos e às discípulas.

8. JESUS É O AMIGO QUE CONVIVE E FORMA ATRAVÉS DO TESTEMUNHO DE VIDA

Jesus é o eixo, o centro, o modelo, a referência da comunidade. Ele indica o rumo, o "caminho, a verdade e a vida" (Jo 14,6). Pelas suas atitudes, ele é uma amostra do Reino: faz transparecer e en- carna o amor de Deus e o revela (Mc 6,31; Mt 10,30; Lc 15,11-32). Jesus é uma "pessoa significativa" para eles, que vai marcá-los para sempre.

Ao longo daqueles três anos, Jesus acompanha os discípulos. Convive com eles, come com eles, anda com eles, ale- gra-se com eles, sofre com eles. É atra- vés desta convivência que eles se for- mam. Desde o primeiro momento do chamado, Jesus os envolve na missão (Lc 9,1-2; 10,1). Dois a dois, devem anunciar a chegada do Reino (Mt 10,7; Lc 10,1.9). Devem curar os doentes (Lc 9,2), expulsar os demônios (Mc 3, 15), anunciar a paz (Lc 10,5; Mt 10,13), rezar pela continuidade da missão (Lc 10,2). A participação no anúncio do Reino faz parte do processo formador, pois a mis- são é a razão de ser da vida comunitária ao redor de Jesus.

Muitos pequenos gestos refletem este testemunho de vida com que Jesus mar- cava presença na vida dos discípulos. Era a sua maneira de dar forma humana à experiência que ele mesmo tinha do Pai. Nesta sua maneira de ser e de conviver, de se relacionar com as pessoas, de lidar com o povo e de atender aos que vinham falar com ele, Jesus aparece:

- * Como uma pessoa de paz, que inspira paz e reconciliação: "A Paz esteja com vocês!". (Jo 20,19; Mt 10,26-33; Mt 18,22; Jo 20,23; Mt 16,19; Mt 18,18).
- * Como uma pessoa livre e liberta, que desperta liberdade e libertação: "O ser humano não foi feito para o sábado, mas o sábado para o ser humano!" (Mc 2,27; 2,18.23).
- * Como uma pessoa de oração, que apa- rece rezando em todos os momentos importantes de sua vida e desperta nos outros vontade de rezar: "Senhor, ensina-nos a rezar!" (Lc 11,1-4; Lc 4,1- 13; 6,12-13; Jo 11,41-42; Mt 11,25; Jo 17,1-26; Lc 23,46; Mc 15,34).

- * Como uma pessoa carinhosa, que provoca respostas fortes de amor (Lc 7,37-38; 8,2-3; Jo 21,15-17; Mc 14,3-9; Jo 13,1).
- * Como uma pessoa acolhedora, que está sempre presente na vida dos discípulos e os acolhe quando voltam da missão (Lc 10,7).
- * Como uma pessoa misericordiosa, mansa e humilde, que convida os pobres: "Venham todos a mim" (Mt 11,28).
- * Como uma pessoa realista e observadora, que desperta a atenção dos discípulos para as coisas da vida através do ensino das Parábolas (Lc 8,4-8).
- * Como uma pessoa atenciosa, preocupada com a alimentação dos discípulos (Jo 21,9), que cuida até do descanso deles e quer estar a sós com eles para que possam descansar (Mc 6,31).
- * Como uma pessoa preocupada com a situação do povo, que esquece o próprio cansaço e descansa quando vê o povo que o procura (Mt 9,36-38).
- * Como uma pessoa amiga, que compartilha tudo, até mesmo o segredo do Pai (Jo 15,15).
- * Como uma pessoa compreensiva, que aceita os discípulos do jeito que são, até mesmo a fuga, a negação e a traição, sem romper com eles (Mc 14,27-28; Jo 6,67).
- * Como uma pessoa comprometida, que defende os amigos quando são criticados pelos adversários (Mc 2,18-19; 7,5-13).
- * Como uma pessoa sábia que conhece a fragilidade do ser humano, sabe o que se passa no seu coração e, por isso, insiste na vigilância e ensina-os a rezar (Lc 11,1-13; Mt 6,5-15).
- * Numa palavra, Jesus aparece como uma pessoa humana, muito humana, tão humana como só Deus pode ser humano!

9. O JEITO NOVO DE JESUS FAZER LEITURA ORANTE DA BÍBLIA

Ao relatar o episódio da caminhada de Jesus com os dois discípulos na estrada de Emaús, o Evangelho de Lucas apresenta Jesus como intérprete-modelo da Sagrada Escritura (Lc 24,13-35). Na raiz da leitura que Jesus fazia da Bíblia está a sua experiência de Deus como Pai. A intimidade com o Pai dava a ele um critério novo que o colocava em contato direto com o autor da Bíblia. Jesus ia buscar o sentido na fonte. Não ia da letra até à raiz, mas ia da raiz até à letra. A seguinte comparação ajuda para esclarecer este assunto.

Numa roda de amigos alguém mostrou uma fotografia, onde se via um homem de rosto severo, com o dedo levantado, quase agredindo o público. Todos ficaram com a idéia de se tratar de uma pessoa inflexível que não permitia inti-

midade. Neste momento, chegou um rapaz, viu a fotografia e exclamou: "*É o meu pai!*" Os outros olharam para ele e, apontando a fotografia, comentaram: "*Você tem um pai muito severo!*" Ele respondeu: "*Não é, não! Meu pai é muito carinhoso. Ele é juiz. Aquela fotografia foi tirada no tribunal. Foi na hora em que ele denunciava o crime de um latifundiário e defendia os Sem Terra ameaçados de despejo!*" Todos olharam de novo a fotografia e disseram: "*Que simpatia!*" Como por um milagre, a fotografia se iluminou e começou a tomar um outro aspecto. Aquele rosto tão severo adquiriu os traços de uma grande ternura! As palavras, nascidas da experiência vivida do filho, mudaram tudo, sem mudar nada!

Assim, olhando as fotografias do Antigo Testamento, o povo do tempo de

Jesus fazia de Deus a idéia de alguém muito distante, severo, de difícil acesso, cujo nome não podia ser pronunciado. Mas as palavras e gestos de Jesus, nascidas da sua experiência de Filho, sem mudar uma letra sequer, mudaram todo o sentido do Antigo Testamento. O mesmo Deus que parecia tão distante e severo, adquiriu os traços de um Pai bondoso de grande ternura, sempre presente, pronto para acolher e libertar! Esta

Boa notícia para Jesus, é a nova chave para reler todo o Antigo Testamento. O Novo Testamento é uma releitura do Antigo Testamento feita à luz da nova experiência de Deus, revelada por Jesus. Este jeito diferente de iluminar a vida com a luz da Palavra de Deus lhe trouxe muitos conflitos, pois trazia consciência para os pequenos e, por isso mesmo, incomodava os grandes.

10. A CRUZ E O SOFRIMENTO NO CENTRO DO PROCESSO DA FORMAÇÃO

O Antigo Testamento ensinava que um condenado à morte na cruz devia ser considerado como um “maldito de Deus” (Dt 21,23). Por isso, a cruz era “um escândalo!”, um impedimento para o povo judeu crer em Jesus (1Cor 1,23). Como é que um maldito de Deus podia ser o messias (Mc 8,32)? No Evangelho de Marcos, Jesus procura formar os discípulos. Ele sai da Galiléia e começa a longa caminhada em direção a Jerusalém, onde será crucificado. Os discípulos vão com ele! E enquanto vão caminhando para o calvário, recebem uma longa instrução sobre a Cruz (Mc 8,22 a 10, 52). No início desta instrução está a cura de um cego anônimo (Mc 8,22-26). No fim, a cura de outro cego (Mc 10,46-52). As duas curas são símbolo do que se passava entre Jesus e os discípulos. Pois cegos eram os discípulos que “tinham olhos e não enxergavam” (Mc 8,18). Eles precisavam recuperar a visão. Jesus fez todo o possível para romper o impasse e ajudá-los a enxergar.

Cada vez de novo, desde o começo até o fim desta longa instrução, o evangelho de Marcos informa que Jesus está a caminho (Mc 8,27: 9,30.33), “a caminho para Jerusalém” (Mc 10,32), onde encontrará a cruz. O livro dos Atos dos Apóstolos usa a palavra *Caminho* para designar a Comunidade (At 9,2; 18,26; 19,9.23; 22,4; 24,14.22). Hoje dizemos *Caminhada*. Discípulo é aquele que segue Jesus neste *caminho*, nesta caminhada para Jerusalém.

A compreensão plena do seguimento de Jesus não se obtém pela instrução teórica, mas sim pelo compromisso prático, *caminhando* com ele no caminho do serviço, desde a Galiléia até o Calvário em Jerusalém. Sem a cruz é impossível entender quem é Jesus e o que significa *seguir Jesus*. Mas quem souber caminhar e fazer a “entrega de si” (Mc 8,35), quem aceitar “ser o último” (Mc 9,35), quem assume “beber o cálice e carregar sua cruz” (Mc 10,38), este, como Bartimeu, conseguirá enxergar e “seguirá Jesus no caminho” (Mc 10,52).

11. A CONVIVÊNCIA FORMADORA EM DEFESA DA VIDA DO POVO

Jesus veio para que “todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10). Numa sociedade, porém, onde muitos são os excluídos, sem condições de ter

vida de gente, esta mensagem de vida só se faz presente na *contra-mão*. Pois Deus não se coloca do lado dos que crucificam, mas sim do lado dos crucificados. Jesus

a
i
c
n
c
i
a
e
n
c
i
a
c
o
n
v
e
r
e
b
a

anunciava o Reino para todos! Não excluía ninguém, mas ele o anunciava a partir dos excluídos. Jesus oferecia um lugar aos que não tinham lugar na convivência humana. Acolhia os que não eram acolhidos. Recebia como irmão e irmã aos que a religião e o governo desprezavam e excluía:

- * os *imorais*: prostitutas e pecadores (Mt 21,31-32; Mc 2,15; Lc 7,37-50; Jo 8,2-11),
- * os *hereses*: pagãos e samaritanos (Lc 7,2-10; 17,16; Mc 7,24-30; Jo 4,7-42),
- * os *impuros*: leprosos e possessos (Mt 8,2-4; Lc 11,14-22; 17,12-14; Mc 1,25-26),
- * os *marginalizados*: mulheres, crianças e doentes (Mc 1,32; Mt 8,17; 19,13-15; Lc 8,2s),
- * os *colaboradores*: publicanos e soldados (Lc 18,9-14; 19,1-10),
- * os *pobres*: o povo da terra e os pobres sem poder (Mt 5,3; Lc 6,20.24; Mt 11,25-26).

Havia divisões injustas, legitimadas pela religião oficial, que marginalizavam muita gente. Jesus, com palavras e gestos bem concretos, ignorou estas divisões e as denunciou com força:

- * *próximo e não-próximo* (Lc 10,29-37),
- * *judeu e estrangeiro* (Mt 15,21-28),
- * *santo e pecador* (Lc 19,1-10; Mc 2,15-17),
- * *puro e impuro* (Mt 23,23-24; Mc 7, 8-23; Mc 7,19),
- * *obras santas e profanas* (Mt 6,1-18),
- * *tempo sagrado e profano* (sábado) (Mc 2,27; Jo 7,23),
- * *lugar sagrado e profano* (templo) (Jo 4,21-24; 2,19; Mc 13,2),
- * *rico e pobre* (Lc 16,13; Lc 9,58).

Denunciando estas divisões injustas, Jesus convida as pessoas a se definirem frente aos novos valores do amor e da justiça. Alguns o aceitam, outros o rejeitam. Por isso, ele cria novas divisões (Mt 10,34-36) e se torna “sinal de contradição” (Lc 2,34). E aos que querem *seguir-lo*, adverte que se preparem. Irão sofrer a mesma contradição (Mt 10,25).

Jesus lutava para recuperar a bênção da vida (Gn 1,27-28; 12,3), perdida por causa do pecado (Gn 3,15-19). Onde podia, ele defendia a vida contra os males que a ameaçavam ou matavam. E aos que queriam *seguir-lo*, ele dava o poder de curar as doenças e de expulsar os maus espíritos (Mc 3,15; 6,7). Ou seja, os discípulos e as discípulas deviam assumir o mesmo combate em defesa da vida. Através da sua ação e pregação, Jesus combatia:

- * a *fome* (Mc 6,35-44),
- * a *doença* (Mc 1,32-34),
- * a *tristeza* (Lc 7,13),
- * a *ignorância* (Mc 1,22; 6,2),
- * o *abandono* (Mt 9,36),
- * a *solidão* (Mt 11,28; Mc 1,40-41),
- * a *letra que mata* (Mc 2,23-28; 3,4),
- * a *discriminação* (Mc 9,38-40; Jo 4,9-10),
- * as *leis opressoras* (Mt 23,13-15; Mc 7,8-13),
- * a *injustiça* (Mt 5,20; Lc 22,25-26),
- * o *medo* (Mc 6,50; Mt 28,10),
- * os *males da natureza* (Mt 8,26),
- * o *sofrimento* (Mt 8,17),
- * o *pecado* (Mc 2,5),
- * a *morte* (Mc 5,41-42; Lc 7,11-17),
- * o *demônio* (Mc 1,25.34; Lc 4,13)...

A opção de Jesus é clara, seu apelo também: não é possível ser amigo dele e continuar apoiando um sistema que marginaliza tanta gente. E aos que querem *seguir-lo* ele manda escolher: “Ou Deus, ou o dinheiro! Servir aos dois não dá!” (Mt 6,24) “Vai, vende tudo que tens, dá aos pobres. Depois, vem e segue-me” (Mt 19,21). Numa sociedade assim, *Seguir Jesus* significa assumir com ele a mesma luta em defesa da vida, “estar com ele nas tentações” (Lc 22, 28), inclusive na perseguição (Jo 15,20; Mt 10,24-25) e na morte (Jo 11,16). Este “seguimento de Jesus” era fator de formação. Ajudava os discípulos a saber como revelar a Boa Nova do Reino aos pobres da terra.

12. JESUS, O FORMADOR ATENTO AO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS DISCÍPULOS

Não é pelo fato de uma pessoa andar com Jesus e de conviver com ele na mesma comunidade que ela já é santa e renovada. No meio dos discípulos, cada vez de novo, a mentalidade antiga levantava a cabeça, pois o “fermento de Herodes e dos fariseus” (Mc 8,15), a ideologia dominante, tinha raízes profundas. A conversão que Jesus pede e a formação que dá querem atingir a raiz e erradicar o “fermento”.

Como no tempo de Jesus, também hoje, a mentalidade antiga do sistema neoliberal renasce e reaparece na vida das nossas comunidades. Também hoje, o “fermento” tem raízes profundas na vida tanto dos formandos como dos formadores e exige uma vigilância constante. Jesus ajudava os discípulos a continuarem em processo permanente de formação. Eis alguns casos desta vigilância com que Jesus os acompanhava. É a ajuda fraterna com que ele, atento ao processo de formação dos discípulos, intervém para ajudá-los a dar um passo e criar nova consciência.

1. *Mentalidade de grupo fechado*

Certo dia, alguém que não era da comunidade, usava o nome de Jesus para expulsar os demônios. João viu e proibiu: “Impedimos, porque ele não anda conosco” (Mc 9,38). Em nome da comunidade João impediu uma ação boa! Ele pensava ser dono de Jesus e queria proibir que outros usassem o nome dele para realizar o bem. João queria uma comunidade fechada sobre si mesma. Era a mentalidade antiga de “Povo eleito, Povo separado!”. Jesus responde: “Não impeçam!... Quem não é contra é a favor!” (Lc 9,39-40). Para Jesus, o que importa não é se a pessoa faz ou não faz

parte da comunidade, mas sim se ela faz ou não o bem que a comunidade anuncia em nome de Deus.

2. *Mentalidade de grupo que se considera superior aos outros.*

Certa vez, os samaritanos não queriam dar hospedagem a Jesus. Reação dos discípulos: “Que um fogo do céu acabe com esse povo!” (Lc 9,54). Achavam que, pelo fato de estarem com Jesus, todos deviam acolhê-los. Pensavam ter Deus do seu lado para defendê-los. Era a mentalidade antiga de “Povo eleito, Povo privilegiado!”. Jesus os repreende: “Vocês não sabem de que espírito estão sendo animados” (Lc 9,55).

3. *Mentalidade de competição e de prestígio*

Os discípulos brigavam entre si pelo primeiro lugar (Mc 9,33-34). Era a mentalidade de classe e de competição que caracterizava a sociedade do Império Romano. Ela já se infiltrava na pequena comunidade que estava apenas começando! Jesus reage e manda ter a mentalidade contrária: “O primeiro seja o último” (Mc 9, 35). É o ponto em que ele mais insistiu e em que mais deu o próprio testemunho: “Não vim para ser servido, mas para servir” (Mc 10,45; Mt 20,28; Jo 13,1-16).

4. *Mentalidade de quem marginaliza o pequeno.*

Os discípulos afastavam as crianças. Era a mentalidade da cultura da época em que criança não contava e devia ser disciplinada pelos adultos. Jesus os repreende: “Deixem vir a mim as crianças!” (Mc 10,14). Ele coloca criança como professora de adulto: “Quem não receber o

Reino como uma criança, não pode entrar nele” (Lc 18,17).

5. *Mentalidade de quem sege a opinião da ideologia dominante.*

Certo dia, vendo um cego, os discípulos perguntaram: “Quem pecou, ele ou seus pais, para que nascesse cego?” (Jo

9,2). Como hoje, o poder da opinião pública era muito forte. Fazia todo mundo pensar de acordo com a ideologia dominante. Enquanto se pensa assim não é possível perceber todo o alcance da Boa Nova do Reino. Jesus os ajuda a ter uma visão mais crítica: “Nem ele, nem os pais dele” (Jo 9,3). A resposta de Jesus supõe uma leitura diferente da realidade.

13. JESUS, O FORMADOR QUE PREPARA OS DISCÍPULOS PARA A VIDA E A MISSÃO

Para completar o quadro das informações sobre a pedagogia de Jesus, seguem aqui alguns episódios em que transpore o jeito bem concreto com que ele formava os discípulos e as discípulas e as preparava para a vida e a missão:

- * envolve-os na missão (Mc 6,7; Lc 9, 1-2; 10,1),
- * na volta, faz revisão com eles (Lc 10,17-20),
- * corrige-os quando erram e querem ser os primeiros (Mc 9,33-35; 10,14-15),
- * aguarda o momento oportuno para corrigir (Lc 9,46-48; Mc 10,14-15),
- * ajuda-os a discernir (Mc 9,28-29),
- * interpela-os quando são lentos (Mc 4,13; 8,14-21),
- * prepara-os para o conflito (Jo 16,33; Mt 10,17-25),
- * manda observar a realidade (Mc 8,27-29; Jo 4,35; Mt 16,1-3),
- * reflete com eles as questões do momento (Lc 13,1-5),

- * confronta-os com as necessidades do povo (Jo 6,5),
- * ensina que as necessidades do povo estão acima das prescrições rituais (Mt 12,7-12),
- * tem momentos a sós para poder instruí-los (Mc 4,34; 7,17; 9,30-31; 10,10; 13,3),
- * sabe escutar, mesmo quando o diálogo é difícil, (Jo 4,7-42),
- * ajuda as pessoas a se aceitar a si mesmas (Lc 22,32),
- * é exigente e pede para deixar tudo por amor a ele (Mc 10,17-31),
- * é severo com a hipocrisia (Lc 11,37-53),
- * faz mais perguntas que respostas (Mc 8,17-21),
- * é firme e não se deixa desviar do caminho (Mc 8,33; Lc 9,54),
- * prepara-os para o conflito e a perseguição (Mt 10,16-25).

14. O RESULTADO DA FORMAÇÃO DADA POR JESUS A SEUS DISCÍPULOS

Foi um processo lento e difícil, pois não é fácil fazer nascer nos outros uma nova visão de Deus, da vida, do próximo, da história, do Reino, do Messias, do povo de Deus. Como formador, Jesus nem sempre era compreendido e, olhando os resultados imediatos, nem sempre teve sucesso:

- * Os discípulos não entendiam o que ele queria dizer (Mc 4,13; 6,52; 7,18; 8,15-21; Lc 18,34).
- * Eles procuravam promover-se a si mesmos (Mc 10,35-37).
- * No fim do “juniorato” de três anos, na hora do sofrimento, Pedro o negou,

Judas o traidor, todos fugiram (Jo 18,5.17-26; Mc 14,50).

* Depois da ressurreição, todos eles duvidam (Mt 28,17), não aceitam o testemunho das mulheres (Lc 24,22-24), Tomé não crê (Jo 20,24-29).

* Na hora da ascensão, todos perguntam: "É agora que o senhor vai instaurar o Reino?" (At 1,6). A pergunta revela que eles não tinham entendido muita coisa!

* Só as mulheres continuaram fiéis até o fim e são apresentadas como modelo (Lc 8,1-3; 21,2-4; Mc 14,6-9).

Apesar de todo este aspecto negativo, há algo novo e muito positivo que

cresceu na vida daquelas pessoas. Aos poucos, através da convivência, Jesus foi se tornando o eixo da vida deles. Após dois ou três anos na comunidade formadora com Jesus, já não podem imaginar a vida sem Jesus. Pedro declara que, fora de Jesus, não tem para onde ir: "O Senhor tem palavras de vida eterna!" (Jo 5 6,68). Os dois irmãos João e Tiago, filhos de Zebedeu, chegam a dizer que estão dispostos a sofrer por amor a Jesus: "Podemos!" (Mc 10,39). E Tomé, quando percebeu que Jesus, voltando para a Judéia corre o perigo de ser morto, diz para os companheiros: "Vamos nós também morrer com Ele (Jo 11,16)".

15. JESUS E O PAI: FIDELIDADE À MISSÃO

Na raiz da atitude formadora de Jesus está a sua fidelidade ao Pai. Desde o começo da sua atividade apostólica, Jesus sofre a pressão e a tentação de seguir por outros caminhos, mas os que tentavam desviá-lo do caminho receberam respostas duras e reações inesperadas. Neste ponto da fidelidade ao projeto do Pai, Jesus não teve medo de provocar conflitos, nem com as autoridades, nem mesmo com as pessoas mais queridas:

* Pedro tentou afastá-lo do caminho da Cruz e propôs o caminho do messias glorioso sem a cruz (Mt 16,22). Mas teve que ouvir: "Vai embora, Satanás!" (Mc 8,33).

* Seus pais se queixaram: "Meu filho, porque você fez isso?" (Lc 2,48). Mas receberam a resposta: "Então não sabiam que devo estar na casa do meu Pai" (Lc 2,49)?

* Os parentes queriam levá-lo para casa (Mc 3,21), mas ouviram palavras duras que pareciam uma ruptura: "Quem é minha mãe? Quem são meus irmãos?" (Mc 3,33).

* Os apóstolos gostaram do afluxo do povo e queriam que Jesus voltasse. Mas receberam uma recusa: "Vamos para outros lugares! Pois foi para isto que eu vim!" (Mc 1,38).

* João Batista queria uma definição de Jesus: "És tu ou devemos esperar por um outro" (Mt 11,3)? Jesus mandou conferir os fatos com as profecias (Mt 11,4s e Is 29,18s).

* O povo queria forçar Jesus a ser o messias-rei (Jo 6,15). Ao percebê-lo, Jesus simplesmente foi embora e se refugiou na montanha (Jo 6,15).

* O demônio propõe o caminho do messias glorioso, mas Jesus reage com força, condenando a proposta com palavras da Escritura (Mt 4, 4.7.10).

* O sofrimento no Horto leva Jesus a pedir: "Pai, afasta de mim este cálice!" Mas ele logo acrescenta: "Não o que eu quero, mas o que tu queres" (Mc 14,36).

Jesus lutou para ser fiel ao Pai. Não foi fácil. "Embora sendo Filho de Deus, aprendeu a obediência através de seus

sufrimentos" (Hb 5,8). Teve que rezar muito para poder vencer (Hb 5,7; Lc 22,41-46). Mas venceu! A comunhão entre Jesus e o Pai não era automática, mas sim fruto de uma luta que Jesus travava dentro de si para obedecer ao Pai em tudo e estar sempre unido a Ele. Jesus dizia: "Por mim mesmo nada posso fazer: eu julgo segundo o que *ouço*" (Jo 5,30). "O Filho por si mesmo nada pode fazer, mas só aquilo que *vê* o Pai fazer" (Jo 5,19)".

Jesus foi fiel ao Pai e aos pobres da sua terra. Ele nasceu pobre e escolheu ficar do lado dos pobres. Com a capacidade e a inteligência que tinha, não teria tido dificuldade para sair da pobreza. Mas nunca tentou uma saída individual, só para si. Continuou solidário com os pobres. Conheceu a pobreza pelo lado de dentro. Esvaziou-se e foi esvaziado (Fl 2,7). Experimentou a fraqueza na

hora da agonia e o abandono na hora da morte (Mc 15,34). O abandono ao qual eram condenados os pobres! Morreu soltando o grito dos pobres (Mc 15,37), certo de ser ouvido pelo Pai que escuta o clamor do pobre. Por isso, Deus o exaltou (Fl 2,9)!

A encarnação de Jesus foi um longo processo de aprendizado e de formação para ele mesmo. Começou com o *Sim* de Maria (Lc 1,38) e terminou com o último *Sim* na hora da morte. Fazer a vontade do Pai e cumprir a missão era o eixo da vida de Jesus, o seu alimento diário (Jo 4,34). "Ao entrar no mundo ele afirmou: Eis-me aqui! Eu vim, ó Deus, para fazer a tua vontade!" (Hb 10,5.7). Ao deixar o mundo, ele faz revisão e diz: "Tudo está realizado!" (Jo 19,30). Jesus foi formador sendo ele mesmo um formando que se deixou moldar pelo Pai a cada momento da sua vida.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Quais as atitudes de Jesus que mais podem inspirar e orientar o trabalho da formação no atual contexto da Vida Religiosa e no âmbito da sua província e/ou congregação?
2. Como "transpor" para os dias de hoje a "pedagogia" de Jesus, de modo a dar uma sólida base evangélica à formação?
3. Quais os principais obstáculos a serem superados na busca de uma formação segundo o "modelo" de Jesus?

 Carlos Mesters
Teólogo. Doutor em Sagrada Escritura.
Autor de vários livros.

Endereço do autor:
Caixa Postal 64
CEP: 23900-000 — Angra dos Reis — RJ.

A Boa Nova de Deus: Seu Filho Jesus Cristo

DAYSE AGRETTI, FI

1. O HOMEM QUE NOS REVELOU DEUS

1.1. Para Jesus, Deus é seu Pai

A filiação constitui e expressa a originalidade da relação íntima com Deus. Para a comunidade primitiva, "Filho" é título de revelação. O fato de ter aplicado este título a Jesus converte-o em um elemento diferencial, em comparação com outras pessoas que crêem, em sua relação com Deus. Qual é a diferença que a comunidade quis sublinhar ao confessar Jesus como Filho de Deus?

A expressão "Filho de Deus", reelaborada e reinterpretada à luz da *"memória Iesu"*, adquiriu um sentido tão original, que chegou a transformar a representação comum de Deus. A comunidade, ao recordar a relação especial de Jesus com Deus, descobre que seu Deus não é em primeiro lugar o Deus da criação ou do universo, mas que seu Deus é "seu Pai". As tradições, a partir das quais os Evangelhos foram redigidos, coincidem em destacar que Jesus se dirigia a Deus com esta expressão. Esta relação original com Deus, fundamento de uma

nova vida, foi considerada um Evangelho (Mc 1,1; Rm 1,1.3).

O judaísmo antigo conta com diferentes modos de se dirigir a Deus. Conforme a expressão de Joaquim Jeremias, se quiséssemos catalogar todas as invocações da antiga literatura devocional judia, a lista seria enorme. Isso significa que a designação de Deus como Pai não é desconhecida no judaísmo, embora se trate, em muitos casos, de sentenças afirmativas: *"Tu és nosso Pai"* (Is 63,16), *"Sou para Israel um Pai"* (Jr 31,9). É difícil encontrar a existência de uma invocação individual a Deus como meu Pai.¹ É por isso, que não só chamará a atenção que Jesus se dirija a Deus chamando-o de *"meu Pai"*, mas sobretudo pela utilização da forma aramaica *"ABBA"*. A singularidade está representada pelo que esta expressão implica de proximidade em sua relação com Deus.

Jesus aplicou a designação de Deus como *"vosso pai"*, somente aos discípulos (cf. Mc 11,25; Mt 5,48; Mt 6,32). Esta

1. Cf. J. JEREMIAS, *Teologia do Novo Testamento, a pregação de Jesus*, São Paulo, Paulinas, 1977, p. 102-103.

designação expressa algo novo, indicando com isso que esta classe de paternidade de Deus só existe, quando se entrou na esfera do "Reino".² Se Deus é Pai, os discípulos são seus filhos. Esta filiação é participação da filiação divina de Jesus. A experiência de sentir a Deus Pai é iniciativa de Deus. É por isso que a experiência de *Abba* é também revelação que o Filho quer comunicar.

Jesus não apresenta uma doutrina nova, Ele traz uma experiência nova. Pois bem, uma rápida leitura dos Evangelhos ajuda-nos a perceber que a relação de Jesus com Deus provocou reações diversas nas pessoas de seu tempo. Escândalo, desconcerto, esperanças, novidade, quer dizer, de vários modos esta relação causou diferentes impressões e expressões. No anúncio do Reino aos pobres, na distância da Lei e do Templo, Jesus foi revelando sua relação com Deus, como algo que não tinha precedentes com o que se admitia comumente. Quer dizer, o modo de ser e de viver, o modo de relacionar-se e de agir, em favor da vida dos homens, foi o que resultou surpreendente. A raiz desta atitude foi a profunda e íntima experiência de Deus que Jesus teve. Com outras palavras, González Faus o expressa, ao afirmar: "(...) na base do Evangelho de Jesus não há mandatos ou comportamentos éticos, mas uma experiência espiritual. Dessa experiência ficam marcas, quando Jesus anuncia o Reino como próximo, quando se alegra pelo privilégio

dos humildes ante Deus, quando fala dos lírios do campo ou quando insiste em que vosso Pai sabe o que necessitais".³

É neste sentido que Deus aparece na práxis de Jesus, não só como fundamento, mas como revelação. Esta experiência fundante e reveladora em Jesus será também profundamente provocadora. Nenhum movimento religioso da época de Jesus ia contra a bondade, justiça e ação libertadora de Javé. Onde radica o conflito que Jesus, por causa de Deus, teve com os grupos religiosos de sua época? Seria um erro histórico, como afirma Duquoc⁴, opor Jesus a seus adversários, no plano doutrinal. Escribas e fariseus também coincidiam em que Deus era bom, misericordioso e justo. No entanto, Jesus levou a conseqüências concretas a implicação da invocação de Deus como Pai. O modo de ser e viver de Jesus converter-se-á em uma crítica profunda contra a idéia tradicional de Deus, já que Ele demonstrou com sua vida que, o Deus a quem invoca como Pai, não é um Deus que oprime, senão um Deus que liberta. Denunciou a ideologia da religião de seu tempo e as conseqüências que essa idéia de Deus produzia. Se o Deus proclamado e adorado não é um Deus que liberta e constrói o ser humano, não é o Deus de Abraão, Isaac e Jacó.⁵

Com isso queremos ressaltar que Jesus envolve a Deus nos problemas humanos concretos, como um Deus que liberta,

2. J.I. GONZÁLEZ FAUS, *La Humanidad Nueva. Ensayo de Cristología* 8 ed., Santander, Sal Terrae, 1984, p. 107.

3. Cf. GONZÁLEZ FAUS, op. cit., p. 110.

4. Cf. C. DUQUOC, *Cristología. Ensayo dogmático sobre Jesús de Nazaret, el Mesías*. 6 ed. Salamanca, Sígueme, 1992, p. 40.

5. Cf. DUQUOC, *Dios Diferente, Ensayo sobre la simbólica trinitaria*, Salamanca, Sígueme, 1978, p. 21. Pois bem, tenhamos em conta que a lei e o Templo eram as instituições oficiais da religião judaica, tinham o poder de ser mediação para o acesso na relação com Deus. A Lei era expressão da vontade de Deus e o Templo o lugar único do encontro com Deus. Expresso de maneira simples, o esquema religioso consistia em cumprir a Lei para estar em comunhão com Deus. Em caso de transgressão, o Templo era mediação para alcançar o perdão dos pecados através dos ritos sacrificiais e de expiação, oferecidos pelos sacerdotes do Templo. Pois bem, nem todos tinham os mesmos direitos ante a Lei e, por tanto a relação com Deus ficava reduzida a uns poucos. Estas instituições terminarão por se apropriarem de Deus e manipulá-lo.

que defende e ama a vida. O Filho se identifica com a condição humana, por isso, a partir de Jesus, o humano será um lugar privilegiado do encontro com Deus. Isso significa uma maneira nova de relação com Deus e o próximo, diferente do modo como os responsáveis da religião sinagoga a entendiam; aqui aparece a raiz do conflito.

Jesus não utiliza a Deus como fundamento de uma discriminação entre bons e maus. Ele não recorre a um Deus dos justos, mas a um Deus que faz nascer o sol sobre maus e bons. É um Deus que deixa crescer o trigo e o joio, que acolhe o Filho pródigo, que perdoa os pecados. Aqui Jesus se distancia da tradição judaica. Apesar de que Jesus se insere na tradição crente de seu povo, pouco a pouco vai acontecendo uma separação inegável. Faus o expressa com muita clareza: "Jesus não incorre na apropriação de Deus que é tantas vezes o pecado dos "bons", e por isso serão os bons os que mais se irritem com Ele".⁶

Esta tentação parece ter provocado Jesus em alguns momentos: utilizar sua particular relação com Deus como *Abba* em proveito próprio ou para assegurar o êxito de sua missão.⁷ As tentações se agrupam e caracterizam diversas passagens da vida de Jesus. O tentador reconhece a realidade da filiação divina: "*Se és Filho de Deus...*" (Mt 4,6), e vai propor outros modos de entender a filiação. Para o demônio, a filiação divina supõe utilizar a Deus para proveito próprio, evitando a dura aprendizagem da liberdade humana; para Jesus, a filiação consiste em fazer a vontade do Pai. Neste sentido, o

relato de Mt 27,40 ilumina esta afirmação: "*Se és Filho de Deus, desce da cruz*". No fundo, a tentação consiste em que, se Jesus se livra espetacularmente do perigo, afirmar-se-á como o verdadeiro Filho de Deus e portanto, transformar-se-á em seu Profeta crível. Não lhe é dito que desça da cruz porque Deus é seu Pai, mas para crer Nele. O evangelista Marcos reafirmará esta tentação, no decorrer de suas narrações, ao destacar e afirmar que existe outro modo de crer e ver, que se alcança seguindo a Jesus e vivendo como Ele. Pois bem, Jesus não descerá da cruz precisamente por ser Filho de Deus.

Jesus provoca e convida a uma mudança (conversão): passar da mentalidade de escravo, que tenta manipular o senhor em troca dos serviços prestados, à mentalidade de Filho, que se relaciona na gratuidade do amor (cf. Gl 4,4-7). Convide que continua sendo muito atual e cheio de novidade para os cristãos, hoje

Pois bem, este modo original de designar a Deus, encontrou sua tradução, na tradição cristã, em termos de paternidade e filiação. Significa, então, que a categoria de filiação aplicada a Jesus se fundamenta nesta relação pessoal com a paternidade de Deus. Contudo, não podemos esquecer que este vínculo íntimo com o Pai foi anunciado e testemunhado por Jesus, pelo seu modo humano de viver e agir.

1.2. Jesus, o rosto humano de Deus

Quando o Novo Testamento, especialmente os Evangelhos, confessam que toda a história de Jesus é de Deus,

6. Cf. GONZÁLEZ FAUS, op. cit., p. 111.

7. Outra das tentações que acompanhará toda a vida de Jesus é a proposta de um messianismo político e nacionalista. As práticas de Jesus provocaram entusiasmos messiânicos no tocante à libertação política de Israel. Tais modelos messiânicos estavam sustentados na expectativa de uma restauração da dinastia davídica. No final, ficaram decepcionados. É por isso que neste marco de esperanças messiânicas, o messianismo de Jesus foi contraditório e original.

não só se está afirmando uma relação pessoal entre Jesus e Deus, expressa como filiação (cf. Jo 14,11), como também se está reconhecendo que todo o humano pertence a Deus.

A condição filial de Jesus está referida ao Pai e dessa maneira se realiza plenamente. Ser Filho implica uma relação com Outro, isto significa que o centro está fora Dele. Esta referência ao Pai se traduz em obediência. Esta obediência expressa um modo concreto de vinculação e de identificação com o querer íntimo de Deus. A relevância desta atitude manifesta-se na Carta aos Hebreus, a vida inteira de Jesus responde a essa dinâmica de fazer a vontade de Deus (cf. Hb 10,7). Esta obediência se sustenta na profunda liberdade de Jesus: *"Ninguém me tira a vida, eu a entrego livremente"* (Jo 10,18). Assim também Hebreus afirma que Jesus aprendeu a obediência nos dias de sua Paixão.

Podemos dizer que Deus lhe mostrou sua vontade mais íntima, mas sem dar-lhe previamente as receitas precisas para cada momento. Parece importante ter isso em conta para este momento histórico, tempos de incerteza e desconcerto, de profundas e variadas mudanças que nos tocam viver. Sobretudo ante as tentações — bastante freqüentes na vida religiosa e eclesial — das receitas justas, das normas seguras, dos cálculos perfeitos para sermos mais "eficazes e cheios de êxito" em nossos compromissos religiosos ou controlar de alguma maneira a realidade que nos despoja "ameaçadoramente" de nossos seguros e intocáveis modelos de sempre. Deus nos revela sua vontade, assim nos assegurou Jesus (cf. Jo 16,23, Mt 11,25), mas na insegurança e imprevisibilidade da vida quotidiana.

Recordemos, não só para animar, mas também para aprender, que Jesus tratou de descobrir e escutar nos acontecimentos a vontade de Deus, que ia se revelando a partir de sua experiência de *Abba* e de Reino. Contudo, isso nunca foi claro e fácil. Neste processo foi se realizando a filiação divina de Jesus como confiança total no Pai e como compromisso concreto com os irmãos na entrega ao Reino de Deus. Esta foi sua missão, a qual suscitou esperanças e desconcertos. Jesus realizou gestos concretos que os Evangelhos definem como sinais do Reino: curou endemoninhados (cf. Mt 17,14-20); perdoou os pecados (cf. Lc 7,36-50); partilhou a mesa com diferentes pessoas (cf. Lc 19,1-19; Mt 14,13-21). Assumi esta missão com outros, a quem chamou para colaborar no Reino (cf. Lc 5,1-11; Mt 10,1-14). Sua vida suscitou perguntas e comentários os mais variados: *"este homem está blasfemando"* (Mc 2,7); *"está fora de si"* (3,21); *"chegavam a ele de todas as partes"* (Mc 1,45).⁸

Neste sentido, a *kenose* é uma dimensão fundamental para compreender a filiação divina de Jesus. É o "selo" da vida de Jesus e de seu caminho percorrido até o final: o Filho aprendeu obedecendo, foi assim como assumiu nossa história. Esvaziou-se, renunciou à sua dignidade e, deste modo, revelou-se como Filho. O hino aos Filipenses descreve a decisão de Cristo de abaixar-se, de chegar a ser escravo. Despojou-se de sua condição humana até fazer-se *"sarx"* (Jo 1,14) ou *"carne de pecado"* (Rm 8,3), como Paulo expressa mais escandalosamente. Por isso, convém ressaltar que a *kenose* se converte em instância crítica contra toda consideração que faz de Jesus um *superman*, convertendo a encarnação em pura abstração.

8. Cf. GONZÁLEZ FAUS, *Acesso a Jesus. Ensaio de Teologia narrativa*, São Paulo, Loyola, 1981, p 38-46.

A *kenose* significa que o Filho de Deus se apresenta, na história, sob uma forma plenamente humana. Este caminho foi paradoxalmente um caminho antropológicamente pleno. Jesus Cristo é paradigma do Homem Novo, aquele em quem se revela o que Deus quer que seja o ser humano. A humanidade de Jesus significa que o ser humano tem futuro e a divindade de Jesus é a máxima realização de sua humanidade. A verdade do ser humano que aparece em Jesus, o Homem Novo, se converte em uma realidade salvífica para toda pessoa humana.

Jesus é o Filho de Deus em sua humanidade e não apesar dela. Sua vida entregue por amor, sua acolhida a pobres e pecadores, sua liberdade comprometida revelam que o ser humano está envolto em uma “incompreensível bondade de Deus” — como a chama Jon Sobrino — que faz possível a esperança em meio a uma realidade que, muitas vezes, ameaça e mata a vida. Graças a Jesus, fomos aprendendo que a presença de Deus se realiza com mais plenitude, ali onde se realiza nossa humanidade. Santo Irineu o resumiu genialmente, ao dizer que a glória de Deus é que o homem viva e a vida do homem é a visão de Deus. Toda vida é divina quando é humana.⁹ Esta plenitude antropológica leva o humano até as últimas consequências, revela um «excesso de vida»¹⁰ inserido gratuita e constitutivamente em cada ser humano. A vida nova e plena que está em Jesus é possibilidade real para cada homem.

Na Ressurreição, a filiação percebida durante toda a vida de Jesus chega a um reconhecimento pleno. Jesus é estabelecido Filho pelo poder de Deus (Rm 1,4). Isso se fundamenta em razão da unidade existente entre o mistério pascal e a vida histórica de Jesus. Afirmar que o Ressuscitado é o Crucificado quer dizer que Nele se faz presente, de maneira pessoal e específica, tudo o que de humano viveu. Ao não se separar de sua condição humana, esta história singular se inscreve dentro de toda experiência humana. E mais, significa que nossa vida foi introduzida em Deus. Portanto, a incorporação de toda experiência humana na vida íntima de Deus é a consequência da Salvação trazida por Jesus. A plenitude da vida de Deus vivida humanamente é a novidade antropológica absoluta. Em Jesus, a fé cristã toca o definitivo.¹¹

Pois bem, este caminho para a plenitude humana acontece em meio da ambigüidade histórica. Tal processo não se dá no homem histórico sem pecado e morte. A filiação divina de Jesus significa que cada ser humano é portador de uma vida divina e que está chamado a desenvolvê-la. O Ressuscitado é a realização da utopia humana em que Jesus de Nazaré tinha apostado. Jesus é o sim de Deus a tudo o que há de promessa no homem, e isto é o conteúdo da salvação cristã. O salvífico consiste em que apareceu na história a bondade e a ternura de Deus pelos seres humanos, mediante seu Filho Jesus (cf. Tt 3,4).

9. Preservar esta verdade foi a luta da Igreja nos primeiros séculos de sua existência. O esforço da dogmática cristológica consistiu em fundamentar e afirmar a simultaneidade do divino e humano em Jesus. Isto foi fundamental para entender as relações de Deus com o homem. Não se pode afirmar a Deus, a custas do homem (monofisismo), nem o homem, a custas de Deus (nestorianismo). A idéia de um Deus rival do homem, origem do ateísmo moderno, fica sem fundamento. Mais união com Deus é mais plenitude e autonomia do homem.
10. A expressão pertence a C. Palacio. Cf. “A originalidade singular do cristianismo”, *Perspectiva Teológica*, 26(1994)311-339, p. 313.
11. Cf. C.PALACIO, “A Ressurreição de Cristo e a nossa, diante da história e da ciência”. *Magis. Cadernos de fé e cultura*. Morte e ressurreição, Centro Loyola de Fé e Cultura, Rio de Janeiro, n. 28, (1998) 1-58, p.36.

1.3. Jesus, o Filho de Deus

Jesus não pode separar-se de seu testemunho sobre Deus. Uma das originalidades do cristianismo radica no reconhecimento do vínculo irredutível entre Jesus e Deus. A relação entre Deus e este homem particular é centro e escândalo da revelação cristã. A ressurreição não destrói esta particularidade histórica, o Ressuscitado é o homem Jesus, o Servo crucificado sob o poder de Pôncio Pilatos, o filho de Maria. Portanto, a razão mediante a qual a comunidade reconhecerá uma identidade de ser entre o Pai e o Filho radica nesta profunda unidade existencial e prática que se deu na pessoa de Jesus. Deste modo, o reconhecimento da divindade de Jesus colocou em crise as idéias religiosas e filosóficas sobre Deus.

Ao Novo Testamento não interessa a profissão de um Deus sem rosto, mas o significado que este rosto concreto tem para nós. Com isso, algo decisivo nos é dito: Deus tem um rosto humano. Quer dizer, Deus não é simplesmente uma idéia abstrata ou metafísica de Absoluto, que permanece na distância de um pensamento, senão que na vida humana e irmã de Jesus de Nazaré aprendemos e reconhecemos o Deus dos cristãos. Através de sua vida, não só vai se explicitando quem é Jesus, mas também vai se revelando quem é Deus.

O Deus cristão é um Deus Trindade. O Pai não existe sem o Filho e o Pai faz que o Filho exista. Em sua relação mútua, Pai e Filho não existem sem o Espírito: eles fazem que o Espírito exista como o que lhes permite ser Pai e Filho, sem separação e confusão. Isto significa que a essência do Deus cristão é comunhão e relação. Assim, o conteúdo da filiação é a própria vida de Jesus vivida no Espírito. O Filho participa da vida do Pai e é esta vida que Ele

anuncia (Jo 5,26). Esta unidade essencial entre o Pai e o Filho é apresentada especialmente no Evangelho de João (cf. Jo 10,30). É uma unidade que se manifesta no agir (cf. 5,17.19.20) e no conhecimento que o Filho tem do Pai (cf. 10,15). Jesus é a grande parábola de Deus. Na própria história humana de Jesus podemos reconhecer uma narrativa de Deus.¹² O Deus de Jesus é um Deus que se interessa pelos homens.

Esta novidade teológica exige uma conversão de paradigmas. Abandonar nossas seguranças filosóficas, representações culturais e intelectuais, para deixar-nos questionar e ensinar por Aquele que é a imagem do ser de Deus (Cf. Hb 1,3). Esta conversão é fruto da ação do Espírito Santo (cf. 1Cor 12,3) que, ao ser a memória viva de Jesus, nos liberta de nossos preconceitos religiosos, para reconhecer no rosto humano de Deus o mesmo Deus. Esta experiência não estará isenta de conflitos. Como dizíamos anteriormente, a relação íntima e pessoal de Jesus com Deus foi expressa em termos de filiação. Mas é importante não esquecer que os evangelistas não consideraram a priori a divindade, mas que foi uma filiação descoberta através de toda a vida de Jesus.

A atitude filial de Jesus revela sua divindade. Jesus-homem é Deus porque é Filho, existe divinamente sob um modo filial. A experiência de sua divindade implica uma consciência referencial, aberta à alteridade. Apropriando-nos das palavras de Faus, podemos expressar que isso revela a qualidade da dignidade divina de Jesus: "Deus é Aquele que primeiro disse tu, enquanto que o homem é aquele que primeiro disse eu. Revela-se que Deus é amor e que a consciência do amor é primariamente consciência do amado

12. Cf. SCHILLEBEECKX, O «Deus de Jesus» e o «Jesus de Deus», *Concilium*, n.3 (1974), p. 393-394.

e não autocontemplação de si. A consciência de Jesus não termina em si mesmo, mas termina em Deus: seu Pai; e termina nos homens: seus irmãos”.¹³ Jesus se vê como total procedência de Deus e como total abertura para Deus (quem o vê, vê o Pai). Neste movimento de abertura referencial, se incorporam para Jesus todas as pessoas “as que Ele não se envergonha de chamar irmãs e aquelas a quem o Filho revela seu Pai” (cf. Hb 2,11; Mt 11,25) e lhes ensina a chamá-lo de *Abba* (cf. Lc 11,2).

Assim, a atitude filial de Jesus é a tradução de seu próprio nome: é o Filho. Deste modo, a intimidade e consciência referencial ao Pai se convertem em fonte de unidade de seu ser (cf. Jo 8,58). Esta unidade de ser significa que corresponde a Jesus existir divinamente. Esta ma-

neira divina de existir Nele se realiza sob o modo de filiação. Ao mesmo tempo, existe outra maneira divina de existir: a paternidade. Esta oposição não destrói sua unidade, as duas Pessoas existem divinamente. Isto nos permite afirmar que este existir divino é único, em continuidade com o monoteísmo do povo de Israel e com o símbolo niceno.¹⁴

A figura cristã de Deus é trinitária e rompe o círculo da relação Pai-Filho, mediante outra imagem, a do Sopro, o Espírito. A relação do Pai e do Filho é apresentada no horizonte de um terceiro, o Espírito.¹⁵ A confissão trinitária é a singularidade cristã da linguagem sobre Deus. Na mesma, afirma-se a unidade de essência na trindade de pessoas. A idéia de uma divindade em três pessoas não se encontra fora do cristianismo, é específica dele.

2. O MISTÉRIO DE UM DEUS TRINO

2.1. Trindade na Unidade

A Igreja do Novo Testamento deixa estabelecida a transcendência e a divindade de Jesus. Quer dizer, as comunidades primitivas viveram a fé trinitária sem formulá-la sistematicamente. Não houve uma preocupação para pensar tematicamente as relações que uniam a Deus — chamado Pai — com Jesus, — designado como Filho — e com o Espírito enviado aos que crêem. Com efeito, os cristãos estavam convencidos de que, em Jesus, tinham acesso a Deus Pai, o próprio Deus

Javé. Afirmavam, além disso, que os caminhos de reconhecimento de Deus fossem místicos ou filosóficos, passavam por Jesus, chamado o Cristo. Ou seja, a experiência trinitária é uma experiência vivida antes de ser propriamente pensada e conceitualizada.

O fundamento da revelação trinitária é a Encarnação de Jesus, o Filho de Deus, na história. Isto significa que a reflexão sobre a Trindade não pode obviar o evento Cristo, já que, partindo de Jesus, podemos entender de algum modo a plenitude de

13. GONZÁLEZ FAUS, *La humanidad Nueva*, op. cit, p. 111-112.

14. O Concílio de Nicéia (325) tenta dar resposta à polémica suscitada por Ário, o qual considerava, no Deus trinitário, o Pai maior que o Filho e o Espírito, que saíram Dele. Jesus-Deus não se situa como um Deus ante outro Deus, senão que, sob o modo filial, coloca-se junto ao Pai, cuja existência é divina como o Filho. Mas não se trata de uma dualidade, trata-se de uma trindade, que significa a inclusão de um terceiro: o Espírito Santo. Tempos depois, os debates girarão em torno da divindade do Espírito Santo. A pergunta que inquieta é se tudo o que a Igreja afirma sobre a divindade do Filho tem que aplicar-se ao Espírito. O Concílio de Constantinopla (381) proclama a divindade do Espírito Santo. Em continuidade a Nicéia procura-se uma linguagem equivalente entre o que se afirma do Filho e do Espírito. É consubstancial com o Pai e o Filho, procede do Pai, não é criatura. O Espírito é vivificante: “Senhor e doador de vida”. Comunica a vida divina.

15. Cf. DUQUOC, *Dios Diferente*, op. cit. p. 86.

vida. Desde sua experiência do "Abba"-fonte de seus atos e palavras — podemos dizer algo sobre o Pai, o Filho e o Espírito. Porque toda a vida de Jesus estava profundamente precedida e sustentada pela doação do Pai a Jesus.¹⁶

A realidade de Deus integra certas diferenças evocadas nas imagens do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Podemos dizer que as diferenças são a mediação pelas quais se concebe a vida de Deus. As imagens utilizadas para se referir às pessoas divinas, junto às diferenças, evocam um caráter relacional. A diferença é a condição de comunhão ou de comunicação. Esta diferenciação supõe, além disso, o caráter irreduzível das Pessoas Divinas. O Filho não é o Espírito, o Pai não é o Filho. Pois bem, as diferenças não são repetição do mesmo, já que então estaríamos ante uma pluralidade de deuses. As diferenças significam uma maneira própria de existir no único Deus: "as diferenças são sua Vida. Sua vida é comunhão".¹⁷

Deus não existe senão em relação e é essa relação que constitui as Pessoas diferentes. Esta relação de comunhão na diferença foi descrita com o conceito de *pericórese*. A *pericórese* impede toda subordinação de uma pessoa a outra, ao mesmo tempo destaca a inter-relação das pessoas divinas. O Pai, o Filho e o Espírito Santo estão sempre juntos, doando-se um para o outro. A vida e a comunhão representam as características fundamentais de Deus. O Pai, o Filho e o Espírito se entregam uns aos outros, participando — deste modo — da vida própria de cada um. É uma vida doada e recebida em uma profunda relação de comunhão, sem negar as diferenças.

O Deus dos cristãos é um Deus que vive em comunhão de Amor entre as três Pessoas Divinas. Este amor se revelou plenamente no Filho que deu a conhecer a Deus, "embora ninguém nunca o tenha visto" (cf. Jo 1,18). O Filho é a imagem visível do Pai (Cl 1,15). O sentido mais profundo da Encarnação do Filho, auto-comunicação do amor de Deus Trino, foi fazer-nos seus filhos; participando deste modo da própria vida divina de Deus. A partir da Encarnação, toda a criação foi introduzida no próprio seio do Mistério Trinitário.

O Mistério Pascal representa o momento mais profundo da revelação trinitária. O Filho se entrega por amor e em liberdade ao Pai, que o ressuscita dentre os mortos, dando-lhe a plenitude de vida no Espírito Santo. O Espírito de Deus continua sendo a memória de Jesus e sua missão consiste em reconduzir todo o criado para a plenitude escatológica, quando Deus seja "tudo em todos" (1Cor 15,28). Aparece assim a essência da Trindade como a auto-comunicação de um amor que é fundamentalmente comunhão.

2.2. Reconhecimento e explicitação da comunhão eclesial

Desde seus primórdios, a fé cristã reconheceu na existência histórica do homem de Nazaré o sentido absoluto da vida e da história humana e por isso confessou a Jesus como o Filho de Deus. A doutrina trinitária nasceu primeiro como experiência de fé no Filho de Deus. Tal experiência abriu um caminho de compreensão do mistério de Deus, e foi se explicitando em confronto com pagãos e judeus. Podemos dizer que a doutrina trinitária não é consequência de uma espe-

16. "Só pela vida, morte e ressurreição de Jesus, sabemos que a Trindade é o modo divino da absoluta unidade do ser de Deus". Cf. E. SCHILLEBEECKX, art. cit., p. 617.

17. DUQUOC, *Dios Diferente...*, op. cit. p. 97.

culação sobre Deus como Absoluto, que é fruto de um processo de reflexão sobre a revelação de Deus na história da salvação, segundo a tradição judeu-cristã.¹⁸

Pois bem, a jovem Igreja percebeu que era impossível ser discípulo de Cristo e aderir-se, sem nenhum questionamento às idéias comuns sobre Deus, fossem religiosas ou filosóficas. Ante as interpretações absolutistas ou reducionistas que iam aparecendo na Igreja, foi necessário definir algumas afirmações fundamentais. Isso era fundamental para explicitar e preservar a experiência do Deus cristão revelado em Jesus. Essa foi a missão dos primeiros grandes concílios, a partir do século IV.

Reconheceram, em continuidade com a Igreja apostólica, que Jesus transforma a maneira de conceber o Absoluto, que toda interpretação sobre Deus passa pelo acontecimento Cristo, o que é irrenunciável. Por isso, defenderam obstinadamente, com as limitações próprias da linguagem cultural da época, a originalidade teológica trazida por Jesus.

A compreensão intelectual do acontecimento cristão se transformou em um imperativo existencial para que a experiência de Deus, revelada em Jesus de Nazaré, não se convertesse em pura gnose ou ilusão mítica. O Deus que Jesus revela é uma experiência concreta que denuncia e critica os ídolos que ocupam o lugar de Deus. É assim que a comunidade primitiva defende a continuidade de Jesus com o Deus do Antigo Testamento, afirmando que não se tratava de dois caminhos paralelos ou justapostos para se chegar a Deus. O reconhecimento da divindade de Jesus suscitava a per-

tação, pelo verdadeiro Deus.

Isso significa que a fé em Jesus Cristo não implicava uma redução ou descrédito do monoteísmo do Deus veterotestamentário, senão que significava um aprofundamento radicalmente novo da confissão de fé no próprio Javé: *Escuta Israel, teu Deus é o Único Deus* (cf. Dt 6, 4-9). Existe, portanto, uma continuidade inegável entre Antigo e Novo Testamento, o que não exclui a presença de uma novidade radical revelada na pessoa de Cristo.

Jesus Cristo plenifica a Antiga Aliança, abrindo possibilidades novas e insuspeitadas. A auto-comunicação de Deus acontecida em Jesus de Nazaré abre as portas para a participação na própria vida de Deus. A salvação, anunciada no Novo Testamento, consiste em que somos filhos de Deus Pai, partícipes de sua própria vida divina. A Lei e os profetas eram meios extrínsecos a Deus que comunicavam a salvação; em troca, Jesus e o Espírito são Deus mesmo comunicando esta mesma vida divina ao ser humano. Jesus e o Espírito pertencem ao mesmo ser de Deus, essa é a novidade cristã radical. Esta ação salvífica manifesta o ser de Deus e o ser de Deus se revela em sua ação. Portanto, a salvação cristã, sem renunciar à unicidade de Deus, se fundamenta em um Deus Trino. Nesse sentido, a fé veterotestamentária, que fixa suas raízes na criação, é plenificada, já que os cristãos são nova criação em Cristo. A continuidade (com o Antigo Testamento) e novidade (do Novo Testamento) se fundamentam na ação do Espírito Santo.¹⁹

O Novo Testamento reconheceu em Jesus a mesma Palavra de Deus comuni-

18. JOSEP VIVES, "Trinidad", in —: C.FLORISTÁN-J. TAMAYO (eds), *Conceptos fundamentales del Cristianismo*, Madrid, Trotta, 1993, p. 1146-1147.

19. K.RAHNER-W. THÜSING, *Cristologia. Estudio teológico y exegético*. Madrid, Cristiandad, 1975, p. 229.

cando a realidade de Jesus vivo, compassivo e misericordioso. A própria vida de Jesus re-interpreta as representações culturais de Deus e as considerações apriorísticas de sua divindade. Deus é um Absoluto que se relaciona e se comunica:

é um Jesus pessoal. Em Jesus aprendemos quem é o Filho de Deus e, por meio Dele, quem é o Deus dos cristãos. Isso significa que o conhecimento de Deus, a partir de Jesus Cristo, implica uma mudança de mentalidade.²⁰

3. CONCLUSÃO

3.1. Este homem era Filho de Deus.

A filiação divina de Jesus não é uma consideração metafísica abstrata, é uma realidade existencial que nos afeta profundamente, porque o Filho nos revela que as relações humanas entraram em um dinamismo de comunhão com a divindade. Deus e o homem não se contrapõem. Nesta unidade irreduzível se fundamenta a novidade cristã: o ser humano é filho porque é criado no Amor. A criação é uma auto-comunicação, uma auto-exteriorização, onde Deus abre espaço para o que não é Deus e cria livremente.

Isto nos leva a considerar, entre outras coisas, que a confissão de Jesus como Filho de Deus significa que a possibilidade de plenitude humana não é absurda: se realiza em Jesus Cristo. A verdadeira vida de Deus brota de seu ser Amor; a pessoa recebe a Graça de abrir-se ao amor. A *humanidade* do ser humano está no amor, amor de filho e de irmão; nisto consiste a plenitude e a realização humana. Desde esta perspectiva, podemos afirmar que a relação do homem com os outros homens é uma forma de auto-exteriorização na que Deus se manifesta (ou ex-siste) por meio de

nosso ser. Essa auto-comunicação implica um movimento de abertura e compromisso com outros.

Deus destinou-nos a reproduzir a imagem de seu Filho (cf. Rm 8,29). A filiação é o distintivo do cristão. Por isso, a experiência da filiação abre a pessoa ao respeito e ao reconhecimento do outro como irmão. Nesse sentido, seguir a Jesus implica um compromisso de fraternidade. O seguimento de Jesus como memória e atualização de sua Vida, se transforma em uma hermenêutica dinâmica da filiação divina de Jesus, possibilitando renovar, em cada tempo histórico, a vitalidade e o sentido da fé no Filho de Deus. Pois bem, a fraternidade constituiu o desenvolvimento histórico da filiação. Tal como dizíamos anteriormente: em Jesus conhecemos a Deus. Seguindo a João, podemos dizer que conhecer a Deus supõe guardar seus mandamentos (cf. 1Jo 2,7); o principal deles é o amor aos irmãos (4,8). Por isso, a fraternidade é a realização da filiação divina.²¹ A identificação com o Filho de Deus significa, por uma parte assumir a luta contra tudo o que denigre, mata a vida das pessoas e atenta contra ela; por outra, supõe reconhecer e assumir a origem e

20. Em Jesus se manifesta que a relação com Deus não pode ser só intelectual, mas também experiencial e prática. Isso ilumina e questiona a reflexão teológica, no sentido de que ela não só é um *intellectus fidei*, mas também um *intellectus amoris*. Isto é importante, já que da perspectiva - unilateral ou conjunta - que se adote resultará uma linguagem sobre Deus. Cf. GONZÁLEZ FAUS, "El misterio de Jesús y la confesión de fe en Él", *Selecciones de Teología*, n.135, v. 35, (1995) p. 163-174, p.166-167.

21. GONZÁLEZ FAUS, *Proyecto de Hermano. Visión creyente del hombre*. 2 ed. Santander, *Sal Terrae*, 1987, p. 649.

destino comum de todos os seres humanos: a ser filhos no Filho.

Jesus foi reconhecido no final de sua vida como o Homem que era Filho de Deus. A atitude filial de Jesus na cruz revela sua origem (cf. Jo 15,13; 16,5-8). No momento de morrer, Jesus entrega ao Pai seu Espírito (cf. Jo 19,30). A maneira de morrer remete à maneira de viver; Jesus foi, neste momento, reconhecido pelo centurião como o homem de Deus (Mc 15,39).

A vida de Jesus revela que o ser de Deus não é fechado em si mesmo, senão que é aberto. O ser aberto de Deus nos revelou o Filho. Porque Deus sai de si, pode chegar a fazer próprio aquilo que não é de Deus. A Trindade é a condição de possibilidade para que possamos falar de Deus como próximo de nós. O reconhecimento da filiação divina de Jesus, no fi-

nal de sua vida, confirma esta proximidade inaudita de Deus. Proximidade confirmada na Ressurreição, quando Deus faz definitivamente seus a vida, o homem, a história.

Poderíamos dizer que, no interior da história, a totalidade da vida de Jesus continua revelando-nos um Deus, que, por ser Trindade, é fundamentalmente Comunidade e Comunhão. A partir de tudo o que foi analisado, cremos que uma das melhores definições sobre o Deus cristão, encontramos no prólogo de João (cf. 1,1-18). A Palavra de Deus se fez carne, comunicando-nos a plenitude de vida e amor que consiste em fazer-nos filhos Nele; revelando-nos desta maneira Deus. Desde então o Deus cristão é o Emmanuel (Mt 1,23), e seus filhos somos irmãos.

TRADUÇÃO:

MARIA HELENA LOPES DE OLIVEIRA, FI

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Que experiência de Deus sustenta nossa vocação religiosa?
2. Nas relações comunitárias, de que maneira o diferente possibilita a comunhão?
3. Que significa, existencialmente, que o humano revela o divino?

 Dayse Agretti
Teóloga. Professora de teologia em INTELA.
Participa do departamento teológico de CONFAR.

Endereço do autor:
B. Eva Perón. Manzana 376, Lote 18
4512-LIBERTADOR
GRAL. SAN MARTIN (JUJUY) — ARGENTINA

C O N V E R S I O E S E N C I A

Dignidade Humana e Sociedade Neoliberal

FREI ANTÔNIO MOSER, OFM

Quando em 1948, no contexto imediato do após-guerra, foi aprovada pela ONU a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos respiraram aliviados: enfim tinha-se um instrumento adequado para preservar os direitos fundamentais de todos. Não só os direitos, mas também a dignidade de todos estaria mais salvaguardada. Mas logo se percebeu que, para promover a dignidade humana, estes direitos deveriam ser mais detalhados. E foi o que efetivamente aconteceu, progressivamente, até, em março de 2000 chegarmos à Carta da Terra. Trata-se de uma manifestação de sensibilidade progressiva, sempre mais abrangente e mais profunda. Sem desmerecer o valor destas declarações, todos sabem que na prática a violação dos direitos humanos continua sendo uma das realidades mais chocantes e universais. Até os que se auto-proclamam guardiões universais destes direitos, exigindo para si caminho livre para intervir em outras nações, continuam mantendo em muitos dos seus Estados a pena de morte. Ainda em junho pp., foi executado no Texas Gary Graham. Um dos jornais do Rio fazia o sugestivo comentário de que a pena foi aplicada, "apesar dos fortes indícios de irregularidades". E as comemorações referentes

aos nossos 500 anos, nos fizeram perceber, uma vez mais, que em matéria de respeito aos direitos humanos não temos muito a ensinar a ninguém.

A queda do bloco socialista em 1989 representou uma nova esperança para a humanidade. Afinal, pelo que se noticiava, era exatamente ali que ocorriam as maiores violações dos direitos humanos. Alguns dos Meios de Comunicação Social se especializaram em fazer denúncias visando os regimes marxistas. A pressuposição era a de que, uma vez derrubada a "cortina de ferro", entraríamos numa nova era de paz e de respeito mútuo entre as pessoas e entre os povos. O bloco socialista caiu, mas ao que tudo indica, nem dentro nem fora daquelas antigas fronteiras as coisas melhoraram. Depois da queda do bloco socialista, houve ao menos duas guerras de extermínio, justificadas com os argumentos de que se tratava de proteger as populações locais de horrendas violações dos direitos humanos e de que estas eram guerras "limpas" pois só visavam objetivos bélicos. O número de mortos não foi publicado. Milhares de mutilados e órfãos continuam perambulando por aí. Mas, nem durante, nem depois, se ouviram muitos

protestos por parte do “mundo ocidental cristão”, por ironia o mais diretamente implicado. Tudo parece muito natural.

Diante destas contradições cabem, naturalmente, algumas perguntas: por que as mais belas declarações parecem incapazes de levar a um respeito profundo e global dos direitos tão solenemente proclamados e teoricamente defendidos por todos? Será que podemos es-

perar que no novo milênio a realidade será bem diferente, ao menos neste particular? Com que condições? Será que a VR tem algo a fazer para contribuir eficazmente na construção de uma nova realidade no que tange a estes direitos fundamentais? São estas questões que irão guiar nosso raciocínio, que não visa a conclusões definitivas, mas apenas a aquecer as discussões.

1. POR QUE AS PROCLAMAÇÕES SÃO INSUFICIENTES?

Sabidamente não foi só a partir de 1948 que começou a história dos Direitos Humanos. Deve-se dizer que este foi um despertar progressivo¹. Basta lembrar a Carta Magna, de 1215, ou a declaração dos direitos de todo cidadão, de 1689, ou então a proclamação feita no contexto da Revolução Francesa, em 1789. Todas pretendiam garantir os direitos de todos, mas na prática acabaram garantindo apenas os direitos dos que tinham força para garanti-los. Só mais recentemente, como ocorre, por exemplo, no contexto do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, no Brasil, se percebem acentos realmente novos. Um na linha da necessidade de expansão ao nível da consciência; outro na linha de pressões ao nível da prática para que estes direitos deixem de se confundir com o *status quo* de uma elite minoritária, e se direcionem primordialmente para as camadas mais pobres e marginalizadas². Isso significa dizer que só recentemente se percebe que a questão dos Direitos Humanos é bem mais abrangente e bem mais profunda do que parece à primeira vista. De fato, ela requer um processo de

conscientização crítica, uma pedagogia, muitas lutas, articulações, comunicação e mesmo política³. Para responder adequadamente à questão colocada acima, talvez seja útil perguntar-se sobre quem são os autores das proclamações e quais são seus reais interesses.

1.1. Os autores das proclamações

Há pouco ocorreu um fato inédito no recinto do Senado: este retirou o mandato de um dos seus membros. Mas, com razão, advogados da defesa levantavam uma dúvida sobre a idoneidade individual de muitos dos que tomaram esta medida, aplaudida por quase todos. Questão parecida poderia ser levantada a propósito dos representantes dos países que assinaram as solenes declarações. Isto já é muito significativo. Entretanto, a questão que se levanta é bem mais profunda. Ela não diz respeito apenas às pessoas, grupos ou nações, mas aos sistemas políticos vigentes. Claro que, de antemão estão descartados os sistemas ditatoriais. Mas que dizer das democracias? Uma são mais, outras são menos participativas; umas são mais, outras menos formais;

1. Cf. AGOSTINI, N., “Direitos Humanos: o despertar da Igreja no Brasil Aos 50 anos da Declaração Universal da ONU”, *REB*, dez. 1998, 872s.

2. ID., *ibid.*, 874.

3. ID., *ibid.* 883.

outras, totalmente formais. Sobretudo no contexto do Terceiro Mundo fica muito claro de que só chegam aos postos de mando os que dispõem de suporte financeiro. E ninguém está disposto a gastar seu dinheiro sem um retorno palpável.

Contudo, a questão da idoneidade dos que proclamam os Direitos Humanos não isenta nem as democracias mais sólidas, em geral no Primeiro Mundo. É que o poder político anda de mãos dadas com o poder econômico⁴. E o que rege um e outro, hoje, é o neoliberalismo. É com ele que devemos nos defrontar. Claro que não é este o lugar para um longo tratado, ainda mais que já existem vários bons estudos neste particular⁵. Aqui nos contentamos em recordar alguns traços do neoliberalismo, e ainda assim só enquanto iluminam nossa temática mais específica.

Na origem e na raiz mais profunda do neoliberalismo encontra-se o liberalismo puro e simples. E na raiz do liberalismo encontra-se o capitalismo, também puro e simples. Ambos defendem a liberdade, mas são vítimas da utopia do mercado auto-regulador. Por isto mesmo, ambos, desde a origem, se organizam de forma excludente, privilegiando os proprietários e os detentores do poder, que lá no fundo se confundem⁶. Entretanto, os abalos causados pela guerra do Vietnã, o irromper de reivindicações das maiorias oprimidas e o liberalismo sexual, obrigaram a buscar uma nova fisionomia para o que começava a aparecer como algo de muito antipático. Uma máscara de moralismo ultrapassado em várias áreas, sobretudo

no que se refere à sexualidade, servia bem para salvaguardar as aparentes boas intenções. A defesa intransigente dos direitos humanos, sobretudo na casa dos outros, tinha a tarefa de reforçar esta imagem. Mas faltavam ainda alguns toques na área econômica e política: aqui entra o empenho por "humanizar" o capitalismo, exatamente mediante o que se denomina de neoliberalismo. Nesta altura já se percebe que os promotores de declarações pomposas se diferenciam apenas no traje que usam de acordo com os tempos e lugares. Daí a importância de conhecer mais de perto seus reais interesses.

1.2. Os reais interesses

O neoliberalismo se apresenta com vários nomes. Às vezes se denomina de globalização, outras de mundialização, outras de ajuste ou reajuste. Os dois primeiros nomes são mais utilizados no Primeiro Mundo e nos que com ele se identificam. Os dois últimos são aplicados ao contexto do Terceiro Mundo. Os neoliberais se apresentam como libertadores do Terceiro Mundo e os salvadores dos pobres⁷. Entretanto, os interesses reais do neoliberalismo são bem outros. Eles são globais: "o neoliberalismo é uma utopia ou teoria que pretende dar uma explicação total do ser humano e da sua história em torno da economia". E não só é uma teoria, mas se impõe como uma prática. Em primeiro lugar quer "livrar" os Estados do peso do social. Tudo deve ser privatizado; depois é preciso "modernizar" a indústria, mediante novas tecnologias; é preciso também abrir espaço para o

4. Cf. CHOMSKY, N., "Democracia e mercados na nova ordem mundial", in AAVV, *Globalização excludente*, Vozes, Petrópolis, 1999, 23: "No mundo real, democracia, mercados e direitos humanos estão sob sério ataque em muitos lugares do planeta, inclusive nas mais importantes democracias industriais..."

5. Cf. COMBLIM, J., *O Neoliberalismo*. Ideologia dominante na virada do século. Col. Teologia e Libertação, desafios da cultura, série VI, Vozes, Petrópolis, 2000, com boa bibliografia nas páginas 183-187.

6. Cf. BARRETO, V., "Ética, liberalismo e capitalismo", in AAVV, *Recursos humanos e subjetividade*, Vozes, Petrópolis 3ª Ed. 2000, 34-35.

7. ID., *Ibid.*, 10.

capital especulativo, pelo livre mercado de capitais; convém que tudo seja gerenciado por economistas competentes, que levam o nome de analistas simbólicos, apoiados em seus poderosos computadores. É assim que se implanta com força o pensamento único, já que o socialismo fracassou. Com isso está aberto o caminho para o domínio das multinacionais, naturalmente dominadas pelas nações mais ricas e mais poderosas⁸. Com isto o circuito está completo. O mundo deveria, em breve, gozar de paz e fartura, para todos, e de forma nunca imaginada.

Acontece que a realidade é bem outra. Ao livrar-se do peso social, os Estados entregam os pobres a uma marginalização tão profunda e tão ampla como nunca se viu: eles estão entregues à própria sorte. Ao privatizar tudo, os Estados entregam nas mãos dos grupos econômicos mais fortes o que ainda sobrava em termos de patrimônio de todos; e ninguém fica sabendo para onde são canalizados os recursos assim adquiridos. Ao entrar na corrida da modernização importada, os Estados provocam uma onda crescente de desemprego. Só que agora há uma diferença: não só os menos capacitados vão perdendo a possibilidade de trabalhar, mas também os mais preparados vão perdendo espaços. A automação não é decorrente apenas da busca de maior lucro e eficiência, mas sobretudo da busca de maior domí-

nio e controle⁹. Ao entregarmos o gerenciamento a um grupo sempre mais restrito de economistas, os Estados transferem para eles o governo real da economia e da política¹⁰. Sem serem eleitos, são eles que efetivamente governam, e de acordo com sua pretensa neutralidade científica. É difícil esperar que terreno tão ruim, onde predominam as pedras da desigualdade alimentada, da prepotência dos mais fortes, do egoísmo de todos, possa produzir algum fruto bom¹¹. “A desigualdade social acentuou-se drasticamente nas últimas décadas. Milhares de pessoas lutam para sobreviver sob condições extremamente precárias, não só nos confins do mundo e entre as legiões de perseguidos e de refugiados, mas também onde o capitalismo se apresenta como mais próspero”.

Em resumo, podemos dizer que o neoliberalismo é simplesmente um desastre, tanto de um ponto de vista político, quanto econômico, social e até ético. Ele produziu desigualdades jamais imaginadas no período anterior¹². Mesmo a maquiagem apregoada pelo que se denomina de terceira via, não é mais do que vinho velho em garrafas novas, ou uma espécie de café requentado¹³. E para avaliar o que isso significa em termos de Brasil de hoje, sob o prisma jurídico, social, educacional, etc., basta ler um único livro, com o sugestivo título: “O desmonte da nação. Balanço do governo FHC”.

8. Cf. PETRAS, J. E VELMEYER, H., *Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio*, Vozes, Petrópolis 2000.

9. Cf. CHOMSKI, N., “Democracia e mercados na nova ordem mundial”, in AAVV, *Globalização excludente*, Vozes, Petrópolis, 199,28.

10. Cf. THIELEN, H., *Além da modernidade*. Para a globalização de uma esperança conscientizada, Vozes, Petrópolis, 1998, 90s.

11. Cf. CNBB, “Dignidade humana e paz. Novo milênio sem exclusões”. *Texto-base CF-2000 Ecumênica*, nn.283s.

12. Cf. PETRAS, J. E VELMEYER, *op. cit.*, pp. 56 e 58: “A parábola neoliberal chegou ao fim... Ao aproximar-se o fim do milênio, a estagnação de longo prazo e as crises estão transformando-se num colapso em grande escala. Reservas externas estão sendo esvaziadas, multiplicam-se os socorros quando as moedas ameaçam despencar, taxas de crescimento negativas e índices de desemprego de dois dígitos Brasil 12%, Argentina 14% condizem com um permanente exército de reserva formado por subempregados o setor informal que abrange 50,60 e 70% da população em países como Argentina, México e Venezuela”; Cf. COMBLIN, J., *op. cit.*, 101s; THUROW, L.C., *O futuro do capitalismo*, Rocco, Rio de Janeiro 1997, 319s.

13. Cf. PETRAS, J., *op. cit.*, Introdução, 13.

Diante deste quadro, bem mais trágico na realidade do que na sua descrição, facilmente se tende a cair num certo ceticismo fatalista: pouco se pode fazer. Só que o fatalismo em nada contribui para a solução dos problemas. Muito pelo contrário, só iria solidificar uma permanente violação dos direitos mais fundamentais que deverão ser garantidos a todos, em razão da sua dignidade, conferida pelo próprio Deus. E nesta altura já deve ter ficado claro que a violação de direitos não se restringe a torturas e a crimes considerados como hediondos: ela se dá no cotidiano de milhões de pessoas, pela fome e doenças crônicas, pela falta de perspectivas de vida.

Ademais, o fatalismo nada tem a ver com o cristianismo. Este, na sua raiz última, sempre se apóia na experiência fundante do Morto que Ressuscitou; do derrotado que aparecerá um dia triunfante. Daí a necessidade de acalentar a esperança de uma realidade diferente. Esta esperança, por um lado, se fundamenta no cultivo de uma utopia; por outro no trabalho incansável. O fato é que a busca de alternativas ao neoliberalismo se constitui num problema moral, político e social de urgente solução¹⁴.

2.1. A utopia é condição de existir

Até há um decênio atrás era muito simpático falar em utopia. Mas desde que desmoronou a utopia socialista, pode parecer até um tanto inoportuno voltar a esta temática. E no entanto, novamente nos defrontamos com uma das características mais importantes do cristianismo. O cristianismo é antes de tudo portador de um projeto utópico. Ele aponta

para um ideal a ser realizado em plenitude apenas na eternidade, e por interferência do próprio Deus. Mas este ideal lança suas raízes na história. Em Jesus Cristo este projeto se denomina de Reino. Um Reino transcendente, mas que ao mesmo tempo apresenta dimensões imanentes. Em Jesus se vinculam de maneira inseparável o tempo e a eternidade, o divino e o humano. Assim, as expectativas do Reino não dizem respeito apenas ao final dos tempos, nem somente à alma. Embora só na eternidade deva concretizar-se a plenitude, seus sinais já deverão se fazer presentes na história humana; embora o que se denomina de alma seja a expressão do plano espiritual, não existe espiritualidade humana desencarnada. E é exatamente este projeto de Jesus, com dupla dimensão, que anima o empenho cristão na busca de uma sociedade diferente, aqui na terra, fundada no amor, na justiça e na liberdade¹⁵. Esta é nossa razão mais palpável de existir. Sem a utopia do Reino, assim entendido, não se justificariam os esforços em favor da dignidade humana alimentada já na terra. Tudo seria por demais transitório, inclusive os sofrimentos advindos da violação dos direitos mais fundamentais: portanto, se imporia um conformismo total.

Ademais, há outra razão para se acentuar a importância da utopia na vida humana: ela é de ordem antropológica. O ser humano que deseja realizar algo deverá sempre projetá-lo. Os projetos humanos são constitutivos de seu ser e do seu agir. Pessoas e nações sem projetos, equivale a dizer, sem sonhos, acabam efetivamente não construindo absolutamente nada. Embora os sonhos sempre

14. CASANOVA, G.P., "Globalidade, neoliberalismo e democracia", in AAVV, *Globalização excludente, op. cit.*, 61.

15. Cf. LÖWY, M., "Origens sócio-religiosas do movimento dos trabalhadores sem-terra MST do Brasil", *Revista de Cultura Vozes*, vol. 94, 2000, 16.

se colocarem a frente da realidade, eles são decisivos para a mudança de uma determinada realidade. Cultivar uma utopia é o contrário do estar conformado. É sempre caminhar para a frente.

2.2. Mas a utopia deve ser trabalhada com realismo

O cristianismo é portador de uma utopia. Entretanto, a utopia cultivada pelo cristianismo apresenta igualmente incidências históricas: a história da salvação ou da perdição se concretiza num tempo e num espaço determinados; história da salvação ou da perdição não é algo que se passa longe da humanidade: é algo que também depende do como esta humanidade se avém com os mais diversos desafios que se lhe apresentam. É neste sentido que se impõe a busca de alternativas.

Há outro fator a ser levado em consideração neste contexto. Se até há pouco o neoliberalismo se apresentava como uma ideologia triunfante, agora, na virada do milênio, ele encontra-se na defensiva¹⁶, pois o seu fracasso já é patente: nenhum sistema pode julgar-se triunfante quando deixa à margem de tudo dois terços da população mundial, acossada pela miséria; nenhum sistema pode julgar-se triunfante quando faz crescer a desigualdade, o desemprego, a redução dos serviços sociais... Por isso mesmo, hoje se fala mais do que nunca em alternativas. É muito curioso que diante das investidas de megaempresas para dominar o pensamento, várias editoras alternativas estejam se reunindo para estabelecer uma estratégia de sobrevivência. A batalha contra qualquer ideologia pressupõe um ideário não só coerente, mas que seja comu-

nicado e transmitido através de uma música contrária às ideologias dominantes¹⁷.

Também é significativo que há dois anos tenha se realizado um “fórum mundial das alternativas” e que tenha surgido daí um “manifesto”. Vale até à pena ter diante dos olhos as 13 teses deste manifesto: está na hora de pôr a economia a serviço dos povos; está na hora de derrubar o muro entre o Norte e o Sul; está na hora de encarar a crise de civilização; está na hora de rejeitar o poder do dinheiro; está na hora de transformar o cinismo em dignidade e a dignidade em poder; está na hora de reconstruir e democratizar o Estado; está na hora de sermos verdadeiros cidadãos; está na hora de voltar a valorizar os valores coletivos; está na hora de globalizar as lutas sociais; está na hora de despertar a esperança dos povos; chegou o tempo das convergências; abre-se diante de nós o tempo de um pensamento criador e universal; o tempo da ação já começou¹⁸.

As teses alternativas acima citadas, são muito interessantes como uma espécie de ideário. E contudo, esbarram contra a maneira hábil com a qual o neoliberalismo vem enfrentando as correntes que se lhe opõem: por um lado, de maneira muito “criativa”, mina os adversários considerados “progressistas”; por outro, mediante um descaso maligno, abandona à própria sorte os que se alinham ao neoliberalismo, mas não se apresentam como interessantes para suas estratégias¹⁹. Dessa forma se percebem as dificuldades para transpor a distância entre os sonhos do ideário e a concretização histórica. Pois, como bem observa alguém, em termos de alternativas concretas, de um ponto de vista

16. Cf. COMBLIN, J., *op. cit.*, 141.

17. Cf. DEBRAY, R., *Transmitir. O segredo e a força das idéias*, Vozes, Petrópolis 2000, 9s.

18. Cf. TEHIELEN, H., *Além da modernidade...*, *op. cit.*, 289-293; COMBLIN, J., *op. cit.*, 141-142.

19. Cf. PETRAS, J E VELTMEYER, H., *Hegemonia dos Estados Unidos no novo Milênio*, *op. cit.*, 252s.

econômico e social, "a única coisa que sabemos é que será uma alternativa democrática que lute pelo poder da maioria e para uma economia da maioria em cada nação e em nível mundial. É esse o projeto que devemos pensar e realizar". Por

isto mesmo, é muito importante buscar outras coordenadas, que venham impulsionadas por uma mística e que facilitem o acesso dos sonhos à realidade. E é nesta altura que se entrevê um papel decisivo a ser exercido pela Vida Religiosa.

3. QUAL SERIA O PAPEL DA VR NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS?

Pode-se dizer que, de alguma forma, a preocupação com os DH acompanhou a história da Igreja, mesmo antes que esta problemática tivesse surgido explicitamente. Tratar a todos como filhos e filhas de Deus, com igual dignidade, faz parte do patrimônio da fé. Para certificar-se disto, além da base escriturística, basta conhecer o rico patrimônio teológico dos denominados Padres da Igreja. Num período mais recente e de modo mais sistemático, esta preocupação está presente em todos os documentos da Doutrina Social da Igreja. Existem até documentos específicos sobre a questão. Basta recordar "A Igreja e os direitos humanos", publicado pela Comissão Pontifícia Justiça e Paz, em 1974.

Algo de parecido se pode dizer da VR: na origem de inúmeras Congregações encontra-se exatamente esta preocupação com os direitos dos pobres e excluídos, embora ainda não se utilizasse a terminologia dos DH. E na medida em que os problemas foram se agravando, sobretudo no contexto latino-americano, foram aparecendo estudos específicos nesta direção, mostrando até mesmo a conexão entre defesa dos DH e os votos religiosos²⁰. Também é sabido que na origem de muitos dos Movimentos de Defesa dos Direitos Humanos encontram-se religiosos e religiosas. Isto sem falar nos inúmeros religiosos e religiosas, que nas últimas décadas e dentro do contexto latino-

americano e brasileiro, deram, literalmente, seu sangue por esta causa. São os mártires da causa dos DH. Nossa intenção aqui não é a de fazer todo um resgate histórico, mas pontualizar alguns aspectos mais atuais, em consonância com o tema que estamos desenvolvendo: a dignidade da pessoa humana numa sociedade neoliberal. Pensamos dever destacar três aspectos, mas sempre centrados no *testemunho*: gratuidade, proximidade e universalidade. Assim a VR estaria respondendo a três das mais contundentes violações dos DH contidas tanto na filosofia quanto na prática do neoliberalismo.

3.1. Gratuidade X lógica do lucro

Desde sempre houve grupos que se preocuparam em resolver as desigualdades humanas, tentando satisfazer as necessidades básicas, respeitando os direitos de todos. O problema foi sempre o de encontrar uma chave que resolvesse de uma vez por todas os entraves provocados pelos vícios individuais, tais como o individualismo, o egoísmo, a prepotência. Para superar os vícios individuais parece necessário criar sistemas que se ponham de maneira hegemônica. E para impor-se de maneira hegemônica os vários sistemas sempre recorrem a um "grande relato", uma espécie de mística que representa a ideologia de um deter-

20. Cf. por exemplo, ANTONCICH, R., *Vida religiosa y derechos humanos*, CLAR, 1978.

minado momento histórico²¹. Assim também o neoliberalismo construiu o seu “grande relato”, apoiado no que denomina de liberdade do mercado, hoje sempre mais globalizado. Este prescinde de valores éticos e espirituais: basta respeitar as leis do mercado, e tudo irá se encaixar automaticamente. A competição entre os vários setores e os vários interesses será o motor para o aumento da produção necessária para satisfazer as necessidades básicas de todos; e a busca do lucro será o caminho infalível para acabar com a pobreza²².

Uma simples observação do que vem ocorrendo efetivamente, apesar de todos os ajustes do mercado, nos leva à conclusão de que tudo está funcionando exatamente da maneira oposta à esperada. O que houve foi um aprofundamento e um alargamento dos males que, ao menos em teoria, se pretendia eliminar. É nesta altura que se percebe que só as virtudes são capazes de superar os vícios. E é nesta altura que se percebe a intuição profunda da VR, que desde as origens apostou no desaparego e no serviço gratuito como forças capazes de criar a fraternidade.

Só que hoje os desafios parecem bem maiores, porque mais subtis, pois o neoliberalismo não se explicita sempre numa doutrina aberta. Ademais, de alguma forma, a própria Igreja oficial, preocupada até há pouco com o materialismo marxista, deixou um pouco na sombra o perigo do materialismo embutido no neoliberalismo²³. O desaparego dos bens, traduzido

também pelo desaparego no que se refere a postos, mobilidade e funções, são características marcantes do dinamismo da maioria das congregações religiosas. No desaparego encontra-se uma espécie de “grande relato” já perceptível na prática dos primeiros cristãos, eles tinham tudo em comum, e sempre de novo retomado pelos movimentos de volta ao Evangelho. Não é por nada que as grandes polêmicas na VR quase sempre diziam e dizem respeito à vida em pobreza. Algumas vezes as tensões se voltam mais para o modo de os religiosos viverem, como religiosos, com ou sem propriedades. Outras vezes as tensões são oriundas do modo de posicionar-se frente à pobreza dos outros: é o que se verifica na opção pelos pobres. Um corrente se apresentam de maneira mais rígida, outras menos, mas nunca perdendo de vista que a “apropriação” se constitui num pecado muito sério. Por trás desta concepção subjazem uma pré-compreensão e uma espiritualidade fundantes: tudo pertence a Deus; nós não somos mais do que meros administradores dos bens que nos são confiados; e estes bens são destinados a todos²⁴. Quem recebe de graça, também de graça deverá oferecer: sejam bens materiais, sejam bens de outra natureza. Só a partilha gratuita é capaz de gerar a solidariedade.

3.2. Proximidade X indiferença

Outra marca do neoliberalismo vem constituída pela indiferença: indiferença a tudo o que remete para o plano espiritual

21. Cf. SUESS, P., “Migração, peregrinação e caminhada”, *REB*, junho 2000, 294-311, onde o autor, de modo muito criativo e cheio de simbolismos, contrapõe as migrações forçadas pelo sistema neoliberal às caminhadas, fruto de uma opção gratuita, na busca da terra prometida. A *gratuidade* questiona a lógica do mercado; a *proximidade* questiona a indiferença; a *universalidade* questiona a globalidade excludente. Foi neste estudo que nos inspiramos para esta terceira parte.

22. Cf. COMBLIN, J., *op. cit.*, 15s.

23. Cf. TABORDA, F. “A Vida Religiosa no mundo neoliberal. Sobrevivência ou refundação?”, *Convergência*, março de 1998, n.310, 73s.

24. Cf. MOSER, A., *O Pecado. Do descrédito ao aprofundamento*, Vozes, Petrópolis, 2ª Ed., 202.

e transcende, e consequentemente também ao que remete para as pessoas concretas, nas suas carências. O economicismo neoliberal é simplesmente frio. Mesmo quando se refere a Deus, o faz de uma maneira blasfema, partindo do pressuposto de que Deus distribuiu injustamente os dotes. Como não existiriam normas objetivas de justiça, seria até perigoso pretender corrigir as “injustiças” divinas... É preciso ser realista e eficiente, e não compassivo. Afinal, se os pobres são pobres é por sua própria culpa, em primeiro lugar; ou então por culpa do sistema, que ainda não conseguiu atingir seus objetivos. Vale à pena neste contexto ter presente uma entrevista de um conhecido economista, por sinal com bom trânsito em uma importante Arquidiocese e mesmo em algumas Congregações: “A cura da pobreza não depende da condescendência do político, da boa vontade do burocrata ou da piedade do clérigo. Depende do crescimento econômico. E as molas clássicas do crescimento continuam sendo a poupança, a criatividade e o espírito empresarial”.

É verdade que, por razões completamente opostas, no auge da polêmica em relação ao que significaria opção pelos pobres, mesmo dentro das fileiras religiosas ouvia-se este imperativo; “não dê esmola; ela perpetua uma situação”. Entretanto, a bem da verdade, lá no fundo ninguém ousava descartar aquela frase de São Tiago, quando diz que a esmola cobre uma multidão de pecados. E de uma maneira ou de outra os religiosos e religiosas sempre se mostraram sensíveis para com as necessidades dos outros. Entretanto, o testemunho de proximidade não diz respeito apenas aos que se encontram à margem dos bens materiais. Ele diz respeito em primeiro lugar ao modo de viver em fraternidade. Suportar as diferenças, acolher os que nos parecem

estranhos, sempre foi um imperativo presente na VR. A proximidade não diz igualmente respeito ao suportar os que abraçam o mesmo ideal, mas até em aceitar como componentes de sua fraternidade pessoas com as quais não simpatizamos. “Escolher-se” mutuamente com o pretexto de formar fraternidades mais harmoniosas pode ser uma tentação, mas nunca será uma virtude, nem caminho para ela.

3.3. Universalidade X globalização

É muito curioso observar como, num primeiro momento, quando os Meios de Comunicação Social começaram a ganhar força, ouviam-se freqüentes exaltações das suas maravilhas. Eles iriam contribuir decisivamente para a aproximação dos povos e das culturas. Num segundo momento, porém, começaram a aparecer os senões e até a constatação de que os mesmos Meios podem veicular preconceitos e reforçar as barreiras humanas.

Algo de parecido ocorreu em relação à globalização. A globalização é antes de tudo um fato inquestionável. E como fato, tanto poderia dar-se de uma maneira positiva, quanto negativa. Na sua maneira positiva poderia estar traduzindo o sonho da Grande Família de Deus, que derruba todas as barreiras: lingüísticas, raciais, culturais, e até religiosas. Se assim fosse a VR nada teria a lamentar ou a temer. Até pelo contrário, começaria a ver concretizado o ideal da “universalidade”, uma das características do cristianismo e da VR. De alguma forma as Congregações maiores são sempre uma espécie de multinacionais, que se revelam tanto mais fortes, quanto mais são capazes de se articular nas mais diversas situações e nos mais diversos contextos.

Entretanto, um olhar mais crítico nos assegura que não é isto que vem ocorrendo no mundo globalizado. O que há

é uma crescente padronização empobrecedora sob quase todos os aspectos. Para melhor se perceber isso, talvez convenha chamar a atenção para três diferentes ângulos: o da *economia*, o da *cultura* e o da *ideologia*²⁵. No que se refere à *economia* globalizada, o que sobressai é a especulação financeira e a conseqüente concentração do poder econômico nas mãos de poucos. No que se refere à *cultura*, o que se verifica é a imposição das culturas mais fortes sobre as mais fracas; estas últimas só sobrevivem na forma folclóri-

ca. No fundo também a cultura virou mercadoria e expressão da concentração do poder econômico²⁶. No que se refere à *ideologia*, basta pensar nas poucas matrizes que produzem idéias e inspiram comportamentos: com a derrocada da ideologia socialista, a ideologia neoliberal impera de uma maneira soberana e tão totalizante que nenhuma ideologia socialista ousou sequer sonhar. Agora no mundo todo só se encontra hasteada uma única bandeira, diante da qual todos parecem dobrar os joelhos.

CONCLUSÃO

O neoliberalismo é uma ideologia. É uma ideologia tão perigosa quanto todas as outras que a antecederam. Entretanto, há uma agravante: por se apresentar de maneira mais "light", consegue ocultar melhor os seus estragos, inclusive na VR. Enquanto o marxismo poderia ser descrito com cores berrantes e facilmente transformado em monstro, o neoliberalismo se apresenta de uma maneira simpática. Tudo parece muito natural. Não se trata evidentemente de demonizar o neoliberalismo, mas simplesmente saber colocar-se para perceber suas sombras e suas ameaças veladas à identidade da VR e da vida em geral.

Nos bons tempos em que quase todos falavam de "análise da realidade", costumava-se distinguir entre uma leitura ingênua, uma leitura funcionalista e uma leitura crítica. A primeira nem sequer percebia os males; a segunda os atribuía à conjunturas passageiras; a terceira buscava chegar até a raiz dos problemas. Aplicando este método à questão dos DH, encontram-se muitas pessoas que acham que, com poucas e horrendas exceções, o

mundo todo está progredindo: já não se tortura, nem se mata mais como antigamente. Da mesma forma, muitas pessoas que percebem as freqüentes violações dos DH, irão atribuí-las a esta ou àquela situação histórica; a esse ou àquele regime.

Entretanto, quem se dá ao trabalho de uma leitura mais crítica, não poderá deixar de perceber que, justamente por não serem mais, por via de regra, tão chocantes, as violações são tanto mais cruéis. Os DH não dizem apenas respeito aos assassinatos e às torturas: dizem respeito a todo tipo de exclusões e desigualdades, que se tornam tanto mais graves, quanto mais facilmente poderiam ser evitadas. Fome, doenças endêmicas e crônicas, falta de condições mínimas de vida, analfabetismo, e tantos outros males, não são fatalidades, nem resquícios de um mundo que ainda não chegou lá. Elas remetem para uma ideologia mais sofisticada, mas não menos maldosa, que pereniza o que num tempo se denominava de pecado sócio-estrutural.

Estas reflexões não querem reeditar antigas lamúrias. Pelo contrário, elas

25. Cf. MOSER, A., "Sínodo para a América: apelos e esperanças", *REB*, março de 1998, 52s.

26. Cf. COMBLIN, J., *op.cit.*, 132s.

pretendem simplesmente mostrar que na virada de mais um milênio, a VR não perdeu sua atualidade. Ela continua tendo a mesma missão do passado, mas com conotações evidentemente diferentes: *testemunhar a gratuidade*, num mundo onde todos correm atrás do lucro; *testemunhar a proximidade* num mundo onde as distâncias geográficas diminuem, mas outras distâncias se acentuam; *testemunhar a possibilidade de todos se abraçarem* sem se dominarem. São estas "virtudes" bem antigas, mas agora revestidas de nova rou-

pagem, que poderão nos ajudar a construir aqueles "outros quinhentos" anos de uma história bem diferente daquela que conhecemos. Assim, a partir de um país sempre e indevidamente apresentado como símbolo de uma nação multiracial e multicultural capaz de harmonizar-se criativamente, poderemos contribuir para a construção de um mundo verdadeiramente único, porque plural; verdadeiramente livre, porque comprometido com todos; verdadeiramente próximo, porque unido pelo Amor de Deus.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Com frequência o Brasil vem associado à violação dos DH, enquanto a Igreja e a VR no Brasil vêm associadas à defesa dos mesmos DH. Qual seria a correlação verdadeira?
2. Que elementos deveriam constar de uma alternativa em relação ao neoliberalismo?
3. Vocês acham, honestamente, que a Congregação e a Fraternidade na qual vivem estão testemunhando a gratuidade, a proximidade e a universalidade?

 Antônio Moser
Doutor em Teologia Moral.
Professor de Teologia. Autor de vários livros.

Endereço do autor:
Caixa Postal 90023,
CEP: 25689-900, Petrópolis — RJ.

As 13 teses de manifesto do "Fórum mundial das alternativas":

está na hora de pôr a economia a serviço dos povos;
está na hora de derrubar o muro entre o Norte e o Sul;
está na hora de encarar a crise de civilização;
está na hora de rejeitar o poder do dinheiro;
está na hora de transformar o cinismo em dignidade e a dignidade em poder;
está na hora de reconstruir e democratizar o Estado;
está na hora de sermos verdadeiros cidadãos;
está na hora de voltar a valorizar os valores coletivos;
está na hora de globalizar as lutas sociais;
está na hora de despertar a esperança dos povos;
chegou o tempo das convergências;
abre-se diante de nós o tempo de um pensamento criador e universal;
o tempo da ação já começou.

Hildegarda de Bingen

Profetisa, Reformadora, Terapeuta

Atualidade de uma abadessa do séc. XII nos albores do novo milênio

PE. MARCIAL MAÇANEIRO, SCJ

Desde tenra idade, amparada por excepcionais dons celestes, santa Hildegarda penetrava sabiamente os mistérios da teologia, da medicina, da música e ainda de outras disciplinas; escrevia vários textos sobre estes assuntos e mostrava com clareza a interação existente entre Salvação e Criação (João Paulo II)¹.

Este parágrafo de João Paulo II retrata, em linhas mínimas, a complexa personalidade de Hildegarda de Bingen. Mulher nascida no mundo medieval e inserida na tradição beneditina do século XII, foi vidente, fundadora, escritora, terapeuta e compositora. E, não obstante essa riqueza carismática, quase não era conhecida longe do norte da Europa ou fora dos círculos acadêmicos.

Hoje, com a explosão de espiritualidade verificada no planeta, Hildegarda está sendo traduzida — além do inglês e alemão — também em italiano, espanhol, francês e catalão. Torna-se acessível e conquista um público que vai além dos ambientes teológicos e das fronteiras da Igreja. É autora do mundo. Consta no catálogo de várias editoras. Suas

frases são citadas em agendas e calendários, suas melodias são registradas em CDs.

Depois de visitar o patrimônio hildegardiano, decidi escrever estas páginas seguindo uma percepção simples que logo me veio à mente: cada santo tem seu século e cada século tem seus santos. A cada século retomamos algum personagem marcante da fé cristã, traduzindo e repropendo sua espiritualidade. Alguns têm alcance localizado e aplicação restrita. Outros atravessam séculos sem perder a atualidade, como Agostinho, Francisco de Assis e Teresa de Ávila, entre tantos. Neste sentido, creio que Hildegarda seja uma santa do novo século, com contribuições importantes à vida cristã no milênio que ora inauguramos.

Por que penso assim? Porque Hildegarda tem uma identidade carismática pluriforme e uma obra de inspiração interdisciplinar. Sua mensagem ultrapassa seu momento histórico e toca os atuais debates em teologia, mística e cosmologia. É mulher de sensibilidade simbólica e agilidade intelectual. Vive na encruzilhada entre Idade Média e Idade Moderna. Escreve com audácia espiritual e abre um leque sugestivo de perspectivas: da medicina

1. JOÃO PAULO II: "Lumen gentis" — carta por ocasião dos 800 anos de morte de santa Hildegarda, em *Insegnamenti di Giovanni Paolo II*, vol. II-2(1979), LEV, Vaticano, 1980, p. 271-272.

à música, da vida monástica à política, da contemplação à reforma da Igreja, das coisas celestes às sutilezas da natureza.

Se hoje buscamos uma fé significativa, com força profética e abordagem de síntese, encontramos em Hildegarda uma fonte inspiradora e uma referência para a espiri-

tualidade cristã. Sem dúvida isto não dispensa a leitura crítica de suas obras, para distinguir o que é secundário e contingencial, daquilo que é primordial e duradouro. É justamente assim que devemos lê-la, para absorver seu contributo original e discernir o que ilumina nossa época. A você, boa leitura!

1. DE ALUNA A MESTRA

Hildegarda nasceu em 1098, na Alemanha. Mais precisamente em Birmersheim, nas proximidades do rio Reno. Estamos em terras germânicas medievais: um mundo diferente, repleto de mosteiros, vilas e castelos. Seguindo o uso da época, com oito anos de idade Hildegarda foi confiada a uma mulher sábia e piedosa, chamada Judite, para ser educada. Judite vivia num simples eremitério, anexo ao mosteiro beneditino de São Disibodo. Exatamente na confluência dos rios Glan e Nahe. A poucos quilômetros dali estava a cidade de Magúncia (Mainz), sede da diocese local. Hildegarda deveria ficar no eremitério só para ser educada. Mas a pequena aluna mudará os rumos costumeiros.

Com Judite ela estudou e desenvolveu os dotes que já trazia em seu interior. Vez por outra Hildegarda se sentia fatigada e sofria com as mudanças de clima e humidade. Mas nem por isso era inativa ou incapaz! Além de treinar os afazeres domésticos, Hildegarda aprendeu a ler em latim, usando sobretudo o Livro dos Salmos; recebeu noções de música; habituou-se ao dia ritmado segundo as Horas do Ofício Divino, e bebeu de antigas fontes como Bento, Gregório Magno e Rábano Mauro — todos beneditinos e, portanto, familiares ao ambiente. As lições, porém, eram muito básicas, de acordo com o que Judite julgava útil e adaptado ao ere-

mitério. Algo bem singelo, se comparado ao *trivium* e *quadrivium* estudados nas universidades medievais².

Mas Hildegarda parecia destinada a horizontes mais amplos. Absorvia as informações com presteza e manifestava uma incomum capacidade de observação. Podemos imaginar a jovem aluna exercitando a *Lectio Divina*, ao mesmo tempo em que observa a natureza e lança seu olhar curioso no infinito: o universo estendido pelo espaço sideral, projetado pelo Criador para abrigar sua mais cara criatura, o ser humano. Ali começaram suas indagações, cada vez mais complexas, sobre a vida, o bem e o mal, o sentido da história e a relação de Deus com a humanidade.

O tempo passa e Hildegarda chega aos 15 anos. Por volta de 1115, decide permanecer na clausura com Judite. Ela professa os votos e assume a Regra Beneditina, já que residia sob jurisdição da Abadia de São Disibodo. O eremitério floresce com a adesão de outras mulheres e o carisma de Hildegarda começa a ser reconhecido. De tal modo que, em 1136, quando morre Judite, Hildegarda é eleita a nova “mestra” (*magistra*), rodeada por um considerável número de “irmãs” (*sorores*). Nos anos seguintes o eremitério cresce ainda mais e se configura como convento feminino, pedindo mais espaço e autonomia.

2. *Trivium*: gramática, retórica e dialética. *Quadrivium*: música, aritmética, geometria e astronomia. Este era o currículo das universidades da época, freqüentadas por homens. Poucas mulheres medievais tiveram acesso a tais conteúdos. É o caso de Heloísa, conhecida por sua erudição e ousadia epistemológica. E, contudo, ela mesma produziu pouquíssimo, deixando a Abelardo a tarefa de responder a suas perguntas filosófico-teológicas.

Neste período encontramos Hildegarda em plena atividade: dirige a comunidade, firma seus conhecimentos bíblicos e ensina canto litúrgico. Enquanto isso, a cristandade se movimenta: construção das catedrais românicas na Alemanha (1122), auge dos beneditinos de Cluny (1130), II Concílio de Latrão (1139), últimos anos de vida de Pedro Abelardo (o genial fundador do Mosteiro do Paráclito, cedido a Heloísa) e projeção de Bernardo de Claraval no cenário eclesial (1140).

Em 1141, também Hildegarda tem sua vida alterada por um fato determinante. Ela mesma nos conta:

Com a idade de quarenta e três anos, vi uma visão celeste, diante da qual eu me protegia com temor e tremor. No grande esplendor que vi, uma voz vinda do céu me disse: "Ó frágil criatura, pó que vem do pó e podridão da podridão, escreve o que vês e ouves! Mas, já que és tímida no falar e inepta para exprimir-se, incapaz de escrever, diz e escreve não segundo a linguagem dos homens, nem segundo o conhecimento ou vontade humana, mas pelo dom que te é concedido em visões celestes, tal qual tu vês e ouves das coisas admiráveis que Deus opera. Divulga isso que vês e ouves, como um discípulo que --- depois de ter escutado as palavras do mestre --- as divulga com o espírito, a intenção e a expressão daquele que lhe falou. Portanto, ó criatura, anuncia o que vês e ouves. Escreve cada coisa, não segundo teu próprio querer, nem segundo um outro ser humano, mas de acordo com a vontade d'Aquele que sabe, vê e dispõe tudo no

desígnio de seus mistérios". E de novo escutei a voz do céu que me dizia: "Sobre estas coisas admiráveis, escreve assim como tu as recebes". Foi assim que, no ano 1141 da encarnação de Cristo, manifestou-se a mim uma luz ígnea ofuscante. Descendo do céu que se abria, esta luz inflamou meu cérebro e, como uma chama que aquece sem queimar, incendiou completamente meu coração e meu peito, como o sol que aquece todas as coisas quando expande sobre elas os seus raios. E, num toque imediato, compreendi o sentido dos Salmos, dos Evangelhos e demais escritos do Antigo Testamento.³

Com estas palavras ela reconhece o carisma que já havia se manifestado na infância, quando teve suas primeiras experiências de vidência e precognição. O fato era guardado com discrição, conhecido somente por Judite e o confessor pessoal de Hildegarda⁴. Mas a "voz do alto" tudo mudou.

No mesmo período, Hildegarda decide transferir-se com suas irmãs para outro lugar. A comunidade numerosa e a consciência do carisma solicitam mais espaço, tanto material quanto espiritual.

A pequenina monja põe mãos à obra: inicia a construção de um novo mosteiro e pede o desmembramento canônico de sua comunidade, até então submetida ao abade de São Disibodo. Em 1150, finalmente, ela e sua comunidade inauguram o novo mosteiro, no Monte São Ruperto (Rupertsberg, em alemão). Hildegarda é agora *abadesa*. Começa então um novo período, em que ela se empenhará na gestão da comunidade e na redação das visões.

3. Prefácio do *Scivias*: Patrologia Latina, volume 197, p. 383-384. O dom celeste - que explicaria a compreensão de Hildegarda sobre temas bíblicos e doutrinários - é também uma justificativa para sua autoridade espiritual: embora não fosse teóloga acadêmica, recebe a ordem divina de profetizar.

Esta narração da história de Hildegarda pode dar a impressão de um trajeto retilíneo. Mas a verdade é outra. A ordem divina de *publicar as visões* causou uma reviravolta sem precedentes na vida de Hildegarda. Pois na Idade Média a condição da mulher era limitada a margens estreitas. Geralmente associada ao mal e à sedução pecaminosa, outras vezes enaltecida sob as virtudes da Virgem Maria, a mulher ocupava um lugar limitado no mundo. Vivia subordinada ao homem, de quem foi gerada “secundariamente” no Éden. Nesta época já se encontra a expressão “sexo frágil”, equivalente a “inferior”⁵. Excluída da educação acadêmica, suas perspectivas eram casar-se ou ingressar num mosteiro. Se além disso fosse serva, e não nobre, havia ainda o fardo da pobreza, da fome e das doenças.

Casos como o de Heloísa — a erudita companheira de Abelardo, depois priora do Mosteiro do Paráclito — eram raríssimos. Mesmo uma abadessa, malgrado o cargo, nem sempre recebia lições de filosofia, letras ou teologia. Suas fontes eram a liturgia monástica, alguns comentários à Sagrada Escritura e os Santos Padres. E sua autoridade formal terminava nos portões do convento.

Hildegarda jamais pensaria em partilhar as visões, menos ainda em traduzi-las para o latim eclesiástico da época (ela compreendia o latim bíblico da Vulgata, mas não o falava com fluência). Se não tivesse sentido, clara e expressamente, uma ordem divina, não se atreveria a fazer o que fez. Não só a atmosfera cultural o confirma, bem como tudo o quanto ela sofreu naqueles dias

em que ouviu a “voz celeste”: sentiu-se pequena diante da missão, com o desconforto de quem rompe um segredo destinado ao silêncio, para comunicá-lo agora a toda a Igreja. Até então ela relutava em publicar as visões, por sentir-se temerosa e desqualificada.

Foi com temor e tremor que Hildegarda atravessou aqueles dias de fogo! Ela chegou a somatizar esta reviravolta e caiu enferma. Doente e calada, refletiu muito e superou o impacto inicial. Então contou ao monge Volmar, seu confessor, tudo o que havia acontecido. Hildegarda chegou a admitir que a doença fosse consequência de sua perplexidade diante da ordem divina. Para ela não era fácil aceitar o pedido de Deus, sendo uma “pobre figura feminina, inculta nos ensinamentos humanos”⁶, “que não conhece a tradução dos termos, nem da divisão das sílabas, nem estudou os casos e tempos gramaticais”⁷.

Recuperada a paz, Hildegarda ponderou que deveria obedecer a Deus, o qual “*derruba do trono os poderosos e ergue os humildes*” (Lc 1,52). Ela se reconhece desprovida de estudos acadêmicos e faz disso um argumento favorável à sua missão: as mensagens que comunica não nascem de seu raciocínio, mas provêm unicamente de Deus. Com esta disposição, ela empreendeu o longo trabalho de redação das visões. Anotava detalhadamente o que via e ouvia, depois passava estas notas (escritas em alemão medieval) para um secretário que, por sua vez, as traduzia para o latim. Nesta tarefa, Hildegarda teve a ajuda de Volmar e depois Gilberto de Gembloux, monjes e sábios.

-
4. Hildegarda confirma isso na carta enviada a Bernardo de Claraval. Cf. GRONAU, E.: *Hildegard - vita di una donna profetica alle origini dell'età moderna*, Ancora, Milano, 1996, p. 106.
 5. Cf. ÉPINEY BURGARD, G e ZUM-BRUM, E.: *Femmes troubadours de Dieu*, Bruxelles, ed. Brepols, 1988, p. 5.
 6. Hildegarda, na Explicação da Regra de São Bento: *Il centro della ruota*, Milano, Mimesis, 1997, p. 64.
 7. Prefácio do *Scivias*, ed. francesa, Paris, Cerf, 1996, p 26-27.

É interessante ver a lucidez de Hildegarda. As visões se manifestavam como uma profecia recebida interiormente, sem provocar confusão nem arrebatamento:

Estas coisas eu não as percebo com os ouvidos exteriores, nem as imagino secretamente comigo mesma, nem as apreendo mediante o uso conjunto dos cinco sentidos. O que posso expressar é que as vejo na alma, com meus ouvidos exteriores abertos, pois nunca sofri a perda dos sentidos por efeito de êxtase. As visões, seja de dia ou de noite, eu sempre as vejo acordada.⁸

5. O “SCIVIAS” E OUTRAS OBRAS

A partir de 1141, Hildegarda começou a redigir as visões. Anotava cada imagem e, depois, as explicava segundo o que era revelado. As anotações eram traduzidas para o latim sob a rigorosa supervisão da abadesa, zelosa para que nada fosse esquecido, nem acrescentado. Assim nasceu sua primeira obra visionária, chamada *Scivias*. O título é uma contração da frase: *Sci vias domini* — “Conhece os caminhos do Senhor”. O *Scivias* organiza as visões em três longos capítulos:

1. Apresenta o mistério do Reino de Deus, trata do pecado, da Igreja, da encarnação de Cristo e da nova aliança.
2. Refere-se à salvação e à Trindade, expõe temas eclesiológicos e fala dos sacramentos.
3. Neste capítulo final, Hildegarda retoma alguns temas anteriores, mas os aprofunda com detalhes. O acento cai sobre a experiência da salvação, operada nos gestos e palavras de Cristo e atualizada em nossa vida pela prática das virtudes. Há algumas páginas de escatologia, sobre o fim dos tempos e o juízo universal.

Acordada e consciente, Hildegarda vê e ouve com serenidade. Algumas vezes, estando ela enferma, cessavam as visões. Hildegarda chegou a pensar que a doença — sem visões ou após um período de vidência — fosse um aviso de Deus para corrigi-la de algum erro.

A avaliação crítica dos relatos indica a saúde psicológica de Hildegarda. Hoje já se consideram superadas as possibilidades de desequilíbrio ou de que seus textos teriam sido adulterados.⁹

O livro é redigido conforme a manifestação das visões e não segue um método acadêmico. Mas tem preciosas “linhas teológicas” que lhe conferem textura: a criação, a salvação, a encarnação do Verbo, a Igreja e a humanidade. Uma “voz celeste” envolve Hildegarda e lhe mostra as visões. Em seguida, esta mesma “voz” comenta as imagens. Predomina o estilo literário profético, à maneira das proclamações de Isaías, Jeremias e Ezequiel.

Depois do *Scivias*, temos o *Livro dos méritos de vida*, segunda obra visionária, concluída em 1163. Descreve seis visões, em seis partes. A “Luz vivente” ensina a Hildegarda a natureza dos vícios humanos e propõe uma virtude para cada vício. Neste livro, diversamente do *Scivias*, os comentários são feitos pela própria Hildegarda, e não ditados pela “voz celeste”. Os temas são: análise dos vícios e virtudes, redenção do ser humano em Cristo, ressurreição do corpo, vida eterna e a utilidade das ações penitenciais.

Temos, por fim, seu terceiro volume visionário: o *Livro das obras divinas*, terminado em 1174. Este livro é particularmente

8. Carta de Hildegarda a Gilberto de Gembloux, citada por FLANAGAN, S.: *Hildegarda di Bingen – vita di una donna profetessa*, Firenze, Le Lettere, 1991, p. 202.

9. Um estudo crítico das fontes e escritos hildegardianos se encontra em SCHRADER, M. e FÜHRKÖTTER, A.: “Die Echtheit des Schrifttums der Hg. Hildegard von Bingen”, *Quellenkritische Untersuchungen*, Köln-Graz, 1956.

maduro e impressionante. Traz dez visões, divididas em três capítulos. Hildegarda parte do *Prólogo* de S. João (Jo 1,1-18). Depois descreve a criação do macrocosmo e do micro-

cosmo (universo e ser humano), estreitamente conexos¹⁰. Aqui ela delinea sua teologia mais elaborada, mostrando a conexão entre criação-cosmologia-antropologia e salvação.

6. HILDEGARDA E BERNARDO DE CLARAVAL

Quando redigia o *Scivias*, Hildegarda decidiu escrever a Bernardo, o prestigioso abade de Claraival. A carta é de 1147. Ela narra sua experiência e pede a Bernardo um parecer. Ela ansiava por uma palavra de discernimento, vinda de uma autoridade maior e idônea. Bernardo — teólogo e reformador — representava a autoridade espiritual requerida por Hildegarda. Ela lhe escreve:

Tenho experimentado grande pena com tal visão, não sabendo até que ponto posso dizer o que tenho visto e escutado. Houve vezes em que calei-me... Mas acabei constringida ao leito, tal era a dor que sentia, ficando sem condições de me levantar. Ademais, sou uma pessoa que não fui instruída sobre as coisas exteriores por nenhuma disciplina. Sou instruída apenas interiormente, em minh'alma. Por isso, quando falo, falo como que na dúvida.

Hildegarda confessa o quanto sofreu nas vezes em que resolveu calar-se. Deveria obedecer a Deus e publicar as visões. Calar não era o procedimento justo. Contudo, como escrever “na dúvida”, sentindo-se carente de critérios teológicos mais seguros? Procurando ajuda, ela diz ter visto o próprio Bernardo em visão, apresentado por Deus como a pessoa certa a quem recorrer. E prossegue:

Dois anos atrás, tu me apareceste como um homem que olha o sol sem medo, antes o olha com grande audácia. Então chorei... porque eu, ao contrário, muitas vezes me enrubeço e me envergonho. Oh, como é fácil me acontecer sentir-me abalada em minha natureza, como um

ramo arrancado bruscamente, como uma árvore deslocada de seu tronco... Mas agora me ergo e recorro a ti: tu nunca te encontras abalado e deslocado, mas contemplos a árvore inteira, fixamente, e tens uma alma vitoriosa. Desse modo não elevas somente a ti próprio, mas ergues contigo o mundo, rumo à salvação. Tu és a águia que olha o sol! Ó venerável pai Bernardo, a força de Deus te conduziu à mais alta honra. Tu causas terror à loucura deste mundo. Pai, te peço pelo Deus vivo: escuta meu pedido. Por teu paterno amor e sabedoria, indaga em teu íntimo — observando o que te sugere o Espírito Santo — e, do fundo de teu coração, conforta esta tua serva. Pai indulgente e humilíssimo, eu me confio à tua alma a fim de que, pela tua palavra, possas me esclarecer se devo falar abertamente ou se devo absorver tudo em meu silêncio¹¹.

Hildegarda não pede a Bernardo uma avaliação doutrinal do que já havia redigido, mas um parecer iluminado pelo Espírito Santo, sobre qual seria a conduta reta: calar ou dar a conhecer as visões. A parte seguinte da carta invoca o Deus Uno e Trino, por cujo nome Hildegarda reforça seu pedido a Bernardo. Considerando o estilo da época, o tom é respeitoso e filial, como se ela confiasse a um pai os seus segredos e, inclusive, sua felicidade futura.

Bernardo lhe responde:

Bernardo, Abade de Claraival, eleva sua oração em favor de Hildegarda, filha dileta em Cristo — se é que possa valer a

10. Cf. Di MEGLIO, S.: *Hildegarda di Bingen – rivelazioni divine*, Padova, Messaggero, 1993, p. 27-30.

11. Extratos da carta de Hildegarda a Bernardo de Claraival, em *Patrologia Latina*, 197. Adaptamos aqui a tradução de Eduard Gronau, obra citada, p. 106-108.

prece de um pecador. Se, como vejo, tu estimas meu pobre ser tão diversamente do quanto minha consciência estima a mim mesmo, creio que isso seja atribuído tão somente à tua humildade. De modo algum pensei em deixar sem resposta a carta que me enviaste inspirada por tua caridade, ainda que a quantidade de meus compromissos me constrinja a ser mais conciso do que desejaria. Alegro-me contigo, pela graça divina que está em ti. De minha parte, te exorto e te suplico a acolhê-la como graça e a correspondê-la com todas as forças de tua humildade e de tua dedicação. Tu sabes muito bem que *"Deus resiste aos soberbos, mas dá sua graça aos humildes"*. De resto, que necessidade teria eu de instruir-te ou aconselhar-te, quando há um mestre interior e uma unção que tudo ilumina? Antes me convém pedir e suplicar insistentemente a ti, que recordes de mim nas tuas preces a Deus, como também dos demais que estão unidos comigo no Senhor, em comunhão espiritual¹².

7. PROFECIA E SIMBOLISMO DAS VISÕES

As visões de Hildegarda são dinâmicas. As cenas têm imagens, sons e personagens. A leitura das visões exige agilidade para acompanhar os movimentos que se sucedem, formando uma grande peça teatral (ou sinfonia, se considerarmos as vozes e o ritmo).

Para ajudar na comunicação das visões, os monjes colaboradores de Hildegarda desenharam várias "iluminuras" ao lado do texto em latim. Os desenhos são exuberantes, à altura das imagens que ela vê. Descrevemos aqui um destes desenhos. Trata-se da segunda visão do *Livro das obras divinas*:

— Hildegarda vê um ser divino, feito de energia ígnea (fogo). Ele é vermelho e flamejante. Traz em si o universo, como dentro de um útero. O universo é representado como roda a girar. O ser divino abraça este cosmos

Este contato por carta foi providencial. Em 1148, quando Hildegarda terminava os primeiros capítulos do *Scivias*, convocou-se um Concílio na cidade de Trier, não distante de seu eremitério. Foram ao Concílio o papa Eugênio III e o próprio Bernardo de Clara- val. Desejosa de um parecer do pontífice, Hildegarda enviou-lhe a parte já redigida do *Scivias*. O papa leu algumas páginas e entregou o livro a uma comissão examinadora. Na ocasião, Bernardo interveio em favor da abadessa. Dias depois, Eugênio III aprovou o livro e exortou Hildegarda a publicar o conteúdo das visões, segundo o mandato divino. Esta aprovação — emitida pelo papa em carta oficial — concedeu também a Hildegarda a licença de pregar, dentro e fora do mosteiro. Um fato incomum, pois somente os bispos, abades e clérigos tinham autoridade para pregar em público. Ao ler a exortação do papa, Hildegarda encheu-se de alegria: poderia cumprir o que Deus lhe pedira, sem receios de impedimento humano.

inteiro, envolvendo-o em sua energia ígnea. No centro da roda cósmica Hildegarda vê uma figura humana de grandes medidas. A cabeça toca as nuvens, os pés tocam os abismos, os braços se estendem à direita e à esquerda, alcançando as extremidades da terra. Ao redor da figura humana estão vários círculos, também a girar: o círculo do ar seco, do ar húmido, das águas e do éter. Mais acima estão as esferas celestes, com planetas e estrelas. Há também quatro ventos que animam a esfera cósmica e tocam o homem. Cada vento é soprado por um animal: leão, carangeijo, lobo e cervo.

— A harmonia do conjunto se constrói em torno do homem: tudo se volta à figura humana no centro da esfera, que toca o Norte, o Sul, o Leste e o Oeste. Fraco na sua

12. Para esta tradução ao português, seguimos o original latino em SAN BERNARDO: *Lettere*, parte II, Studi Cistercensi, Milano, 1987, p. 448-451. Lê-se também em GRONAU, E.: o.cit., p. 108-109.

constituição — pois é carne — o ser humano é grandioso pelo seu espírito e alma. Inteligente, é animado pelo Espírito de Deus. Dominando o centro da esfera e tocando as extremidades do mundo, o homem sofre a influência dos elementos: ar húmido e ar seco o circundam, as estrelas lhe enviam luz, as águas celestes o envolvem e os ventos o atravessam. Nele todos os elementos se encontram e interagem. E mesmo assim, a figura humana é única: por sua inteligência, tudo domina; por sua alma, tem uma dignidade maior que todas as demais criaturas.

— Embora afligido pelos elementos, ele é maior que os elementos. E embora pobre em sua carne, a luz divina que nele habita brilha mais que os astros. Por ocupar o centro e receber o influxo de tudo, o ser humano rege a face interior da roda cósmica. Sem ele, o conjunto perde equilíbrio. Ele foi constituído cultivador do mundo. Ocupa o centro, só ele verdadeira imagem e semelhança do Criador. Com sua inteligência e operação, é responsável pelo universo e não se salva fora do universo¹³.

Terminada nossa descrição, passamos a palavra à própria Hildegarda:

O fato de que no centro da roda cósmica apareça a figura humana, indica que o homem se situa dentro da estrutura do mundo, ou seja, ao centro. Pois ele — mais que qualquer outra criatura vivente — é destinado a reinar. Sim, apesar do aspecto tão pequeno que quase provoca risos, ele é grande por suas faculdades de alma. Tem a cabeça erguida e o corpo saudável. Seus pés tocam a terra. Ele põe em movimento todos os elementos, grandes ou pequenos, e com a obra de suas mãos — direita ou esquerda — ele pervade o universo. E faz tudo isso em virtude do homem interior que o capacita a tais

obras. As potências da alma que circundam o corpo chegam às alturas acima do homem, irradiando-se pelo mundo inteiro. Aquele que crê, contemplando com os olhos carnis as criaturas ao seu redor, enxerga Deus em todas as partes, reconhecendo-O Senhor sobre todas as criaturas, porque é Ele o criador delas¹⁴.

Ela também explica o simbolismo do leão, caranguejo, lobo e cervo, donde provêm os ventos:

Estas cabeças de animais enviam seu sopro para dentro da roda do mundo e sobre a figura humana, para que, emitidos para fora, esses ventos mantenham o mundo em equilíbrio e guardem o agir humano visando à salvação. De fato, o universo não existiria, nem o homem poderia salvar-se, se ambos não fossem constantemente animados pelo sopro de tais ventos¹⁵.

Hildegarda joga com palavras e imagens: vento pode ser traduzido por “sopro”, “hálito vital” ou “ânimo”. O leão simboliza o vento forte, que de longe faz ouvir suas rajadas. O caranguejo retrata a variação, pois ele olha para um lado e anda para outro. O lobo representa a confiança e o cervo, a docilidade. Assim ela fala dos quatro ventos que movem o globo terrestre e do fluir do ânimo humano: força, variação, firmeza e docilidade. Há uma analogia entre os ventos do globo e os ventos interiores do ser humano (os *humores* da alma).

Assim Hildegarda se preserva de deslizes teológicos: nem panteísmo confuso, nem maniqueísmo pessimista. A ordem cósmica foi criada tendo em vista a salvação: os elementos interagem entre si sob a providente Sabedoria divina, para o bem de todas as formas de vida, cujo centro é ocupado pelo ser humano.

13. A gravura que retrata esta visão, você contempla no *Dicionário de Símbolos* de Udo Becker, publicado no Brasil pela Paulus Editora.

14. Livro das obras divinas (*Liber divinorum operum*), na tradução de Eduard Grönau, o.cit., p. 549.

15. Idem.

Hildegarda, ao contrário do que se podia esperar de uma pequenina monja, alça vôos cada vez mais altos. Além de continuar redigindo as visões num ritmo mais ou menos regular, inicia verdadeiras “viagens apostólicas”. Ela realiza pregações em Mainz, Würzburg, Bamberg, Lothringen, Trier, Boppard, Adernach, Siegburg e Colônia. Um *tour* de nove cidades, em três anos. A documentação histórica nos mostra o tom das pregações: zelo apostólico, transparência ética, pobreza evangélica, disciplina litúrgica, fidelidade a Cristo. Destacam-se suas palavras em favor da reforma da Igreja e a reflexão desenvolvida no confronto com os cátaros, extremistas puritanos que começavam a se espalhar pela Alemanha.

As barcas fluviais eram seu meio de transporte. Hildegarda viajava pelos rios Reno e Nahe. Com olhar atento, captava informações sobre a flora da região, os efeitos da humidade e do sol sobre a natureza, e as propriedades curadoras de ervas e frutas. Aos

poucos ela prepara seus futuros livros científico-farmacológicos.

Além disso, Hildegarda recebe pedidos de oração e é procurada por todo tipo de gente: camponeses, prelados, abades, governantes e até um erudito judeu. Das cartas que ela escreveu conservam-se mais de 400 peças, enviadas a toda a Europa medieval. Entre seus correspondentes estão: Bernardo de Claraval, papa Anastácio IV, papa Alexandre III, rei Henrique II da Inglaterra, os imperadores germânicos Conrado III e Frederico Barba-Roxa, e a mística Elisabete de Schönau. Além do conteúdo espiritual, as cartas falam de paz, justiça e amor aos pobres, tanto na Igreja como no governo dos povos. Hildegarda não economiza palavras para acusar os erros e exortar à fidelidade ao Evangelho. Papas e reis são alvo de seu apreço, mas também de seu olhar crítico. Ela ainda teve energia para fundar um segundo mosteiro em Eibingen (por volta de 1165), perto de Bingen — a cidade que caracteriza seu nome.

9. UNIDADE DA ORDEM CÔSMICA

A saúde delicada, em vez de desencorajar Hildegarda, educou nela uma peculiar sensibilidade com o corpo, o clima e a alimentação. Ela desenvolveu a capacidade de observar os fenômenos naturais, relacionando-os com a saúde humana. Observa, sente os efeitos, corrige as dosagens e anota os resultados.

Hildegarda se torna uma farmacêuta. Não só na técnica, mas na antropologia. Ela insiste sobre a unidade profunda do ser humano: no composto corpo-alma-espírito vive um só ser, uno em si mesmo e em suas ações. A saúde física, portanto, está relacionada aos bons humores do espírito, e isto coopera para a convivência da pessoa com Deus e os demais. O mesmo se nota em sentido contrário: o mal humor pode indi-

car um mal de alma ou uma disfunção do organismo e isso, a seu modo, interfere no bem-estar espiritual. “Somos uma unidade sinfônica” — declara a abadessa¹⁶.

Além disso, o universo medieval era organizado em torno do Sagrado. Deus não estava fora do mundo, num lugar à parte, mas habitava o centro de toda a vida: tempo e espaço, corpo e alma, bem e mal, sol e lua giravam sob a regência do Deus Eterno. Investigar a propriedade curadora das ervas e observar o ciclo das estações era, portanto, uma atividade sagrada, destinada a cooperar com Deus para a *salus* humana (saúde-salvação). Era comum encontrar nos mosteiros uma bela horta e uma farmácia.

Segundo essa visão sagrada do tempo e do universo, tudo estava em interação, do

16. Cf. FLANAGAN, S.: o. cit., capítulos 5 e 6. Também PÉRNAUD, R.: *Storia e visioni di Sant'Ildegarda di Bingen*, Asti, Piemme, 1996, p. 171.

macro ao microcosmos. Hildegarda costumava dizer: "Tudo o que existe é disposto segundo a ordem de Deus e se corresponde"¹⁷. Ela faz eco à palavra bíblica:

"*Todas as coisas existem aos pares, uma corresponde à outra. Deus nada criou de imperfeito. Uma reforça o bem da outra*" (Sr 42,21-25).

10. AS SUTILEZAS DA NATUREZA

Falando desta correspondência das criaturas, Hildegarda acena para a *harmonia originária* da ordem natural: assim como há um único plano de salvação para toda a humanidade, há também uma unidade no mundo natural, cujos elementos colaboram para o bem humano. "*Tudo coopera para o bem daqueles que Deus ama*" (Rm 8,28).

Esta unidade existe desde a criação e subsiste sutilmente em toda a ordem cósmica. Debaixo da diversidade das criaturas há uma "potência sutil" (*subtilitas*) que perpassa todos os corpos, dos astros às plantas, relacionando os elementos, compondo as substâncias e dotando a natureza de uma capacidade curadora. Localizar as "sutilezas da natureza" significa investigar a arquitetura e as substâncias do universo criado, no qual Deus dispôs cada coisa sabiamente, para sua glória e o bem humano. Iluminada pelo livro do Gênesis e pela literatura bíblica sapiencial, Hildegarda crê que a natureza é boa, destinada por Deus a ser uma *farmá-*

cia cujos "*frutos servem de alimento e as folhas de remédio*" (Ez 47,12).

Hildegarda não se fixa na especulação teológica, mas atua de modo prático: planta frutas e ervas, colhe raízes, atende enfermos, faz chás, aplica emplastros, zela pela alimentação e escreve receitas. Ela traz à claridade mais simples o que estava guardado na natureza sutil. O que antes era uma sutileza é agora um remédio!

Neste labor farmacológico Hildegarda era duas vezes "paciente": paciente pela constante pesquisa; paciente porque ela mesma estava em busca de saúde. Nunca se viu ela resmungar contra as doenças, mas também nunca se vê Hildegarda tratando a dor ingenuamente, como se o Criador ordenasse as doenças para seus filhos. Ela era uma mulher que acreditava plenamente no bem: em sentido teológico (*salvação*), em sentido antropológico (*saúde*) e em sentido moral (*justiça*).

11. "PATHOS" E SAÚDE INTEGRAL

A abadessa era muito procurada. Vinham a ela pessoas de todas as classes, para pedir oração ou uma receita medicinal. A documentação histórica fala inclusive de aconselhamento afetivo e um caso insólito de exorcismo. Sua eficiência, contudo, vinha de raízes mais profundas que a farmácia. De que vale uma prateleira cheia de unguentos se não se conhece a alma do paciente? Hildegarda era também mestra da alma. Também no coração humano estavam as sutilezas de uma natureza perturbada, pequena e débil, mas chamada por Deus a uma vida incorruptível.

Hildegarda observa os "humores da alma". Procura as causas e efeitos da doença, observando sintomas (reações nervosas, perda do apetite, desânimo espiritual, muito ou pouco sono) e processos físico-biológicos (humidade, cozimento de vegetais, temperatura do ambiente, efeito de plantas e ervas no organismo). É surpreendente ler seus escritos medicinais. Hildegarda escreve com riqueza de informações. Ela aponta para a relação entre sono e humor, ânimo psicológico e ritmo de oração, calor e temperamento. Vê o ser humano como *uno* e inserido num universo em relação.

17. Livro dos méritos de vida (*Liber vitae meritorum*), p. 94.

Em suas obras o ser humano tem caráter “pático”: ele experimenta-padece (*patere*) o fluxo da vida em si mesmo¹⁸. Pois não existe isolado, mas sim como *criatura de interação*:

Deus criou também os elementos do mundo. Todos os elementos cósmicos se encontram no ser humano, e este opera com eles. Seu nome é: fogo, ar, água, terra. Estas quatro matérias fundamentais estão tão entrelaçadas e vinculadas entre si, que nenhum dos elementos pode ser separado um do outro; e se mantém nessa união comum de tal sorte que ao seu conjunto chamamos firmamento, entendido como a firme estrutura do mundo. Os elementos se embedam de tudo o que forma a natureza humana, assim como o ser humano incorpora em si mesmo também os elementos. Pois o homem vive com eles e eles com o homem, e até o sangue humano flui de acordo com isto¹⁹.

Considerar o ser humano uma *criatura de interação* é reconhecer seu estatuto ontológico original entre os demais seres. O ser humano integra em si a Criação, e é a criatura mais próxima ao Criador, enquanto “*imagem e semelhança de Deus*” (Gn 1,26-

27). Seu protótipo é Cristo, o Verbo encarnado, no qual “*todas as coisas subsistem*” (Cl 1,17).

Notar a presença sutil dos elementos no microcosmo humano é ler os sinais de saúde e doença que a pessoa manifesta, para perscrutar a composição íntima do corpo psicofísico-emocional e prover o remédio adequado. A visão do ser humano como *interativo e pático* é a abordagem terapêutica que Hildegarda usa. Assim ela observa a constituição do ser humano e indica o tratamento correto de suas dores e paixões. Na base de tudo, está a concepção cristã do mundo segundo o Gênesis e o Evangelho de S. João, lidos no horizonte da cosmovisão medieval. Assim, Hildegarda esboça uma holística cristã²⁰.

De seu trabalho terapêutico Hildegarda nos deixou duas obras: o **Livro da medicina simples**, chamado em latim *Physica* (ou Ciência Natural), e o **Livro da medicina composta**, em latim *Causae et Curae* (Causas e Curas). Ela os escreveu entre 1151 e 1158. O *Physica* estuda as ciências naturais, especialmente o clima e as propriedades da flora. O *Causae et Curae* — como diz o título — é um receituário de “causas e curas” de muitos males.

12. SINFONIA E ÚLTIMAS NOTAS

Não poderíamos terminar este artigo sem falar da música de Santa Hildegarda. Ela estava habituada à entoação de salmos e hinos. O estilo padrão era o gregoriano. Mergulhada no louvor diário, Hildegarda respira esse ar gregoriano e infla os pulmões o quanto pode! Mas na hora em que abre os lábios, o canto que emana revela traços originais: ela respeita a piedade do gregoriano, mas surpreende com as variações melódicas que

cria. Suas composições não rompem com o estilo coral da época, mas têm outra arquitetura. Graças à notificação, a música de Hildegarda foi recuperada e gravada, sendo atualmente acessível a quem quiser ouvir²¹.

No seu repertório encontramos 18 responsórios, 43 antifonas e 14 seqüências. Formam uma coletânea chamada *Carmina* (canções). Há ainda uma espécie de “drama teatral” sobre as virtudes: *Ordo Virtutum*, que

18. O ser humano é um “*pathikòs óntos*”: um ser de “*páthos*” – sentimento, paixão, padecimento. Isto, porém, em sentido existencial: ser que padece o mundo, que o sente. Não se trata, porém, da visão dolorista da “*passio*”, como ocorre em certos autores espirituais, mais tardios.

19. Livro da medicina composta (*Causae et Curae*), citado em BÖHME, G., e BÖHME, H.: *Fuego, agua, tierra, aire – una historia de la cultura de los elementos*, Barcelona, Herder, 1998, p. 238.

20. Hildegarda não é gnóstica, nem esotérica. É uma mística cristã de carisma profético e sensibilidade holística, movendo-se no imaginário medieval de seu tempo.

21. Ouça, por exemplo, os CDs: *Vision* (Angel/EMI) e *O Jerusalem – sequentia* (BMG music/DHM).

parece ter sido composto tendo em vista a representação, pois tem personagens, diálogos e movimentos.

É interessante conhecer este repertório, chamado *Symphonia* de Santa Hildegarda. A sua obra musical se encaixa com as visões. Talvez porque as visões não eram só “visivas” mas “sonoras”, alimentando o instinto musical da abadessa, compositora inspirada.

O conjunto de escritos e músicas é ao mesmo tempo harmonioso e surpreendente, caracterizando a vida de Hildegarda co-

mo uma sinfonia. Aliás, ela gostava de explicar o universo e a alma humana como uma “sinfonia”: dinamismo de notas e compassos sob a regência da Trindade!

Depois de um caminho agitado e fe- cundo, aos 81 anos de idade, Hildegarda ou- ve pela última vez a “voz celeste”. Numa vi- são derradeira, o Vivente lhe comunica o dia de sua morte. Chegado o momento, ela cha- mou as irmãs e pediu-lhes que entoassem hinos nupciais. Acompanhando a melodia, ela fechou os olhos e foi encontrar-se com o Esposo. Era o dia 17 de setembro de 1179.

PALAVRAS FINAIS

Encerramos este artigo, sintetizando o carisma de Hildegarda em torno de sete pa- lavras:

1. **Profecia** — O carisma de Hildegarda é antes de tudo *profético*. Vários relatos o demonstram: “Vi um ser grandioso, seme- lhante à forma humana, de esplendor ígneo. E ouvi sua voz, que me dizia: ó cria- tura, tudo o que vês e ouves, escreve!”. A experiência visionária nos lembra Eze- quiel (cf. Ez 1). Além disso, Hildegarda não é uma mística da interioridade, no estilo *ad intra* que predomina em Gertrudes de Helfta ou mesmo em Teresa de Ávila. As mensagens são direcionadas *ad extra*: ao mundo e às pessoas, tratando da saúde, dos rumos da Igreja, dos desafios espiri- tuais e temporais. A profecia é traço ori- ginal de Hildegarda.

2. **Cosmos** — O “ambiente salvífico” de Hil- degarda não é a alma, mas o *universo*. Vá- rias vezes representado como uma roda a girar, o universo é dinâmico e interativo: a energia ígnea do Criador o envolve; os ventos cósmicos o animam. Criação e Ren- denção são faces do mesmo mistério sal- vífico. O cosmos está destinado à salvação e é no cosmos que o ser humano experi- menta a salvação. Hildegarda nos faz lem- brar Teilhard de Chardin, para quem o universo é o “meio divino” onde se de- senrola o “fenômeno humano”.

3. **Humanidade** — A antropologia de Hilde- garda se inspira no Gênesis e nos livros sapienciais. Ela crê na santidade original do ser humano, criado à imagem e seme- lhança de Deus, segundo as feições do Cristo, arquétipo da nova humanidade. Quando fala do universo (*macrocosmo*), Hildegarda situa no centro a pessoa hu- mana (*microcosmo*). Ela vê o ser humano como ser que padece o mundo, justa- mente porque ocupa o centro do dina- mismo cósmico, sendo tocado pelas po- tências e elementos de seu redor. Este en- foque antecipa, em certo sentido, o hu- manismo do Renascimento. Além disso, é em chave antropológica que Hildegarda entende a salvação, quando fala da *salus* integral do ser humano, a quem foi con- fiada a Farmácia-Natureza.

4. **Saúde** — O ser humano é fundamen- talmente um *ser pático*. Sofre as dores do mundo, mas sofre também os processos da cura. Ser pático é “ser padecente” no sentido real da palavra: um ser passível de dor e cura, igualmente. Padece vida e morte, paixões destrutivas e construti- vas. Note-se ainda o olhar holístico de Hildegarda, sempre atenta à saúde inte- gral do microcosmo psico-físico-emo- cional. Ela considera a unidade ontoló- gica do ser humano: corpo, alma e inte-

ligência participam, juntas, de sua perdição ou salvação. Daí seu procedimento terapêutico básico: não tratar a enfermidade, mas sim a pessoa.

5. **Política** — Hildegarda é uma “mulher política”. Ela está presente à sua época. Não fez do mosteiro um refúgio, mas sim uma fortaleza de batalha. Dali ela profere sermões, parte em viagem e envia centenas de cartas. Intervém nos descaminhos do imperador Frederico Barba-Roxa e adverte os prelados da Igreja sobre a correta conduta pastoral. Ela viveu o contrário do que poderia sugerir a confissão de pequenez e ignorância, tantas vezes repetida nos textos. Era uma mulher de carisma, autoridade e ação.

6. **Símbolo** — A Idade Média é marcada pelo *símbolo*. Tudo o que se podia pensar com conceitos era comunicado simbolicamente. Mais que isso: também as percepções profundas, que escapam à exatidão dos conceitos, vinham manifestas por meio de imagens. Sobre tudo no séc. XII, século das catedrais góticas. O arco de estilo românico se transforma em seta, apontando para o céu com sua forma ogival. A cúpula dá lugar à torre. O interior se abre à luz, que entra pelos vitrais coloridos, repletos de desenhos. A catedral gótica retrata o ser humano que a construiu: habitado pela luz divina, eleva-se a Deus com reverência. Por analogia, podemos considerar a obra de Hildegarda uma “catedral de símbolos”: torres, pórticos, luzes, cores, hinos, gestos e palavras. O universo é um esfera a girar; a sabedoria é Sophia, mãe e arquiteta; Deus é potência ígnea e luz vi-

vente; o ser humano é imagem herena do Cristo-Verbo. Hildegarda fala com eloquência simbólica.

7. **Holística** — “Holística” vem do grego *holós*: conjunto, totalidade. A própria Igreja se considera edificada na universalidade: *cat’holos, catholicè*, que nós traduzimos por “universal” (católica). Holística, portanto, é a compreensão da realidade em sua unidade e inteireza, reordenando o que é parcial e fragmentário. Neste sentido, a obra de Hildegarda é um *esboço de holística cristã*. Ela percebe a conexão entre Trindade, cosmos e humanidade. Une teologicamente Criação e Redenção. Hildegarda fala também da harmonia original de todas as coisas. Esta harmonia, ferida pelo pecado, subsiste sutilmente no universo. É preciso vê-la, ainda que sutil e difusa, para cooperar com a graça divina que restaura a unidade da Criação. Salvação, portanto, é “saúde integral”: reorganizar o caos, superar as divisões, curar tudo o que o pecado feriu. É este o drama que o ser humano padece: sofre as divisões do pecado e espera a saúde plena da nova criação, quando todas as divisões serão superadas (cf. Rm 8,20-23). É uma holística de matriz teológica, pois crê que há um só plano salvífico, que abraça a criação inteira e lhe restaura a unidade original, segundo o amor regenerador de Deus.

Estas sete palavras caracterizam a espiritualidade de santa Hildegarda: profética, cósmica, antropológica, terapêutica, política, simbólica e holística. Um patrimônio que merece ser conhecido, diante dos desafios que interpelam a fé cristã atualmente.

BIBLIOGRAFIA

Obras de santa Hildegarda:

- *Causae et Curae*, Leipzig, Teubner, 1903.
- *Il Centro della Ruota*, Milano, Mimesis, 1997.
- *Llibre de les obres divines*, col. Clàssics del Cristianisme, Barcelona, Proa, 1997.
- *Opera Omnia*, Patrologia Latina, vol. 197, Paris, ed. Migne, 1855.

- *Scivias*, col. Sagesses Chrétienues, Paris, Cerf, 1996.
- *Symphonia*, New York, Cornell University Press, 1988.

Outras obras:

- BREINDL, E.: *L'erborista di Dio* — santa Ildegarda, mistica medievale, Milano, Paoline, 1989.
- DI MEGLIO, S.: *Ildegarda di Bingen* — *rivelazioni divine*, Padova, Messaggero, 1993.
- ÉPINEY-BURGARD e ZUM-BRUM: *Femmes troubadours de Dieu*, Bruxelles, Brépols, 1988.
- FLANAGAN, S.: *Ildegarda di Bingen*, Firenze, Le Lettere, 1991.
- FOX, M.: *Illuminations of Hildegard of Bingen*, Santa Fe, Bear and Company, 1985.
- GRONAU, E.: *Hildegard*, Milano, Ancora, 1996.
- HERTZKA, G.: *Piccola farmacia di Sant'Ildegarda*, Milano, Ancora, 1994.
- JOÃO PAULO II: "Lumen gentis", carta por ocasião dos 800 anos de morte de Santa Hildegarda, in *Insegnamenti di Giovanni Paolo II* — vol. 2-1979, Vaticano, LEV, 1980, p. 271-272.
- PERNOUD, R.: *Storia e visioni di Sant'Ildegarda*, Milano, Piemme, 1997.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Quais as principais características da figura de Hildegarda de Bingen?
2. Como sua espiritualidade questiona a sociedade atual?
3. Em que traços desta espiritualidade a Vida Religiosa de hoje, especialmente a Vida Religiosa feminina, pode se inspirar para responder aos desafios do atual momento histórico?

 **Marcial Maçaneiro SCJ** é teólogo e pregador de retiros. Pertence à Congregação dos Sacerdotes do Coração de Jesus (dehonianos). Publicou: *Esoterismo e fé cristã* (Vozes), *Eros e espiritualidade* (Paulus), *30 Palavras do Pai*, *30 Palavras do Espírito*, *30 Palavras da Trindade* (uma coleção, na Loyola) e recentemente, com Afonso Murad: *A espiritualidade como caminho e mistério* — os novos paradigmas (Loyola). No momento reside em Roma, onde conclui o doutorado e ensina História das Religiões.

Endereço do autor:
E-mail: marcial@scj.org